

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA E TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

JOSÉ VALTER CAETANO DA SILVA

O PASTOR PRESBITERIANO E A SUA FAMÍLIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião

Orientador: Profº Drº Leonildo Silveira Campos

**SÃO PAULO – SP
2017**

S586p Silva, José Valter Caetano da
O pastor presbiteriano e a sua família / José Valter
Caetano da Silva – 2017.

137 f.; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade
Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Leonildo Silveira Campos

Bibliografia: f. 121-126

1. Pastor 2. Igreja Presbiteriana 3. Família 4. Crise I. Título

LC BX4836.B6

José Valter Caetano da Silva

O PASTOR PRESBITERIANO E A SUA FAMÍLIA.


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Ciências da Religião.

Aprovada em 01 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Leonildo Silveira Campos
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Antonio Máspoli de Araujo Gomes
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Zenon Lotufo Junior
Universidade de São Paulo

DEDICATÓRIA

À minha esposa Késia Cristina e aos meus filhos Gabriel e Isabella, pela compreensão, incentivo e apoio em todas as etapas do curso.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, que me chamou com santa vocação para o trabalho em sua seara, dando-me a direção e o sustento, pela instrução e o conhecimento.

À minha esposa e aos meus filhos, pela compreensão, incentivo e apoio, tão necessários, que me foram dados durante as etapas do curso.

Aos professores do programa de pós-graduação e ao pessoal do apoio administrativo.

Ao Instituto Presbiteriano Mackenzie e à sua mantenedora, a Igreja Presbiteriana do Brasil, que nos proporcionaram a bolsa de estudo, essencial para a realização do curso.

Ao colega de Sagrado Ministério Prof. Ms. Rev. Robson do Boa Morte Garcez, pela colaboração na revisão gramatical e textual do trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Leonildo Silveira Campos – de um modo especial – por tanta perícia, dedicação e paciência em todo o processo de orientação desenvolvido no decorrer da investigação e da elaboração deste trabalho.

“Se alguém anseia pela sabedoria de Deus, terá de renunciar à própria sabedoria e pedir a luz divina.” (João Calvino)

SILVA, José Valter Caetano. **O Pastor Presbiteriano e a sua Família**. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. São Paulo, 2016.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto uma análise do pastor presbiteriano e sua família, desde a sua formação em terras brasileiras, lidando com as transformações na sociedade e consequentes transformações no seu convívio. Também analisa a relação dessa família com a comunidade de trabalho do pastor e as suas crises, sobretudo aquelas que são consequências das expectativas desenhadas pela igreja e cobradas dos membros dessa família, diante de sua conduta e procedimentos com as atividades eclesiais. São estudados também os conflitos na estrutura da família na área da sexualidade do pastor, da relação com os filhos e os aspectos das cobranças que a família recebe, assim como as consequentes frustrações experimentadas pelos filhos do pastor, por sua esposa e por ele mesmo. Para tanto, são utilizadas pesquisas bibliográficas, artigos publicados em revistas e *sites*, depoimentos de pastores, pesquisas em dissertações e teses, além da observação pessoal do pesquisador, construída ao longo dos 23 anos da vida eclesial e ministerial da Igreja Presbiteriana do Brasil. Com base na pesquisa realizada, apresenta algumas alternativas para a família do pastor, com o intuito de conceder a ela alguns elementos informativos, os quais podem servir como suporte para o enfrentamento das crises, anunciadas ou já instaladas, para que possa suportar com mais firmeza os seus problemas. Os resultados deste garimpo poderão servir aos pastores e ao público interessado no ministério pastoral.

Palavras-chave: Pastor. Família. Crises. Pastorate.

SILVA, José Valter Caetano. **The Presbyterian Pastor and his family**. Presbyterian University of Mackenzie. Master dissertation in Science of the Religion. São Paulo, 2016.

ABSTRACT

This paper has as its object of study the Presbyterian pastor and his family. The scope of the study covers the theological education of the pastor in Brazil, as well as, the way he deals with the transformations happening in our society that affects his family. It also examines the relationship of the pastor's family with the church where he works, the church that is his work place. It considers the crises the pastor and his family faces, especially related to the expectations of the church concerning his family behavior during the involvement with church activities and the whole ministry of the pastor. Family conflicts are also highlighted concerning the pastor's sexuality, the relationship with the children and other aspects required from that family during the ministry of the church. Also, the resulting frustrations experienced by the pastor's children, his wife and himself. For this purpose, bibliographical research, articles published in magazines and websites, testimonies of pastors, researches in dissertations and theses were used, as well as the personal observation of the researcher built during the 23 years of ecclesiastical work in the Presbyterian Church of Brazil. Based on the research carried out, this paper presents some alternatives for the pastor's family, with the purpose of giving him some informative elements, which can serve as support when facing crises, announced or already installed crises, so that he can bear dealing with problems with hope. The results of this research can be resourceful to pastors and others involved in ministry.

Keywords: Pastor. Family. Crises. Pastorado.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO.....	10
1. POR UMA PRÉ-HISTÓRIA DA FAMÍLIA DO PASTOR PRESBITERIANO.	20
1.1. A família na história.....	21
1.2. As transformações na família.....	28
1.2.1. Reflexos das transformações sociais na família.	28
1.2.2. Reflexos do conflito de gerações na família.....	34
1.3. A família de pastor	39
1.3.1. A falta de família para sacerdotes católicos.	43
1.3.2. A importância da família para o pastor protestante.	45
2. O PASTOR PRESBITERIANO E A SUA FAMÍLIA.....	50
2.1. A família do pastor presbiteriano no Brasil nos séculos XIX e XX.	51
2.2. O pastor presbiteriano numa sociedade em transição.	55
2.3. O pastor, família e finanças.....	60
2.4. O pastor e o seu tempo de dedicação ao ministério.	68
2.4.1. O pastor de tempo integral.....	69
2.4.2. O pastor com ocupação parcial.....	72
2.5. O pastor e os encargos sociais.....	73
2.5.1. A previdência social – Aposentadoria.	74
2.5.2. O pastor e os desafios de saúde.	78
2.5.3. Aposentadoria do pastor	80
2.5.4. Os reflexos do afastamento prematuro do pastor da sua função, sobre a sua família. 80	
3. A FAMÍLIA DO PASTOR DA IPB, SEUS DESAFIOS, CRISES E POSSÍVEIS SAÍDAS.....	84
3.1. A sexualidade do pastor.	86
3.1.1. As tensões relacionais entre o pastor e sua esposa.	89
3.1.2. Quando há traições entre o casal	92
3.2. Os conflitos e as crises.....	95
3.2.1. O pastor e a sua comunidade de trabalho.	98
3.2.2. O pastor e seus filhos.....	100

3.3. A morte do pastor e a repercussão na família	104
3.4. As possíveis saídas para a crise do pastor e de sua família.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
BIBLIOGRAFIA	117
ANEXO I.....	123
ANEXO II.....	128
ANEXO III	129
ANEXO IV	131

INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a este trabalho teve por objeto o estudo da família do pastor presbiteriano e as suas interfaces com a igreja. Não se pretende analisar todas as situações do pastor protestante, de um modo geral e, muito menos, seu objeto não são os problemas familiares de todos os clérigos. Direciona-se, de outro modo, a pesquisar especificamente a família de pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), situada em grandes cidades.

Isto se faz necessário haja vista que a situação dos pastores que vivem em pequenas cidades e até mesmo na zona rural, se comparada com a do pastor das cidades grandes, deixa claro que vivenciam realidades diferentes. Nesse sentido, as características de vida do pastor da zona rural e também o de pequenas cidades é bem peculiar. Suas tarefas envolvem, além do pastoreio de um grupo local, na sede, quase sempre, também a assistência a igrejas mais distantes, algumas até de difícil acesso. Isso implica, muitas vezes, deixar a família em casa por alguns dias para dar conta de suas atividades eclesiais.

Embora este trabalho esteja analisando o pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, as descobertas aqui podem levar o leitor a compreender melhor a situação do pastor dos demais grupos presbiterianos que atuam no Brasil. Até pela impossibilidade de exaurir este tema, esta pesquisa não se volta à análise das funções pastorais como um todo, mesmo focando o pastor presbiteriano na sociedade brasileira, mas nos apegamos apenas ao aspecto familiar do pastor.

Dentro da temática da família, privilegiamos a relação do pastor com os filhos e com a esposa, grupo que constitui o fundamento dessa instituição, a qual é a escolhida por ele ou pela sociedade ocidental para ser modelo. Para analisar essa sociedade conjugal incluindo-se nela os filhos sentimos necessidade de recorrer a um retorno à história da família nuclear. Nessa história encontramos um dinamismo marcado por idas e vindas e, sobretudo, por muitas mudanças em sua estrutura e comportamento. Fica bem aqui a observação de Paul B. Horton (1980, p. 166), ao

apresentar que “os padrões familiares revelam uma variação fascinante de uma sociedade para outra, e as pessoas de uma delas, que se envolvem com padrões familiares de uma sociedade diferente, geralmente reagem de maneira previsivelmente etnocêntrica”.

No decorrer dos anos, muitas mudanças aconteceram provocando tipos diferentes de relacionamento entre e dentro das famílias. Entre tais mudanças está o papel da mulher com relação ao trabalho externo, o que trouxe algumas consequências diretas para a estrutura e funcionamento da família. Assim, se por um lado poderemos tratar da equalização dos direitos nesse avanço nas conquistas da mulher e seu espaço na sociedade, por outro, como uma consequência, a família passa a herdar um problema concernente à criação e educação dos filhos. Nesta linha, Anthony Giddens (2005, p153) registra que,

O feminismo teve grande impacto na sociologia ao desafiar a visão da família como um domínio harmonioso e igualitário. Em 1965, uma das primeiras vozes “divergentes” foi a da feminista norte-americana Betty Friedan, que escreveu sobre o “inominável problema” – o isolamento e o tédio que arrastaram muitas donas de casa norte-americanas a um ciclo interminável de assistência aos filhos e de trabalho doméstico.

Existem trabalhos acadêmicos voltados para família de um modo geral, e até mesmo com algumas especificidades. Contudo, não encontramos trabalhos acadêmicos voltados para a família de pastor, nem muito menos, sobre a família do pastor presbiteriano. Assim, entendemos que este texto, resultando de nossas pesquisas, terá a sua relevância, trazendo alguma contribuição para o avanço do conhecimento em Ciências da Religião e servir de referência para que se possam avaliar melhor a sua ocupação no intuito de dirimir ou amenizar problemas possíveis de ser vislumbrado e compreendido com maior quantidade de informações, o que poderá também, servir de suporte para um ministério pastoral mais profícuo.

Já para o meio acadêmico essa pesquisa poderá ser útil a que, ao menos, venha a servir como o levantamento de uma situação social relevante, a qual poderá despertar o interesse de pesquisadores no intuito de avançar ainda mais na temática. Dada a sua realidade e presença muito acentuada em nossa sociedade, como em outras, parece-nos ser tema a não ser ignorado.

Algumas teorias nos ajudaram na abordagem do tema escolhido para este trabalho e nos forneceram condições para uma discussão mais apropriada do assunto em tela. De antemão, ressaltamos que o nosso principal referencial teórico escolhido, pelo fato de abraçar melhor a causa aqui em desenvolvimento, é a “Teoria Sistêmica”, ainda que as demais nos tenham sido de muita utilidade neste processo.

A teoria sistêmica parte do entendimento proposto por Ludwig von Bertalanffy, para situar a realidade científica e o seu desenvolvimento. Tal teoria é apresentada por Capra (1999, p. 43), ao afirmar que: antes da década de 40, os termos "sistema" e "pensamento sistêmico" tinham sido utilizados por vários cientistas, mas foram as concepções de Bertalanffy de um sistema aberto e de uma teoria geral dos sistemas que estabeleceram o pensamento sistêmico como um movimento científico de primeira grandeza.

A abordagem sistêmica da família como instituição está diretamente relacionada com o que é apropriado para amparar o discurso em tela. Assim, afirma Cerveny (2010, p. 223) ser importante ressaltar que esta se caracteriza pela adoção de um pensamento sistêmico, o que significa fazer uma leitura da realidade como um processo que inclui todas as partes envolvidas em constante interação e com responsabilidades compartilhadas na construção do todo.

O conceito de rede social está também relacionado com a questão sistêmica, cuja teoria desdobra as relações mais diversas da realidade. Para análise da família essa teoria certamente contribui diretamente e poderá trazer conclusões interessantes a depender da busca e dos interesses a que se proponha. Desta forma, tratando, por exemplo, da questão de saúde, Carlos E. Sluzki (1997, p. 27) apresenta que o modelo da rede social nos provê uma ferramenta conceitual útil e poderosa para organizar as experiências pessoais e coletivas.

As sociedades, de modo geral, convivem com a realidade mais acentuada em lidar com gerações diferentes, cujas relações podem derivar situações que podem marcar ou até mesmo revolucionar, em dadas circunstâncias, determinantes de ideais e perspectivas num contexto social. E para elucidar melhor esta questão, Karl

Mannheim (1966, p. 92) escreve que “A juventude faz parte daqueles recursos latentes que cada sociedade tem à sua disposição e de cuja mobilização depende sua vitalidade”.

Marialice Foracci, em sua obra *A Juventude na Sociedade Moderna*, discorre sobre o conflito de gerações, mostrando, entre outros, que na sociedade moderna essa transição entre o jovem e o adulto é especialmente difícil, devido à complexidade das formas de organização social, à variedade das alternativas de vida que se oferecem para o jovem, às contradições inerentes à passagem da família de orientação para a família de procriação e às incertezas quanto ao destino pessoal. Ela aponta que esta forma de conflito se localiza socialmente entre a fase de transição da adolescência para a maturidade (1972, pp 22-23).

Pierre Furter (1979, p. 70), ao escrever a sua obra intitulada *Educação e Vida*, aborda, entre outros aspectos, os conflitos de gerações numa perspectiva psicossocial. Ele destaca a situação da juventude de hoje num mundo em crise, diante de uma perspectiva historicista. O autor destaca a problemática que envolve o jovem em suas mudanças e transformações, desde a sua adolescência, enfrentando a puberdade, que é um dos aspectos desta transformação pessoal física e que envolve os seus aspectos emocionais, intelectuais e outros.

Alguns autores de abordagem sociológica voltados à história da família são aqui apresentados, conforme descritos abaixo:

Leonildo Campos vai mostrar as consequências no contexto do protestantismo brasileiro na relação pastor e sua família e igreja, destacando também o conflito de papéis que acaba por envolver o pastor e, conseqüentemente, a sua família. Assim, ao apresentar uma situação bastante evidente no protestantismo brasileiro que está relacionada com o tipo de pastor sacerdote e pastor profeta (Campos, 2011, p.6), conforme sua abordagem, diz que “há a questão do conflito de papéis entre o *sacerdote* (encarregado de fazer funcionar a instituição) e o *profeta* (portador de um carisma contestador dessa mesma ordem).”

Nancy Gonçalves Dusilek (2009) apresenta em sua obra os dilemas e alternativas da esposa de pastor, fazendo menção de sua situação sistêmica no reduto da comunidade eclesiástica onde convive, juntamente com sua família, e as implicações decorrentes deste envolvimento. A autora discorre também sobre as cobranças que surgem sobre a mulher de pastor, que ela chama de mulher sem nome. Há neste caso uma preocupação de se mostrar a realidade desta mulher, como outra qualquer, porém, muitas vezes não compreendida pela sociedade de uma forma geral.

Horton (1980, p. 166) mostra que “nas sociedades mais primitivas, a única autoridade conhecida em muitas sociedades simples é a da família. Portanto, é a instituição básica, a partir da qual outras se desenvolvem quando a maior complexidade cultural fez com que se tornassem necessárias.”

Lotufo Neto (2003) discorre sobre a questão religiosa e com foco nos ministros e líderes, destacando os aspectos dos transtornos mentais que lhes envolve e as devidas consequências no âmbito religioso. O autor discorre também, sobre comportamentos estranhos que aconteceram na história da igreja cristã e das religiões, por meio de líderes. Ele também destaca o transtorno mental entre clérigos e ministros religiosos e ainda trata em seu texto sobre a sexualidade e estresse na vida deste ministro e, na sequência, destaca a necessidade da psicoterapia para cuidado desse líder religioso.

Karl Mannheim (1966, p. 95), mostra que a juventude faz parte daqueles recursos latentes que cada sociedade tem à sua disposição e de cuja mobilização depende sua vitalidade. Vai abordar que as sociedades são destacadas e caracterizadas por sua mobilidade e, ainda, assevera que, no contexto de nossos problemas, o fato relevante é que a juventude vem “de fora” para os conflitos de nossa moderna sociedade. E é este fato que faz da juventude o pioneiro predestinado para qualquer mudança da sociedade

Carlos Garma Navarro (2007, p 278) aponta um sério problema envolvendo os filhos de pastores que acabam por abandonar a religião de seus pais, afirmando que:

El título hace alusión a un dicho popular entre los protestantes y evangélicos latinoamericanos, y al hecho de que a menudo los hijos e hijas de pastores abandonan o cuestionan la religión de sus padres. Como resultado, muchos cambiarán de afiliación religiosa o perderán su fe para volverse apóstatas a los ojos de los conversos de primera generación.

Peter e Brigit Berger (1978,) abordam a questão da interação social, afirmando que ela está dentro de um processo natural, a qual deixará marcas para toda a vida do homem desde o seu nascimento. E assim mostram que

Desde o início, a criança desenvolve uma interação não apenas com o próprio corpo e o ambiente físico, mas também com outros seres humanos. Os componentes não sociais das experiências da criança estão entremeados e são modificados pela experiência social. Sua experiência relativa aos outros indivíduos constitui o ponto crucial de toda experiência.

Paul Tripp (2014), em sua obra apresenta os perigos e os desafios do ministério pastoral, analisando nesta perspectiva as suas implicações, ao passo em que faz um diagnóstico da realidade empírica desta função, desafiando ao próprio pastor a enxergar aquilo que muitas vezes lhes passa despercebido sobre questões diretas no ministério.

Geraldo Romanelli (1998, p.124) discorre que “as relações entre gerações estão vinculadas ao modo pelo qual a experiência extratificada dos adultos configura um modo de ordenar a existência, gerando ruptura e continuidade entre as gerações”. E ainda, continua mostrando que esse conflito de gerações se caracteriza pelas crises.

Tania Salem (1980) apresenta um estudo de papéis e conflitos familiares, destacando, entre outros tópicos, sobre papéis familiares: as perspectivas teóricas, mostrando nestas o conceito de papel e conflito de papel; os papéis familiares, fazendo menção sobre a matriz geracional; a matriz sexual; apresenta também a conceituação de família, discorrendo, ainda, acerca da delimitação do termo família, e ainda, sobre os pais, os filhos e o domínio público e o domínio privado.

Christoph Schneider-Harpprecht e Valburga Schmiedt Streck (1995), abordam aspectos históricos da família pastoral e sua devida importância no matrimônio distinto, asseverando também que esta realidade está presente desde a Reforma Protestante do Século XVI, quando Lutero e outros líderes do movimento reformador decidiram se casar e romper com o celibato obrigatório para os padres. Discorrem sobre a temática até os dias de hoje, fazendo abordagens também das funções da esposa do pastor na comunidade.

Para fins desta dissertação, compreendemos como pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil aquele indivíduo do sexo masculino, que passa pelo crivo do Presbitério ao ser ordenado, após cursar o seminário em nível superior e ter sido colocado em teste (como licenciado) perante uma igreja, tendo, ao fim desse processo, sido aprovado diante de todas as exigências estabelecidas pela igreja. Assim é designado pelo presbitério para exercer a sua função pastoral. Mas também, é assim descrito na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal. O então ministro Carlos Lupi (2010, p. 419) descreve a função pastoral sob o código 2631:

Realizam liturgias, celebrações, cultos e ritos; dirigem e administram comunidades; formam pessoas segundo preceitos religiosos das diferentes tradições; orientam pessoas; realizam ação social junto à comunidade; pesquisam a doutrina religiosa; transmitem ensinamentos religiosos; praticam vida contemplativa e meditativa; preservam a tradição e, para isso, é essencial o exercício contínuo de competências pessoais específicas.

O presbiterianismo é um ramo do protestantismo nascido dos ensinamentos do teólogo francês que viveu na Suíça, João Calvino (1509-1564), o qual se tornou líder da Reforma, substituindo o teólogo reformador, Zuínglio, após sua morte, conforme apresenta Robert Hastings Nichols (1992, pp. 180-189). Nichols cita John Knox, nascido da Escócia em 1515, que foi para a Suíça e se tornou discípulo de Calvino. Voltando para a Escócia ele fundou o presbiterianismo, como um novo ramo do protestantismo. Esse nome é de origem grega, vindo do termo “episcopos”, *presbíteros*, numa referência aos mais experimentados, anciãos, os quais governam a igreja. Daí, surgiram o presbítero regente e o presbítero docente. O regente é aquele que trabalha na administração da igreja; o docente é o pastor. As

atribuições do pastor estão estabelecidas no Manual Presbiteriano (2013, p. 24), assim:

São atribuições do ministro que pastoreia igreja: a) orar com o rebanho e por este; b) apascentá-lo na doutrina cristã; c) exercer as suas funções com zelo; d) orientar e superintender as atividades da igreja, a fim de tornar eficiente a vida espiritual do povo de Deus; e) prestar assistência pastoral; f) instruir os neófitos, dedicar atenção à infância e à mocidade, bem como aos necessitados, aflitos, enfermos e desviados; g) exercer, juntamente com ou outros presbíteros, o poder coletivo de governo. Parágrafo único. Dos atos pastorais, o ministro apresentará, periodicamente, relatórios ao Conselho, para registro.

Consideramos neste texto a família como uma das instituições sociais mais antigas da história humana. Não se trata da família tal como a conhecemos hoje. Mas vem desde que a humanidade deixou a sua vida em bando, a sua vida tribal, ela começa a adotar a questão do macho com várias fêmeas e muitos filhos até chegar ao ponto da família nuclear que se baseava no pai, mãe e filhos.¹ Pesquisamos livros, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros de história do presbiterianismo no Brasil e, eventualmente, também os documentos conciliares da Igreja Presbiteriana do Brasil, bem como ainda alguns artigos do jornal oficial da Igreja, *O Brasil Presbiteriano*.

Pesquisamos livros, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros de história do presbiterianismo no Brasil e, eventualmente, também os documentos conciliares da Igreja Presbiteriana do Brasil, bem como ainda alguns artigos do jornal oficial da Igreja, *O Brasil Presbiteriano*.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a observação do pesquisador ao longo dos 23 anos de vida eclesiástica na Igreja Presbiteriana do Brasil, que tem oferecido muitas oportunidades de verificar a importância da família para o

¹ Vivemos um momento na civilização ocidental, especialmente no Brasil, em que se tem questionado muito a família nuclear como uma família modelo, haja vista as tendências da legislação para consagrar a família nos formatos homem-com-homem e filhos, mulher-com-mulher e filhos. Mas essas não são opções para o protestantismo, principalmente aos presbiterianos, que continuam fundamentando fé e prática nos textos bíblicos do Novo Testamento, quando diz que seja o presbítero, no caso, o pastor, o marido de uma só mulher e que cuide bem da sua família.

sucesso e para o insucesso de muitos ministérios pastorais. Também foram utilizados textos advindos de pastores, presbiterianos ou não, publicados em revista e na internet.

A ideia básica que nos levou à pesquisa aqui apresentada é a de que a ação, particularmente do pastor de tempo integral, está muito vinculado com a ajuda financeira que ele recebe da igreja. Embora não se possa afirmar que pastor é empregado e a igreja é a empregadora. Neste sentido, ressalta-se o fato de as relações entre o pastor e a igreja, do ponto de vista trabalhista, não serem vistas pelas decisões de julgamentos do Tribunal Superior do Trabalho, na Capital Federal do país, como as de um profissional a serviço da religião.

Portanto, a situação do pastor presbiteriano e de sua família é analisada aqui neste trabalho com alguns destaques que julgamos ser essenciais para a compreensão de sua estrutura. No primeiro capítulo é feita uma pesquisa sobre a pré-história da família do pastor presbiteriano, observando o comportamento e os modelos de família existentes, bem como, as suas transformações no decorrer dos anos, como reflexo das mudanças ocorridas nas sociedades. A família do pastor surge em meio a essas transformações, ao mesmo tempo em que passa a enfrentar os conflitos geracionais na sua convivência, quer seja no lar, como nas comunidades existentes. Ainda neste capítulo é feita uma análise sobre a falta de família para o sacerdote católico, o qual por obrigação vive como celibatário. Já no caso do pastor, é feita uma análise para observar a importância da família para ele, mostrando os seus desafios, mas também os seus benefícios.

No segundo capítulo a pesquisa analisa a família do pastor presbiteriano e a sua família, desde o seu surgimento no Brasil na segunda metade do século XIX até o século XX. É feita uma análise sobre esta família em uma sociedade em transição e as repercussões disso em várias áreas dessa instituição. Também se faz uma análise sobre as finanças do pastor e sua família, sublinhando as crises e problemas originados dessa situação, haja vista que o pastor precisou buscar alternativas de complemento de renda para amparar a sua família. Por esse motivo, muitos pastores tiveram que optar por um tipo de ministério de tempo integral ou parcial. Na sequência desse bloco, foi também analisada a situação do pastor e os seus encargos sociais, diante dos

dramas vividos por muitos no passado, mas agora, algumas mudanças aconteceram, agregando alguns benefícios de ordem sócio-laboral ao pastor na IPB, as quais vieram para amenizar boa parte dos problemas e as decorrentes crises à sua família.

Já no último capítulo, a pesquisa se ocupou em analisar a família do pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, seus desafios, crises e possíveis saídas. A abordagem inicial trabalhou sobre a sexualidade do pastor e as tensões da sua relação com a esposa nessa área. Foram avaliadas algumas causas que provocam tensão na relação conjugal, desde problemas de saúde, sobrecarga de atividades, mas também a questão da infidelidade conjugal ou traição. Prosseguiu-se a análise abordando os conflitos e as crises familiares nas suas relações com a igreja e as consequências na relação entre o pastor e a esposa e, também, entre o pastor e seus filhos. Diante das complicações e conflitos analisados, a morte do pastor foi um destaque de muito impacto na vivência da família e comunidade, principalmente no trato da morte por suicídio. E, para fechar o trabalho, foram levantadas possíveis caminhos, quer preventivos, quer corretivos, para a família pastoral, que possam servir-lhes de instrumentos e alternativas para enfrentar as adversidades de tantas crises e aflições vivenciadas no ministério.

1. POR UMA PRÉ-HISTÓRIA DA FAMÍLIA DO PASTOR PRESBITERIANO.

Os pastores protestantes, herdeiros da Reforma do século XVI, enfrentaram os mesmos desafios familiares vivenciados por Lutero, Calvino e outras pessoas que anteriormente foram sacerdotes católicos, mas aderiram à Reforma desde os primeiros instantes. Lutero chegou até a elaborar lista de casamento de ex-padres, ex-freiras visando a recompor os núcleos familiares de cada um deles. Essa exigência vinha do fato de os reformadores terem abolido o celibato. Portanto, no desenho da nova função pastoral estavam, de certa forma, desenhadas as fronteiras do casamento e da formação de família de antigos celibatários.

Por outro lado, as novas famílias de pastores protestantes, formadas de ex-sacerdotes e ex-freiras, também expressavam a necessidade de uma adequação a uma nova realidade ministerial em que a igreja passou a ser parte integrante da vivência familiar do especialista religioso.

Portanto, a família do pastor protestante é herdeira de todo um processo histórico e eclesial que acabou por marcar a formação familiar, fazendo com que a família nuclear tenha se tornado o ideal da família pastoral. Por isso, ainda no século XIX, quando o normal era a família ampliada e, no mundo rural, uma família que possuía funções fixas na economia. Nesse mesmo século quando o normal era a família ampliada, o pastor já buscava uma família que exprimisse as mudanças, diante das frequentes demandas de uma vida missionária. Tais circunstâncias iriam imprimir desafios familiares muito diferentes das experimentadas por outras famílias da igreja ou das de seus próprios irmãos e irmãs. Por outro lado, no decorrer da história, o modelo familiar sofreu mudanças na sua estrutura, função e forma. A família do pastor também não ficou e nem está fora disso. Portanto é fundamental fazer uma avaliação histórica das suas modificações, que ocorreram até chegar na família nuclear, que é a que o pastor escolheu como sendo a ideal para ele.

Na história da família é possível encontrarmos muitas causas que provocaram mudanças significativas, tanto no seu comportamento, como em sua estrutura. Não obstante, vemos que a família, nas mais variadas situações, tem assumido

novas feições e, às vezes, se tornado refém de certas situações culturais e econômicas. Assim, poderemos concordar com o que escreveu Paul B. Horton (1980, p. 166), ao apresentar que “os padrões familiares revelam uma variação fascinante de uma sociedade para outra, e as pessoas de uma delas, que se envolvem com padrões familiares de uma sociedade diferente, geralmente reagem de maneira previsivelmente etnocêntrica”.

Diante dessa perspectiva, faz-se necessário compreender, antes de analisar o modelo familiar dos pastores, a família na história e as implicações que lhes são pertinentes, mediante as transformações pelas quais tem passado e ainda passa nos nossos dias.

1.1. A família na história.

Conceituando a estrutura da família, Anthony Giddens (2005, p. 151) comenta que “uma família é um grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, cujos membros adultos assumem a responsabilidade pelo cuidado das crianças, pelos laços de parentesco”. Este autor também menciona esta relação entre mães, pais, irmãos, prole etc. Pois, no seu entender, quando duas pessoas se casam tornam-se aparentadas pelo elo matrimonial que conecta uma gama mais ampla de parentes.

As mudanças ocorridas na família ao longo da história podem ser compreendidas nas iconografias. Elas contribuem para uma melhor compreensão da realidade. Os arqueólogos observam que a prática desse registro é antiga e aponta para a forma como algumas mudanças pelas quais a família passou.

Na sua abordagem sobre as imagens da família, Philippe Ariès (1978, p. 195), destaca que os registros iconográficos desta arte na Idade Média, antes do século XIV, mostram que “os gauleses da época romana gostavam de representar em seus baixos-relevos funerários cenas de suas vidas de trabalhadores”. Essas iconografias ganharam destaque especial quando, a partir do século XVI (1978, p. 199), “uma nova personagem entra em cena nos calendários: a criança.” Isto tem

uma marca diferenciada porque até ali esta figura era ausente nesses tipos de trabalhos. Surgem então novas representações da realidade que vão fazer diferença na compreensão e afeição da esfera familiar. Isto é uma verdadeira reviravolta, que passa a ter na representatividade do lugar ocupado pela criança no cenário da família.

A observação da família na história primitiva e a estrutura imanente de alguma instituição nos mostram que ela estava presente desde os tempos primitivos. Assim, Horton (1980, p. 166) registra que nas sociedades mais primitivas a família era a única instituição. Ele exemplifica tal realidade entre os esquimós polares, onde não havia outras instituições além da familiar. Eles não tinham necessidade física ou social que solicitasse outra estrutura institucional além da proporcionada pela família.

Ariès (1978, pp. 219, 220) na sua abordagem sobre as questões envolvendo a família do ponto de vista dos artistas, aponta que “o tema iconográfico evocava e associava numa síntese três forças afetivas: a religiosidade, o sentimento da infância (a criança menor) e o *sentimento da família* (a reunião em torno da mesa)”. Percebe-se, portanto, que a realidade da família tem bases fortes de sustentação para o amparo dos seus membros. E, de uma forma bastante acentuada, a religiosidade vem corroborar para ampliar estes valores importantes nas relações e convivência dos envolvidos nessa instituição.

Naturalmente as relações familiares são sempre reconhecidas dentro de grupos de parentesco mais abrangente. Contudo, os conceitos apresentados por sociólogos e antropólogos sobre a família são matizados com algumas características que as define. Nesse intento, Giddens (2005, p. 152) aborda alguns destes conceitos e os define como “família nuclear, por um lado, que são dois adultos vivendo juntos num núcleo doméstico com suas crianças ou com crianças adotadas, e, por outro lado, a família ampliada”. E esta, por sua vez, conhecida também por outros cientistas como família patriarcal, a qual pode incluir avós, irmãos e suas esposas, irmãs e seus maridos, tias e sobrinhos. Configuram-se desta forma os tipos de famílias que ainda hoje prevalecem e com tendências bem destacadas no primeiro tipo aqui apresentado, que é a família nuclear.

Portanto, no mundo primitivo ou nas sociedades simples, nota-se que a única autoridade conhecida era a da família. Com o crescimento da sociedade, surge a necessidade de outras organizações políticas para atenderem as demandas existentes. Naturalmente que não só na sociedade primitiva, mas também na moderna, como mostra Horton (1980, p. 166), “a família é a instituição social básica, a partir da qual outras se desenvolvem, quando a maior complexidade cultural fez com que se tornassem necessárias”.

É importante frisar que no desenvolvimento da família surge de forma categórica o aspecto chamado de *sentimento da família*, que ao longo do tempo mostra ter uma relação direta com a infância, ao ser observado pela iconografia. E, nesse sentido, Ariès (1978, p 210) aponta que “o sentimento da família, que emerge assim nos séculos XVI-XVII, é inseparável do sentimento da infância. O interesse pela infância não é senão uma forma, uma expressão particular desse sentimento mais geral, o sentimento da família”. E, ampliando esse raciocínio, aponta o mesmo autor: “a análise iconográfica leva-nos a concluir que o *sentimento da família* era desconhecido da Idade Média e nasceu nos séculos XV-XVI, para se exprimir com um vigor definitivo no século XVII.”

Pensar na definição de família é salutar para as tratativas que emergem desta demanda discursiva e real, pois é possível encontrarmos muitas definições a seu respeito. Se não tivermos a perícia devida sobre esta questão, incorreremos em uma avaliação, no mínimo, insuficiente. Assim, Horton (1980, p 166) define família como “um grupamento de parentesco que se incumbe da criação dos filhos e do atendimento de certas outras necessidades humanas”.

Quando discorremos sobre o desenvolvimento da família, sobretudo no século XVI, observamos que mudanças acentuadas lhes trouxeram um notável destaque no aspecto sentimental. E, por esta razão, Ariès (1978, p 215) menciona o processo de desenvolvimento da família moderna respaldado e influenciado no *sentimento da família*. Situação essa que vai repercutir também no século XVII, nas pinturas iconográficas alusivas ao casamento e ao batismo.

Para esta composição de famílias, Horton (1980, p. 166) menciona que na composição de marido e mulher tem-se assim a família conjugal, o que seria equivalente à família nuclear. Ainda assim, o mesmo autor apresenta outro tipo também de família, a que denomina família consanguínea. Esta teria a mesma equivalência ao tipo patriarcal, ou mesmo ampliada, conforma já mencionado. Nessa altura de reflexão, o mesmo autor (1980, p. 167) assevera que “o tipo de família consanguínea, a afeição e a responsabilidade são bastante difundidas entre um grupo de pessoas bem grande”. Por assim entender, ele mostra ainda que este tipo de família é cercado por muitos adultos, os quais podem, momentaneamente, agir para com ela como um dos genitores.

Certamente este modelo de família patriarcal proporciona uma socialização mais ampla do indivíduo imergido neste contexto, oferecendo pouca chance para a individualidade e pouco perigo de solidão ou negligência. A realidade nos convoca a uma reflexão objetiva, amparada em uma compreensão mais abrangente sobre a família e que faz levantar respostas às demandas oportunizadas nesta perspectiva.

A família no decorrer dos tempos vai se tornando, cada vez mais, base de apoio significativa para o homem em vários sentidos. Por este motivo, diante dos enfrentamentos que o homem passa no mundo dos negócios e, de forma severa, a política e a diplomacia eivadas de selvagerias, Christopher Lasch (1991, p. 19) entende que “o homem busca refúgio na vida privada, nas relações pessoais e sobretudo na família – o último reduto de amor e decência”. No entanto, o mesmo autor entende que a vida doméstica vai se apresentando de forma a não poder abarcar confortavelmente e devidamente os seus membros, apesar de ainda poder atender-lhes importantes necessidades.

Os teóricos da família brasileira revelam que há dois posicionamentos conceituais específicos presentes nesta sociedade. O primeiro alavanca-se a partir do modelo da família patriarcal e o segundo se projeta por meio de uma revisão do primeiro, mediante a sua contextualização social. Discorrendo sobre esse modelo de família, Marisa Tayra Teruya (2016, p. 2), observa:

Neste primeiro momento, a família patriarcal foi tomada como 'civilizadora', ao impor sua ordem e sua solidariedade a uma ordem social que seria, de outra maneira, desorganizada e anômica, sendo as outras organizações familiares possíveis “apêndices” e complementos daquela estrutura patriarcal.

Percebe-se que nesta circunstância a trajetória da ocupação do território natural brasileiro percorreu todos os cantos e contornos possíveis, envolvendo fatores da historiografia brasileira, com traços que marcaram o passado até o presente, desde uma realidade vivenciada do campo para as grandes cidades com as suas devidas repercussões.

Mariza Corrêa (1982, p. 25) comenta também que o poder absoluto da família patriarcal, de certa forma, eclipsou outras formas de organizações familiares que se propagaram por toda a nação, que tinha que mensurar as possibilidades de sobrevivência de uma vasta população em meio a uma sociedade desigual. Ela destaca ainda a importância do modelo desta família como algo a ser lembrado sempre.

Conceituando o padrão da família patriarcal, Corrêa (1982, p. 3) ressalta que a sua composição surge por um extenso grupo a partir de um núcleo conjugal e sua prole legítima, com o qual se coadunam parentes, afiliados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos. “Todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa grande ou senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas e das terras, dos escravos e do mando político.” Desta forma, fica evidente, pela estrutura formada para a composição deste tipo de ajuntamento social, o fortalecimento do modelo de família patriarcal, através do qual teve muita força em nossa sociedade, com certa influência até os dias de hoje.

O marco desta organização social e política da região teria sido a casa-grande, de uma maneira mais ou menos ordenada. Isto se evidenciou num momento em que o governo de Portugal não podia se representar em todas as áreas e colônias formadas, pois os donos das terras exerciam o seu tipo particular de governo e domínio. Esta força de domínio particular perdurou nestas circunstâncias até a chegada de um domínio forte do Estado, ao assumir as rédeas da situação.

Gilberto Freyre (2003, p. 80) ao mencionar a historicidade da família no Brasil, destaca que desde 1532 a colonização portuguesa do Brasil foi caracterizada

pelo domínio quase que exclusivo da família rural ou semi-rural. Ele ainda sublinha que “desde o século XVI a família é o grande fator da colonização no Brasil”.

A casa-grande teve seu marco ao lado da senzala, estabelecendo um modelo de domínio que carimbou definitivamente a história da nação brasileira. Nesta perspectiva, Freyre (2003, p. 86), salienta que:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater* família, culto dos mortos, etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, banco, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos.

O Brasil experimentou formas patriarcalistas na estruturação da família. Porém, na Europa, desde o século XV, o núcleo familiar já passava por importantes transformações. Segundo Ariès (1978, p 231):

Os sentimentos da família se transformariam: uma revolução profunda e lenta, mal percebida tanto pelos contemporâneos como pelos historiadores, e difícil de reconhecer. E, no entanto, o fato essencial é bastante evidente: a extensão da frequência escolar. (...) Desta época em diante, ao contrário, a educação passou a ser fornecida cada vez mais pela escola. A escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao lado do adulto.

O contexto europeu no quesito família neste momento destacado na história tem suas diferenças, se comparado ao que ocorre no Brasil na mesma época. Contudo, vale salientar que há em comum, no contexto geral, certo envolvimento de parentesco que possibilitou, de alguma forma, o fortalecimento dos laços de família.

O mesmo Freyre (2003, p. 85) ressalta que a nossa verdadeira formação social se dá a partir de 1532, por meio da família rural ou semi-rural. Para ele, “a família colonial reuniu uma variedade de funções sociais e econômicas”. E ele mostra ainda que, por meio da família, foi que se despontou o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o

clericalismo dos padres da Companhia de Jesus. Nesta circunstância, percebe-se uma disputa de poder, pois os padres eram acusados de oposição aos interesses da sociedade colonial, e de quererem fundar no Brasil uma “santa república” para dominar os índios, por meio da religião católica.

O modelo de família patriarcal praticado desde o período colonial teve as suas implicações em diversas áreas, inclusive na economia. Sobre tal modelo escreveu Eni de Mesquita Samara (2002,) que:

No início dos séculos XVI e XVII, a economia da Colônia esteve, basicamente, assentada nas plantações de cana localizadas no Nordeste. Nos engenhos do mundo rural, as famílias de elite viviam nas mansões assobradadas, cercadas de escravos e dependentes. Nas uniões legítimas, o papel dos sexos estava bem definido, por costumes e tradições apoiados nas leis. O poder de decisão formal pertencia ao marido, como protetor e provedor da mulher e dos filhos, cabendo à esposa o governo da casa e a assistência moral à família.

No período colonial a família teve sempre o seu destaque na influência social. Oliveira Viana (1999, p. 150), discorrendo sobre este período, aponta uma sociedade organizada sob o comando das ‘famílias senhoriais’, que comandavam os clãs parentais, estabelecendo um sistema caracterizado pela escravidão, dispersão populacional e descentralização administrativa. Uma sociedade que poderia ser vista através de tipos sociais e suas instituições sociais com os seus devidos usos e costumes. E mencionando os ‘tipos sociais’, o autor aponta o lugar dos indivíduos na sociedade: governantes ou governados, chefes ou chefiados: ‘o coronel’, ‘o oligarca’, ‘o manda-chuva’, ‘o genro’, ‘o sobrinho’, ‘o afiliado’, ‘o capanga’, ‘o cangaceiro’ etc.

Pensar sobre a família e discorrer sobre a sua importância leva-nos à obrigação de considerar o seu legado marcante e decisivo na história brasileira, bem como destacar os marcos deixados nessa civilização, dos quais a nossa sociedade é herdeira. É imprescindível notar que a família, diante dos seus legados, sempre foi identificada como a instituição que, de alguma forma, estabeleceu os modelos da colonização e apontou as diretrizes de conduta e de relações sociais desde o período colonial.

No decorrer dos tempos a família vai passando por mudanças na sua estrutura, o que vai repercutir diretamente na sua convivência e na sociedade. Disso, surge uma nova leitura mais desafiadora por parte dos historiadores e estudiosos do assunto. Pois assim, no entender de Lasch (1991, p. 20) a família é vítima de uma desintegração lenta, em consequência do divórcio e de movimentos como o feminismo e a revolta da juventude que tiveram origem no século XIX.

1.2. As transformações na família

A hegemonia da família, que parecia tão consolidada desde o início da colônia, vai perder suas forças e entrar em decadência a partir da Revolução Industrial. Começava então a acontecer a passagem das atividades rurais para as atividades na indústria e no comércio. Decerto, essa realidade atingiu diretamente o modelo patriarcal de família. Corrêa (1982, p. 6) registra que “a transformação da família se dá por decadência, com o advento da industrialização e a ruína das grandes propriedades rurais, sendo então substituída pela família conjugal moderna”.

1.2.1. Reflexos das transformações sociais na família.

Portanto, as mudanças na família foram acontecendo de acordo com as inovações no contexto social e isso teria sido um fenômeno global. Deparando com o século XVIII, esta instituição enfrentava novos desafios e mudanças consideráveis em sua estrutura. Cláudia Fonseca (1989, p. 53) refere-se a essa época da seguinte forma: “aconteceu a grande explosão demográfica como sintoma de mudança nos antigos padrões familiares, especialmente em virtude da Revolução Industrial”.

Lasch (1991, p.21), ao escrever sobre a família no contexto da sociedade moderna envolta das grandes transformações provenientes da revolução industrial, aponta que:

A história da sociedade moderna é a afirmação do controle social sobre atividades antes relegadas aos indivíduos ou às suas famílias. No primeiro estágio da Revolução Industrial, os capitalistas retiraram a produção do âmbito doméstico e a coletivizaram, sob sua própria supervisão, na fábrica. Em seguida apropriaram-se das habilidades e conhecimento técnicos dos trabalhadores através da ‘administração científica’ e uniram suas habilidades sob uma direção administrativa. Finalmente estenderam seu controle também à vida privada dos trabalhadores, quando médicos, psiquiatras, professores, orientadores infantis, funcionários da justiça de menores e outros especialistas começaram a supervisionar a educação das crianças, tarefa que antes pertencia à família.

Alguns fatores marcaram as transformações no comportamento e no tamanho da família e suas consequências na sociedade. Nesta perspectiva, Horton (1980, p. 173) destaca que “a passagem de uma sociedade agrícola não alfabetizada para uma sociedade alfabetizada, especializada e industrializada, fez com que as crianças deixassem de ser um bem econômico para se tornarem um encargo dispendioso”. Decerto, aconteceram mudanças que alvejaram diretamente a família, pressionando-a para não se ter muitos filhos, o que seria uma irresponsabilidade, em virtude das mudanças em termos de tecnologia, economia e valores. Fica claro que havia em alguma medida uma coerção natural por causa desta nova realidade.

As mudanças na estrutura da família e a ideia da nova realidade não obtiveram consenso diante dos estudiosos do caso. Especulava-se que o jovem, que passava a ter renda mais cedo, era muitas vezes pressionado por seus pais a que pudesse colaborar com as despesas da família, conforme assevera Fonseca (1989, p. 53). A autora mostra ainda outro fato curioso que diz respeito à informação de que havia uma alta taxa de gravidez pré-nupcial, indicando que a relação sexual fazia parte do noivado. Contudo, não se chegava, em geral, à bastardia, pois ocorriam pressões da comunidade para assegurar o cumprimento da promessa matrimonial.

No mundo em constantes transformações, onde se acentua normalmente o conflito de gerações, é preciso perceber as dificuldades nos relacionamentos do jovem para com o adulto, em situação realista. Escrevendo sobre esta temática, Fernando Bastos de Ávila (1996, p. 223) mostra as duas gerações que vivem em espaços e cultura diferentes e que, portanto, as suas linguagens se encontram cada vez mais díspares. Para o jovem, sua interpretação aos mesmos símbolos vocais é diferente.

E ainda ocorre que eles criam, sucessivamente, novos símbolos para a sua linguagem.

Quanto às mudanças na família em consequência do período de transformação econômica e com o advento da industrialização, as mulheres saíram da zona rural e foram requisitadas para exercerem mão de obra nas cidades, como empregadas domésticas ou como funcionárias da indústria têxtil. Essa nova realidade permitiu que a mulher mantivesse o mesmo comportamento de namoro e noivado como outrora. No entanto, vivendo em um novo contexto, numa grande população e longe de sua comunidade de origem, muitos homens se aproveitavam da situação e não assumiam a responsabilidade do casamento, acarretando, conseqüentemente, a falta de legitimidade das relações matrimoniais. Neste intento, Fonseca (1989, p. 54) destaca que “o aumento da ilegitimidade seria a prova da persistência de atitudes familiares tradicionais mal adaptadas ao novo contexto”.

A reprodução das sociedades tem a ver com a relação entre as gerações. Neste sentido, Geraldo Romanelli (1998, p. 124) aborda que “esta relação geracional constitui um dos meios pelos quais as sociedades se reproduzem ao transmitirem aos imaturos, orientações culturais para a participação na vida social”. O autor apresenta ainda que o processo de socialização, por um lado, se dá através do convívio direto na família, na escola, nos grupos dos pares, nas igrejas e em outras instâncias. Mas, por outro lado, o autor apresenta que este processo “se realiza, de modo direto, pela mediação simbólica de agentes de diferentes instituições que disseminam valores, normas e modelos culturais”.

As transformações na família cresceram por toda parte do mundo onde houve o êxodo rural. O que ocorre com os americanos, por exemplo, é algo que se assemelha, de certa forma, com o nosso comportamento brasileiro, isto é, no que diz respeito ao comportamento da família nos últimos tempos.

É importante frisar o valor da continuidade das gerações, especialmente por ser um caminho fundamental na preservação e repasse da cultura. No entanto, lidamos com o problema das diferenças de gerações e isto pode implicar em certas

rupturas ou desqualificação de algum valor cultural. Fazendo menção a esta questão sublinhada das gerações e a cultura, Foracchi (1972, pp. 22-23) mostra que:

Na sociedade moderna, como se sabe, essa transição é especialmente difícil devido à complexidade das formas de organização social, à variedade das alternativas de vida que se oferecem para o jovem, às contradições inerentes à passagem da família de orientação para a família de procriação, às incertezas quanto ao próprio destino pessoal.

Os tipos de famílias ao longo da história, sempre marcaram o seu comportamento perante a sociedade. Até os nossos dias o seu comportamento merece atenção e cuidado na sua análise, desde um modelo patriarcal desta instituição até o modelo conhecido com família nuclear. Ao fazer uma explanação sobre a família na sociedade brasileira da atualidade, Leonildo Silveira Campos (2000, p. 3), apresenta alguns problemas reais que são encontrados nesta terra chamada Brasil, em decorrência das transformações sociais e econômicas ocorridas ao longo da história:

Hoje, as mudanças provocaram a falência das receitas tradicionais de se organizar a família. Não é mais possível fazer isso à luz do modelo patriarcal. As transformações econômicas (industrialização), a passagem de um mundo agrícola para um mundo urbano e as mudanças sociais delas advindas, mudaram a fisionomia do grupo família e, em certos casos, decretou o seu fim. Aumenta-se, nas grandes cidades, o número de pessoas de meia-idade para cima, vivendo solitariamente.

Horton (1980, p. 173) ao analisar a questão de família, menciona que entre os norte-americanos houve, em parte do século XIX, uma diminuição no seu tamanho. Tanto que, em pleno século XX, “as famílias já não são mais como em séculos passados, com número de 12 filhos”. Agora ter muito filhos se tornou mais raro e tem a ver com a taxa de natalidade no mundo ocidental, onde a maioria começou a baixar. O autor observa ainda que o tamanho da família “alcançou o ponto mais baixo durante a Grande Depressão da década de 1930, quando nos EUA em 1933 a taxa desceu para 16,6 nascimentos por mil, elevando-se para 26,6 em 1947 e baixando para 14,9 em 1973”.

Ao longo do tempo, muitas mudanças aconteceram provocando tipos diferentes de relacionamento entre e dentro das famílias. Entre tais mudanças está o papel da mulher com relação ao trabalho externo, o que trouxe algumas consequências diretas para a estrutura e funcionamento da família. Assim, se por um lado

poderemos tratar dos direitos iguais nesta conquista da mulher e seu espaço na sociedade, por outro, a família passa a herdar um problema concernente à criação e educação dos filhos. Nesta linha, Anthony Giddens (2005, p153) registra que,

O feminismo teve grande impacto na sociologia ao desafiar a visão da família como um domínio harmonioso e igualitário. Em 1965, uma das primeiras vozes “divergentes” foi a da feminista norte americana Betty Fridan, que escreveu sobre o “inominável problema” – o isolamento e o tédio que arrastaram muitas donas de casa norte-americanas a um ciclo interminável de assistência aos filhos e de trabalho doméstico.

Entre outras mudanças que ocorreram na sociedade norte-americana, Horton (1980, p. 174) mostra que houve mudanças na divisão de trabalho e na questão da autoridade. Conforme ocorria no Brasil e em outros lugares do mundo ocidental, esta tradicional família era altamente patriarcal, mas agora ela é forçada pelas circunstâncias a ter uma nova postura. Conforme menciona o mesmo autor, uma das grandes mudanças ocorridas foi o aumento do número de “esposas no trabalho”. Pois nesta nova realidade, diz Horton (1980, p. 175) que “esta revolução silenciosa transformou a divisão do trabalho doméstico. O tempo de trabalho das donas de casa não se reduziu pelos dispositivos poupadores de trabalho. A esposa que trabalha fora ainda labuta mais do que a dona de casa, em uma média de dez horas por semana”.

Outra questão envolvendo a família, e que também traz preocupação e a necessidade de avaliação, diz respeito ao comportamento do jovem no que tange à questão de independência econômica. Fazendo menção a esta situação, Marialice M. Foracchi (1977, p. 19) aponta que, no caso do jovem estudante, a sua dependência econômica não suscita qualquer compromisso de retribuição, considerando que no seu entender é obrigação da família. Um problema que tem suas consequências em virtude de não haver uma espécie de gratidão ou retribuição qualquer que seja. Neste caso, os conflitos também surgem afetando diretamente a relação familiar.

Tratando da relação familiar, Horton (1980, p. 177) destaca que:

Em um mundo cada vez mais desatencioso, impessoal e impiedoso, a família próxima torna-se o respaldo do apoio emocional. Um homem pode ser insultado por seu chefe, ter a condescendência dos colegas e ser ignorado pelos vizinhos, mas no lar ele pode ser o Rei Salomão para a esposa e Hércules para os filhos! (...) A importância das funções afetivas se amplia ainda mais em

virtude da expansão do período posterior ao crescimento dos filhos.

A família inevitavelmente está inserida no contexto social de muitas mudanças e transformações, principalmente no contexto moderno, se comparado com a sociedade tradicional. e por esta razão, Stuart Hall (2004, p. 12) aponta que “as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Este é principal distinção entre as sociedades ‘tradicionais’ e as ‘modernas’.”

Ao analisar a história das famílias é possível encontrar muitas disparidades de comportamento no que tange aos seus tipos e em tempos diferentes. Nesta assertiva Campos (2000, palestra dada na oficina: A família brasileira e a sociedade atual...) conclui que o momento precedente à “pós-modernidade” seria mais estável, mais precioso e mais harmonioso. Tudo isto em virtude da boa relação desta instituição também com a influência da religiosidade. Isto denota uma diferença grandiosa ao fazermos menção desta instituição nos dias atuais.

As inovações tecnológicas, o desenvolvimento generalizado dos meios de comunicação, entre outros, tem proporcionado uma espécie de individualismo marcante. Cada um buscando os seus próprios interesses e em consequência disso a família tem sido vítima deste comportamento que a tem descaracterizado, se comparada aos modelos tradicionais de convivência familiar.

Nas mudanças pelas quais a família também passou, Horton (1980, p. 176) apresenta a função de regulação sexual, mostrando que “o casamento virgem tornou-se relativamente incomum e, ao que tudo indica, provavelmente desaparecerá no futuro”.

Torna-se importante frisar que as relações e as interações sociais têm o seu valor a ser estimado e que requer análise especial. Assim, Peter L. Berger (2014, p. 46) nos mostra que “a mais importante experiência dos outros ocorre na situação de estar face à face com o outro, que é o caso prototípico da interação social. Todos os demais casos derivam dele.”

Na função de socialização “a família continua sendo a principal agência, posto que a escola e o grupo de pares inquestionavelmente cumprem importantes funções de socialização” (Horton, 1980, p. 176).

Mudanças na família, transformações nas relações desta com a sociedade são realidades perceptíveis. Isto se evidencia também, ao passo em que lemos a história e deparamos com esta realidade transformadora dos costumes de um povo. São transformações que acontecem na sociedade, marcada pela formação e dissolução de família e lares. Estas mudanças ditam novas maneiras de se viver nos contextos mais variados possíveis.

As famílias ao longo da história lidam com uma questão muito comum, que se refere às diferentes gerações. Essa situação, apesar de corriqueira, continua sendo um grande desafio para todos os componentes desta instituição em todos os tempos. Muitas vezes esta realidade resulta em problemas sérios nas suas relações. Conforme destaca Karl Mannheim (1966, p. 91), se por um lado, em alguns países as pessoas mais velhas desfrutam de muito maior privilégio do que mesmo os jovens, por outro, na maior parte das sociedades, o homem depois dos 40 anos muitas vezes não é mais requisitado para exercer algumas funções.

1.2.2. Reflexos do conflito de gerações na família.

O conflito das gerações merece atenção e cuidados, haja vista que se faz necessário entender os comportamentos diversos dos envolvidos. Foracchi (1977, p. 31) analisa as relações entre jovens e adultos sublinhando a valorização da inexperiência pela eficiência com que opera como fator de acomodação. Para a autora, “o jovem coloca-se diante do adulto como um ser em formação capaz de discernir as inconsistências do seu próprio comportamento.” A questão da falta de experiência do jovem só tem definição mediante confrontação com a experiência do adulto.

Numa sociedade estática, onde se valoriza a experiência do adulto, em detrimento da força da juventude que poderia ser útil em movimentos sociais, a tendência é conflitante. Nesta assertiva, Mannheim (1966, p. 92) destaca que estas sociedades focarão a educação em preservar a tradição com seus métodos de ensino.

Pois o autor aponta ainda que o dilema, nesta questão, está no fato de que “as reservas vitais e espirituais da juventude serão deliberadamente negligenciadas, enquanto não houver desejo colidente contra as tendências até então vigentes na sociedade”.

Diante das abordagens que se coadunam no conflito das gerações, Foracchi (1977, p. 32) observa que:

A tensão inerente ao contato do jovem com o adulto deve, nessas condições, ser entendida como manifestação empírica da contradição que existe entre o comportamento e as atitudes do jovem estudante. (...) A análise desta situação é, como se infere, fundamental para a compreensão dos fatores predominantemente que plasmam o comportamento do jovem porque nela os vínculos são extensos e totais.

É importante frisar que a situação do jovem formata-se por uma questão bastante delicada, dada a sua condição de dependência e pela sua imaturidade. Fazendo abordagem sobre as questões das gerações, Eugène Enriquez (1990, p. 208), menciona a situação precária do jovem, apontando que: “Quando Freud evoca o assassinato do chefe da horda, é porque imaginou um tempo em que o chefe manteria seus filhos em estado de infantilização permanente, proibindo-lhes o acesso às mulheres, ou seja, ao que permite a um menino tornar-se homem.” Desta feita, compreende-se que há uma clara e objetiva rivalidade entre pai e filho.

O jovem precisa crescer e alcançar a sua autonomia quando se torna pai. Por esta razão Enriquez (1990, p. 209) entende que “a paternidade o transforma em membro aceitável, racional, um indivíduo social”. Mas enquanto isto não chega, ocorre a ambivalência conflitante dos sentimentos entre pai e filho em decorrência da disputa, de alguma forma, pela mãe.

É preciso notar os valores existentes no jovem, dada a sua potencialidade do vigor, o qual poderá ser muito útil para a sociedade. Por este motivo, Mannheim (1966, p. 95) indica que “a juventude não se apresenta progressista nem conservadora por natureza, mas é uma potencialidade que está pronta para qualquer nova orientação da sociedade”. Essa realidade, aqui elucidada, não poderá ser eclipsada por parte dos adultos que exercem condições e influência, de alguma forma, sobre a força da juventude.

O quadro socioeconômico pelo qual a sociedade brasileira passa, por exemplo, tem sido muito difícil para com as relações familiares. Consequentemente, as suas repercussões se estendem aos demais setores da sociedade. Mas, de forma acentuada a família é quem mais sofre as pressões das crises, haja vista seu envolvimento direto no setor de trabalho, provando muitas vezes o desemprego, o problema de inflação que lhes bate à porta terrivelmente, entre outros.

É de suma importância que o indivíduo tenha a consciência e a condição de poder se situar no convívio da sociedade. Para ele, é importante poder interagir de forma certa para não sofrer as conseqüentes coerções e oposições que o meio pode lhe proporcionar. Assim, fazendo menção a este aspecto pelo qual o homem depara quanto à sua localização na sociedade, Peter Berger (1983, p.79), discorre que, “estar localizado na sociedade significa estar no ponto de interseção de forças sociais específicas. Geralmente quem ignora essas forças age com risco. A pessoa age em sociedade dentro de sistemas cuidadosamente definidos de poder e prestígio”.

Difícilmente poderemos descrever na sua totalidade as conseqüências e traumas decorrentes das crises na sociedade. No entanto, focando a família inserida nesse contexto, Zenon Lotufo Jr. (1999, p. 1), aponta que, pela falta de uma boa educação, de uma boa escola, por causa da criminalidade, das drogas, por causa dos péssimos programas de TV e também o desemprego e subemprego, encontramos fatores de dissolução da família.

Os problemas sociais de ordem econômica e outras que afetam diretamente a família desembocam diretamente nas suas relações. Esta situação afeta o envolvimento dos cônjuges, entre pais e filhos, e até mesmo entre parentes. De forma direta, essa instituição tem sido depredada sorrateiramente pelas crises sociais, provocando-lhes conseqüências danosas na sua vivência social.

Não se pode desprezar a seriedade com a qual a sociedade trata o indivíduo e o coloca devidamente em seu lugar. Por esta razão Berger (1983, p. 85) adverte

que: “o ridículo e a difamação são instrumentos potentes de controle social em grupos primários de todas as espécies”. Para o autor, a questão da difamação ou o conhecido mexerico, são importantes instrumentos de coerção que pode trazer certo equilíbrio no meio do convívio social onde a maior parte das pessoas está exposta e se torna conhecida.

Facilmente se percebem as aflições nas famílias, em consequência das crises. Em razão disso, é possível encontrar muitos chefes de família que tem sido incapazes de resolverem seus problemas, envergonhados pelas dívidas, se entregam a mecanismos de fuga, deixando esposas e filhos totalmente desprotegidos e abandonados.

Na sua abordagem acerca dos efeitos da crise econômica sobre as famílias, Lotufo Jr (1999, p. 3), aponta que este sistema,

Apoia-se em crenças e valores que subsistem porque são acolhidos e defendidos pelo homem comum. (...) E pela maneira que procuramos estruturar nossas famílias e, particularmente pelo modo como educamos nossos filhos, podemos estar sendo os principais agentes transmissores dos valores e ideologias que, precisamente, mas contribuem para deteriorar a vida família.

As relações do cidadão na família e na sociedade precisam estar revestidas de uma flexibilidade no que diz respeito ao conceito previamente estabelecido quanto ao seu próprio conhecimento de mundo. Isso não diz respeito ao fato de se anular, mas sim, ter condições de resiliência na sua cosmovisão para entender e conviver melhor nas diversas relações. Neste intento, Peter L Berger (1983, p. 84) indica que, “já se descobriu que em discussões grupais que se entendem durante certo período, os indivíduos modificam suas opiniões, ajustando-as à norma grupal, que corresponde a uma espécie de média aritmética de todas as opiniões representadas no grupo”.

A família também precisa ser analisada na perspectiva sistêmica, dada a sua conjuntura de relacionamentos. Estes relacionamentos não acontecem apenas entre os seus membros, mas também se dão também destes com outras pessoas no círculo do parentesco e outras mais, de setores diversos da sociedade.

A teoria sistêmica parte do entendimento teórico proposto por Ludwing Von Bertalanffy para que se possa situar a realidade científica e o seu desenvolvimento. Assim Fritjof Capra (1999, p. 43) apresenta tal teoria afirmando que:

Antes da década de 40, os termos "sistema" e "pensamento sistêmico" tinham sido utilizados por vários cientistas, mas foram as concepções de Bertalanffy de um sistema aberto e de uma teoria geral dos sistemas que estabeleceram o pensamento sistêmico como um movimento científico de primeira grandeza. Com o forte apoio subsequente vindo da cibernética, as concepções de pensamento sistêmico e de teoria sistêmica tornaram-se partes integrais da linguagem científica estabelecida, e levaram a numerosas metodologias e aplicações novas.

A abordagem sistêmica familiar está diretamente relacionada com o envolvimento em instituição, o que é apropriado para amparar o discurso em tela. Assim, Ceneide Maria de Oliveira Cervený (2010, p. 223) aponta a importância de ressaltar que esta se caracteriza pela adoção de um pensamento sistêmico. Isto significa fazer uma leitura da realidade como um processo que inclui todas as partes envolvidas em constante interação e com responsabilidades compartilhadas na construção do todo.

O conceito de rede social está também relacionado com a questão sistêmica, cuja teoria desdobra as relações mais diversas da realidade. Para análise da família, essa teoria certamente contribui diretamente e poderá trazer conclusões interessantes, a depender da busca e dos interesses a que se proponha. Desta forma, tratando, por exemplo, da questão de saúde, Carlos E. Sluzki (1997, p. 27) aponta que o modelo da rede social nos provê uma ferramenta conceitual útil e poderosa para organizar as experiências pessoais e coletivas.

Apresentado uma conceituação de sistemas, Regina Szylił Bousso (2016, p. 1) afirma que são:

Um conjunto de elementos interdependentes que interagem com objetivos comuns formando um todo, e onde cada um dos elementos componentes comporta-se, por sua vez, como um sistema cujo resultado é maior do que o resultado que as unidades poderiam ter se funcionassem independentemente.

As mudanças que ocorreram na família no decorrer da história trouxeram inovações no *modus* de viver da sociedade de que, até hoje, podemos atestar os comportamentos mais diferentes possíveis nas relações das famílias. E a família do pastor não ficou de fora destas mudanças. Ela foi afetada diretamente e merece atenção e análise do seu comportamento para se fazer um justo diagnóstico da sua maneira de viver e ser nos dias de hoje.

1.3. A família de pastor

As transformações na estrutura familiar afetaram também a maneira como se organiza a família de pastor protestante. As igrejas protestantes escolheram, por meio de sua prática, o tipo de família ideal para os seus pastores. No caso, predomina a família nuclear.

Historicamente, a família de pastor envolve sua devida identidade relacional entre profissão e Igreja. Christoph Schneider-Harpprecht e Valburga Schmiedt Streck (1995, p. 133) asseguram que tal família tem destacada presença desde a época da Reforma Protestante do século XVI, quando “Lutero e outros líderes reformadores decidiram casar-se e romper com o celibato obrigatório para os padres. Surge a casa pastoral, que durante séculos foi uma instituição típica das igrejas protestantes e deu contribuições marcantes à cultura ocidental”.

Há duas questões que também merecem a nossa observação neste foco. Trata-se da família ideal comparada com a família imaginada. O que se pode observar sobre a família idealizada pelo pastor e pelos fiéis de sua igreja? Seria uma mulher que faz tudo, cuida dos filhos em casa, ajuda na igreja? É possível que esta seja a mulher ideal para o pastor e para a igreja também. Mas esta é de fato, a mulher que o pastor tem? Naturalmente a igreja sempre tem uma perspectiva sobre a mulher do pastor e sobre os seus filhos. Eles têm certa projeção diante da comunidade. E como consequência, têm sobre si uma carga de cobranças também. Esta situação tem inserção na teoria dos conflitos de papéis. E por assim dizer, as expectativas entre o papel desenvolvido do pastor e a relação com a sua família deparam quase sempre com a questão da tensão nos papéis desenvolvidos.

Ao tratar o conceito de conflito de papel, Tânia Salem (1980, pp. 25,26) menciona que: “o conceito de papel engloba dois aspectos analítica e empiricamente distintos. De um lado às expectativas de desempenho recaem sobre um ator pelo fato de ocupar uma determinada posição social. (...) por outro lado, o conceito de papel se refere também ao desempenho levado à cabo por um ator no exercício de sua função.”

Além das questões envolvendo a família do pastor, no que tange ao conflito de papéis, esta, por sua vez, geralmente encontra-se distante dos seus parentes. Como lidar com esta realidade? E as consequências disto? Via de regra, pelo caráter, até certo ponto, itinerante do ministério pastoral, as famílias de pastores sentem muito por estar distante da grande família (os parentes). As consequências são as mais diversas possíveis, passando pelo aspecto emocional-afetivo, e também pela questão estrutural da sua estabilidade financeira e outras. E, em virtude disto, a análise desse fato social não pode ignorar a realidade contextualizada.

O processo de socialização, no entendimento de Horton (1980, p 77) “é o processo pelo qual uma pessoa internaliza as normas do grupo em que vive, de modo que surja um ‘eu’ distinto, único para um dado indivíduo.”

A família pastoral encontra-se também envolvida no sistema de rede social. Nesta perspectiva, é natural que esta família se envolva e que seja, em várias possibilidades, afetada. Sluzki (1997, p. 41) explica que “a rede social pessoal pode ser registrada em forma de mapa mínimo que inclui todos os indivíduos com quem interage uma determinada pessoa.”

A ideia de família pastoral na sua formação caracterizava-se por alguns aspectos limitados e se definia por algumas funções. Assim, Christoph e Valburga (1995, p. 182) destacam que:

A casa pastoral era uma instituição porque ali, no centro da comunidade, o pastor e a sua esposa viviam com os seus filhos o matrimônio como um chamado de Deus, conforme a doutrina da Reforma. O amor entre eles não era o mais importante e não servia de fundamento do matrimônio. Mas o casamento era considerado uma necessidade de homem e mulher, que, como criaturas de Deus, procuravam um ao outro sexualmente.

Um exemplo desta realidade é o casamento do reformador Lutero com a freira Katharina von Bora. O que os uniu não foi o amor, mas sim uma conveniência racional. Um ponto importante a considerar nesta questão diz respeito ao fato de que a mulher não tinha alguns direitos. E por isso era necessário que a sua vivência nesta nova realidade, de casamento com pastor, estivesse se voltando para as atividades da sua comunidade e ações que fossem condizentes com a atividade de seu marido. Schneider-harpprecht e Streck (1995, p. 133) ressaltam este fato mostrando também que “as mulheres assumiram o papel da auxiliadora silenciosa que se responsabilizava pela casa, pelas crianças e, em parte, também pela economia”. Esta era uma maneira das mulheres assumirem a sua identidade como esposa de pastor.

As relações da família do pastor, isto é, de sua mulher e filhos com a igreja experimenta um dilema, isto se forem comparados a outras famílias que, em geral, não precisam peregrinar por cidades e igrejas diferentes. Também, para agravar ainda mais a sua situação, o estilo de vida que se espera do pastor e de sua família por muitos membros de sua igreja é outro problema. Pois pensam que a família de pastor é formada por seres superespirituais. Por isso, devem ser portadores de conduta exemplar em todos os aspectos da vida, seja na área religiosa, familiar ou social. E ainda tem o caso de a família do pastor perceber as diferenças em relação às demais famílias da igreja. Por exemplo, se o filho do pastor erra, é o filho do pastor que errou; se é a mulher do pastor que erra, é a mulher do pastor. Nestas situações, nunca são vistas como um filho ou uma mãe de família qualquer.

Há também de se mencionar que as outras famílias podem ter e fazer tantas coisas, mas a família do pastor, por ser supervisionada pela comunidade, não pode ter algumas liberdades, como a de, sendo seres humanos, cometer erros. Essa coerção por parte dos fieis acaba por levantar acusações e suspeitas em relação à família do pastor. É fato que a estrutura familiar tem sofrido impacto no decorrer dos anos. Esta família nuclear, compreendida como sendo constituída apenas pelos pais e filhos, está ainda mais vulnerável aos problemas e desafios. Contudo, agora com maior limite para superá-lo, haja vista o distanciamento da família tradicional, os parentes.

O pastor lida com os conflitos normais de uma família, tais como a criação e educação de filhos, cuidados e atenção com a sua esposa, preocupação com o futuro da família como um todo. E ainda mais, sua preocupação com a velhice e aposentadoria. Já no caso do padre, estas preocupações não existem. Este exerce as suas funções de uma forma exclusiva, a elas dando também uma atenção exclusiva. Ele fez os votos de pobreza, castidade e obediência. Quando idoso, resta-lhe alguma casa mantida pela igreja, onde ele é assistido até o final da vida.

A família do pastor, em decorrência das mudanças no ministério, das mudanças de cidade e de igreja, sofre desequilíbrios. Por exemplo, a mulher do pastor fica impossibilitada de ter uma boa formação profissional e de se dedicar a uma profissão. Portanto, em decorrência desta situação, surgem várias demandas familiares. Entre elas, no aspecto econômico, pois, pela a necessidade de dotar a família de alguma estabilidade, ele enfrenta inúmeros desafios. Acontece também que muitos filhos de pastores acabam se revoltando com a igreja e são diretamente impactados, pessoal, social e até espiritualmente, pelos problemas dela. Ao mesmo tempo, é bem normal que a família do pastor conviva com os problemas ministeriais dele. E a família muitas vezes sofre por ver a Igreja “sugar” as vitalidades do pastor e não lhe oferecer uma melhor qualidade de vida. Por estas razões e outras semelhantes, muitos filhos de pastor na sua juventude ou fase adulta abandonam a igreja ou mentem um relacionamento conflitivo com a igreja como instituição.

As mudanças na família de pastor acontecem ao longo dos tempos. Na abordagem de Schneider-Harpprecht e Streck (1995, p. 134), “no século XIX o matrimônio do pastor foi muito idealizado a partir do romantismo. Considerou-se a casa pastoral quase o berço do matrimônio cristão, em que o homem e a mulher se unem em amor profundo”. O envolvimento desta mulher e de seus filhos no rebanho pastoral é recheado de harmonia e obediência. As motivações e as consequências deste envolvimento são outros, se comparadas as do início da formação da família pastoral. Pois tanto a mulher quanto os filhos se interessam pelas belas artes e pela música e passam a ter uma interação muito mais produtiva e pessoalmente satisfatória.

1.3.1. A falta de família para sacerdotes católicos.

O pastor lida com os conflitos normais de uma família. Pode-se apontar, neste caso, a criação e educação de filhos, cuidados e atenção com a sua esposa. Há também a preocupação com o futuro da família como um todo, e ainda mais, sua preocupação com a velhice e aposentadoria. Já no caso do padre estas preocupações não existem. Isto se deve ao fato daquele clérigo exercer suas funções de forma e atenção exclusivas, assim ficando restrito às tarefas profissionais para as quais se dedicou. Seus votos de pobreza, castidade e obediência, por outro lado, não o deixam à míngua: o avançar da idade e a interrupção de suas atividades paroquiais dão a ele o direito de viver numa casa mantida pela igreja, lugar em que será amparado até o final da vida.

A preocupação que o sacerdote católico tem diz respeito às suas funções ministeriais, principalmente. Desprovido, obrigatoriamente por sua religião, de ter família, resta-lhe focar nas suas atividades e por isso não passa por conflitos de ordem familiar, nas suas mais variadas nuances.

É de grande importância questionar se o sacerdote é de fato uma pessoa realizada, satisfeita e resolvida. Diante do fato de o celibato ser-lhe obrigatório, poderia o padre dizer que é feliz com isto? Teria este sacerdote a necessidade de uma relação humana-afetiva? A dificuldade para estas respostas podem ser deparadas, talvez, com alguma posição ética. No entanto, Edênio Valle (2004, p. 10) aponta que “as percepções e os sentimentos vividos pelos padres não são usualmente expressos de maneira clara e direta”. O autor aborda essa situação no intuito de se aproximar ao máximo sobre o que se passa na vida deste líder. Assim, ele aponta alguns aspectos interessantes para esta análise, mostrando que há:

Um primeiro aspecto que não depende da faixa etária do padre é o de uma maior preocupação com a subjetividade e a realização pessoal. (...) Um segundo aspecto recorrente é o que se refere aos pontos concretos que os presbíteros veem como empecilho ou ajuda em sua realização pessoal. Entre os mencionados com maior frequência estão três: o da realização afetivo-sexual, o da espiritualidade e o da colaboração e convivência no presbitério. Um terceiro problema é o da tensão entre os objetivos pessoais e os da instituição.

Vemos na história da humanidade a grande importância da família nas relações pessoais. Tendo como referência e base esta instituição, o indivíduo tem maior chance de ter uma vida mais estável e mais realizada em muitos aspectos. Seria o celibato obrigatório algo danoso para o exercício do sacerdócio? Ao que tudo indica, o celibato obrigatório tem trazido mais problemas para a vida sacerdotal do que mesmo se houvesse a sua espontaneidade. Referimo-nos ao caso da religião católico-romana.

É digno de nota apresentar um pouco sobre o surgimento do celibato na história e o que levou o catolicismo a optar pelo exigir de seus clérigos tal procedimento. Desta forma, Cláudia Souza (2016) destaca:

O celibato teve sua origem no clero romano, após 304 d.C. nos concílios de Elvira e Nicéia, que proibiam os Ministros religiosos casarem-se após a ordenação. A Igreja Católica adotou o celibato dos padres e freiras na Idade Média, para defender o seu patrimônio, a fim de evitar que se tornasse objeto de disputas por herdeiros, tornando-se obrigatório para o clero a partir de 1073, durante o papado de Gregório VII, onde um sacerdote romano que se casasse incorria na excomunhão e ficava impedido de todas as funções espirituais.

Tomás Eloy Martinez (2016, p.1) adverte que a maioria dos católicos ignora o fato de que, para os padres e bispos não lhes era proibido contrair matrimônio durante o primeiro século da era cristã. O autor registra ainda que, Gregório VII impôs o celibato. Definiu-se que o matrimônio dos sacerdotes era herético, porque os distraía do serviço ao Senhor e contrariava o exemplo de Cristo.” Este fato fora ratificado anos depois quando, em 1123, o Concílio de Latrão decidiu proibir o matrimônio dos clérigos e, decisão essa confirmada 16 anos mais tarde pelo segundo Concílio de Latrão confirmou.

Percebe-se na decisão de Gregório VII, citada no texto acima, um equívoco ao comparar o exemplo de Cristo como regra para o celibato. O que intriga essa afirmativa é a falta de respaldo nas páginas da Bíblia para essa definição. Esta não deixa de ser uma alegoria ao texto Sagrado. Ou seja, querer ensinar o que o texto não ensina. E até porque há evidências de que o apóstolo Pedro, discípulo de Jesus,

por exemplo, tinha sogra. O texto Bíblico do Evangelho de Marcos 1.29-31 (Almeida, 1999, p. 39) registra que Jesus curou a sua sogra: “E, saindo eles da sinagoga, forma, com Tiago e João, diretamente para a casa de Simão e André. A sogra de Simão achava-se acamada, com febre; e logo lhe falaram a respeito dela. Então, aproximando-se, tomou-a pela mão; e a febre a deixou, passando ela a servi-los”.

Tratando-se das instruções sobre as qualificações para a liderança na igreja, o apóstolo Paulo faz menção ao casamento para líderes eclesiásticos. De forma bem clara, ele observa (Iº Timóteo 3.2, Almeida, 1999, p. 224) que, “é necessário, portanto, que o bispo seja irrepreensível, esposo de uma só mulher, temperante, sóbrio, modesto, hospitaleiro, apto para ensinar”. No texto bíblico fica claro que não há uma obrigatoriedade para que o pastor se case, bem como, não exige o celibatário. A grande evidência no texto diz respeito à conduta exemplar, ética espiritual e moral que deve ser aplicada em ambos os casos.

Discorrendo sobre a obrigatoriedade do celibato na igreja Católica, Reinaldo Azevedo (2016, p. 1) sustenta que mesmo que não houvesse o celibatário obrigatório, tal regra não impediria tal instituição de passar por escândalos na área da sexualidade. Contudo, o seu entendimento se coaduna com a ideia de que as crises centradas nessa área certamente diminuiriam em muito no catolicismo, caso o celibato fosse opcional.

Já no Oriente, a Igreja Ortodoxa não exige a obrigatoriedade do celibato. Ao contrário disso, Cláudia Souza (2016, p. 1) aponta que essa igreja “incentiva a ordenação de um clero casado, acreditando que os que optam pelo celibato, o fazem de livre e espontânea vontade”.

Este quadro da vida celibatária já não é uma preocupação para o pastor protestante, como veremos a seguir. Ainda que os problemas sejam possíveis em qualquer esfera da sociedade nas relações de sexualidade, evidencia-se em menos quantidade este tipo de conflito no contexto do protestantismo.

1.3.2. A importância da família para o pastor protestante.

O grande diferencial na formação de família para o pastor em relação às demais tem a ver com a sua função. É uma realidade bastante distinta porque este líder, em geral, está com a sua família no convívio das suas atividades e por isso se torna alvo dos olhares e cobranças do povo. Portanto, se requer desta instituição um modelo exemplar em todas as áreas possíveis de comportamento.

A família do pastor, entre outras prerrogativas, tem função muito importante na relação e contribuição para a vida ministerial. Decerto, ela poderá ser uma base de sustentáculo para a atividade pastoral e servir de referência em muitos sentidos para a sociedade. Por este entendimento, o apóstolo Paulo adverte Timóteo, por exemplo, que a família serve de referência e base para o ministério pastoral. O texto bíblico da primeira carta de Paulo (Almeida, 1999) a Timóteo, no capítulo 3.5, orienta: “pois se alguém não sabe governar a própria casa, como cuidará da Igreja de Deus?”.

Uma das questões que podem ajudar o pastor em sua função ministerial é o fato dele constituir família. Se assim ocorre, este líder terá grande possibilidade de poder contribuir no processo de aconselhamento com esse público tão especial e merecedor de atenção.

Decerto, grandes barreiras são quebradas a partir do momento em que o líder eclesiástico e conselheiro tem experiência na relação familiar. Esta condição lhe permite compreender melhor as demandas das famílias, com as quais lida em suas crises mais diversas. O pastor, neste contexto, poderá proporcionar dicas importantes e solucionadores das possíveis crises nos círculos familiares do reduto sob os seus cuidados, principalmente.

Há de se notar que a família tem uma boa relação com a religiosidade. E, por esta razão, pode se inferir também que o pastor, ao se relacionar e ter pertencimento a uma instituição deste tipo, ficar mais perto de tornar os serviços que presta fundamentais e imprescindíveis.

Na sua abordagem sobre a família brasileira e a sociedade atual, Campos (2000, p. 6) considera que, “no mundo anterior à pós-modernidade, a religiosidade

e a família se uniam, graças a existência de contexto incentivador e apoiador dessa unidade”. Notadamente este conceito, diferentemente, revela o que hoje se vê no individualismo e nos interesses pessoais. Assim vive-se um momento muito crítico na história ao se pensar em harmonia e num convívio mais sólido nas relações interpessoais.

Vale salientar que a família do pastor não é diferente das demais. Ela é formada mediante um sistema que a entrelaça em todos os sentidos da vivência comunitária. Christoph e Valburga (1995, p. 139) mencionam que, “esta visão da família como sistema implica que cada indivíduo depende de todos os outros quanto ao seu bem-estar. Os problemas e conflitos de um afetam a todos”.

Portanto, este capítulo inicial se propôs a apresentar, especialmente, a família do pastor presbiteriano no decorrer da história em terras brasileiras a partir do século XIX. No entanto, fez-se necessário buscar informações que fossem anteriores a este período, a fim de conseguirmos situar com mais precisão a sua realidade no período destacado. Nesta perspectiva, fizemos análise histórica sobre a família, de um modo geral, para compreender a sua formação em épocas diferentes com suas peculiaridades.

Ao analisamos a estrutura da família na história, percebemos que as transformações na sociedade tiveram impacto direto na estrutura da família. Isso se deu, por exemplo, em virtude da Revolução Industrial que, de alguma forma, forçou a família a deixar a vida rural para se estabelecer nas cidades em busca de emprego. O padrão do tipo de família patriarcal foi aos poucos perdendo a sua força, dando lugar ao novo tipo de estrutura familiar, chamada de família nuclear. Para aquela família inicial, a sua estrutura abarcava a convivência de todos os tipos de parentes em um mesmo lugar. Isso garantia, de alguma forma, uma estrutura mais fortalecida e mais estável nas relações entre pais, filhos, avós, primos, tios e outros mais. Havia certa cooperação na convivência, onde facilmente um poderia ajudar ao outro. O processo de educação e o cuidado dos filhos, por exemplo, eram compartilhados, desta forma, dirimindo algumas tensões ou preocupações que são comuns ao novo tipo de família atual.

Já no novo modelo familiar, conhecido como nuclear, a realidade é bem distinta do modelo precedente. Esse novo padrão de família, constituído apenas de pai, mãe e filhos trouxe sérias complicações nas relações em virtude de certo tipo de limitação para a cooperação da família na dinâmica da sua convivência. Em muitos casos os pais precisam trabalhar e os filhos ficam na escola ou creches, ou até mesmo sob os cuidados de pessoas que não têm nenhum vínculo com a família. De certo, é preciso avaliar que a educação dos filhos pode correr riscos. E ainda mais, a distância dos parentes pode de alguma forma repercutir a carência afetiva e a falta de apoio em diversas áreas que uma família normalmente apresenta.

Além das transformações enfrentadas pela família no passar dos tempos, outros desafios também foram decisivos para moldar a sua estrutura. Para tanto, analisamos também a questão dos conflitos entre as gerações na família e na sociedade. Este aspecto marcou o comportamento familiar, produzindo consequências no seu comportamento, não só dentro da família, como também na sociedade.

Vimos que este modelo de família nuclear foi o escolhido pelo pastor e a igreja para corresponder à sua atividade. Desta forma, foi possível analisar que a família pastoral tem sofrido as consequências desse tipo de estrutura familiar, somando-se também com os desafios do próprio ministério e as transformações naturais que ocorreram na sociedade. Esta família, também foi atingida com o fenômeno social do conflito de gerações, aumentando ainda mais as tensões na sua estrutura.

Ao analisar a situação do sacerdote católico, verificamos que, para ele, pelo fato de ser celibatário e, por isso não constituir família, por exigência da sua própria igreja, não passa pelos conflitos vivenciados pelo pastor protestante. Vale salientar que o celibato não foi uma regra existente em todo o tempo da Igreja Cristã. No primeiro século da era cristã essa prática obrigatória não existia e por isso os sacerdotes podiam constituir família. Somente no segundo foi que se estabeleceu a exigência do celibato, visando, sobretudo a preservação do seu patrimônio, ao passo que, nessa condição, ela teria que dividir heranças com os familiares dos seus sacerdotes. Certamente esse foi um lado bom para a sua igreja. Mas também, para esse líder religioso, não pesava sobre ele as preocupações que um pastor protestante tem com a sua família e os desafios por que ela passa. Para o sacerdote

católico a sua função o obrigou a viver de forma solitária e distante dos seus familiares e isso o livrou da preocupação com o sustento da família, com a educação dos filhos, além da preocupação com a sua aposentadoria.

Foi analisada ainda, nesta primeira etapa do trabalho, a importância da família para o pastor protestante. O exercício da função pastoral requer uma postura exemplar e uma conduta padrão para lidar com a igreja e a sociedade. Nesse caso, a família lhe é importante e serve-lhe de base para o apoio em suas funções. Como esse líder se envolve com muitas atividades e, entre elas, a prática de aconselhamentos de casais e famílias, torna-se importante essa referência prática e vivencial na vida do pastor com a sua família para atender as demandas que lhes são pertinentes em sua função. Além disso, a família também poder servir como base de apoio afetivo e emocional onde esse líder poderá se amparar diante dos seus desafios e conflitos pessoais.

A análise da família de pastor protestante aqui apresentada nos oferece subsídios para compreendermos melhor a família do pastor presbiteriano desde a sua formação em terras brasileiras. Assim, veremos no próximo capítulo essa relação direta da família presbiteriana com o tipo de família nuclear, a qual lhe é própria desde os primórdios do presbiterianismo brasileiro. Mas também abordaremos as relações deste com outros religiosos, bem como os conflitos diversos que uma família normal vive.

2. O PASTOR PRESBITERIANO E A SUA FAMÍLIA.

A família de um pastor presbiteriano, no Brasil urbano, é uma família nuclear, geralmente pequena e enfrenta problemas semelhantes as demais famílias protestantes e de classe média. Ela depara também com novos desafios decorrentes das mudanças sócio-culturais, econômicas e tecnológicas de nosso tempo, da mesma forma como as outras famílias enfrentam. Por isso podemos afirmar que a família do pastor não se exclui desse impacto. Por outro lado, a problemática envolvendo as atividades do ministério pastoral repercute diretamente no interior de sua família e em suas reações com a comunidade, provocando efeitos consideráveis e algumas vezes deixando-a em situação difícil.

Certos pastores procuram enxergar a sua atividade a partir do prisma do “sacrifício” que envolve as suas atividades decorrentes da vocação, igreja e ministério. A família não tem, no entanto, essa mesma visão. Muito pelo contrário, ela recusa a ideologia sacrificial. É que muitos acham que toda a família do pastor é “vocacionada”. Diante disso, cobranças surgem e, conseqüentemente, frustrações acontecem.

O exercício da função pastoral envolve muito mais que a adoção de uma filosofia de vida, pois trata-se de uma renúncia a muitas coisas, em razão das suas atividades. Ele precisa formar família e, por isso, inevitavelmente terá que passar por muitos enfrentamentos no seu ministério. As dificuldades são encaradas como “provações”. Essa realidade leva o pastor a aceitar desafios de permanecer durante algum tempo em uma igreja, ou até em uma determinada cidade, sem ter motivação suficiente para ali permanecer. Nessa circunstância, a família acompanha a sua decisão e acaba por sofrer as conseqüências de possíveis instabilidades. Isso ocorre quando o pastor não tem outra atividade e nem possui a sua casa própria.

Este capítulo tem por objetivo descrever o perfil da família de pastor presbiteriano desde o século XIX, quando na sua segunda metade foi implantada no Brasil. Para isso, procuramos investigar as relações entre essa família ideal e as várias transformações que foram ocorrendo no contexto histórico. Nessa mesma perspectiva, iremos também analisar que essa família do pastor presbiteriano está

inserida numa sociedade que se encontra em transição, experimentando mudanças contínuas que afetam não só a estrutura desta família - o relacionamento entre marido e mulher e entre pais e filhos - mas também a questão econômico-financeira e as suas crises.

Estaremos analisando ainda a relação do pastor presbiteriano com pastores de outras denominações, destacando algumas diferenças entre suas posturas diante dos enfrentamentos nas suas atividades eclesiais e a relação com as famílias. Destacaremos também o tipo de ministério desenvolvido pelo pastor na condição de tempo integral e parcial, bem como, suas respectivas consequências na família e igreja. E, por fim, analisaremos as preocupações e desafios do pastor para com a sua saúde e a da sua família, como também os desafios e projeções para com a sua aposentadoria e segurança.

2.1. A família do pastor presbiteriano no Brasil nos séculos XIX e XX.

Aceitamos com naturalidade a ideia de que o presbiterianismo começou no Brasil com a ajuda do pastor missionário norte-americano Ashbel Green Simonton. Seu desembarque foi mencionado numa matéria publicada pelo *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, no dia 13/08/1859. Nilson Oliveira (2012, p. 27) transcreve literalmente o trecho do registro do jornal assim: “BALTIMORE 47d., Galera norte-americana Banshee, 408 tons. M. I. Kean, equip. 14; carga farinha e gêneros, a Pippa Irmão e C. \ passags. os Norte-Americanos S. (ilegível) e A. G. Simonton”. Esse registro, ainda que codificado, de alguma forma, é um marco histórico do registro da chegada do missionário americano em nossa pátria.

Émile G. Léonard (2002, p. 61) registra esse início missionário no Brasil com as seguintes palavras: “enviado ao Brasil pela grande Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, a 12 de agosto de 1859, desembarcou no Rio o primeiro desses missionários, o Rev. Ashbel Green Simonton, de Dauphin (Pen)”. O autor aponta ainda que a chegada desse jovem missionário, de apenas 26 anos de idade, cheio de

entusiasmo, deixou inquieto o Dr. Kalley, o qual nesta época estava ameaçado de expulsão. Ele sublinha ainda que essa situação o motivou a recomendar ao missionário Simonton que exercesse um tipo de trabalho em secreto. Proposta essa totalmente rejeitada pelo recém-chegado pastor.

Simonton chegou solteiro. Em 1862, passou um período de férias nos EUA quando se casou com Helen Murdoch. O casal, após um ano e três meses de vida conjugal, teve uma filha. Porém a sua vida familiar tem origem americana. Júlio Andrade Ferreira (1992, p. 19), registra que “Ashbel Green Simonton nascera em West Hanover, município de Dauphin, Pensylvania, em 1833. Seu pai, o Dr. William, bom médico e político influente, morrera quando Simonton contava apenas treze anos”.

O missionário Simonton, após casado, na primeira viagem que fez aos EUA, voltou com a sua esposa para o Brasil. Oliveira (2012, p. 39) relata o casamento de Simonton e Helen, destacando que o casal embarcou no dia 23 de maio de 1863 do porto de Baltimore rumo ao Brasil. Chegaram ao destino 55 dias após.

O missionário norte americano chega ao Brasil e poucos anos depois se casa formando a sua família. No ano seguinte ao seu casamento, Simonton (2002, p. 164) relata em seu diário a alegria do nascimento da filha, registrando que, no dia 19 de junho de 1864, nasceu a sua primeira filha. Mas, de forma muito surpreendente, nove dias após, a sua esposa veio a falecer. Diante da morte de sua esposa, Simonton, sem família novamente, no dia 21 de novembro de 1864 segue para São Paulo e deixa a sua filha sob os cuidados do casal Blackford: Alexander, seu cunhado e Lille, sua irmã.

O reforço para o trabalho missionário presbiteriano no Brasil se dá no ano seguinte à sua chegada em terras brasileiras. Isto se deu com a chegada de seu cunhado e sua irmã, que se juntaram a ele nesta labuta. Assim, Oliveira (2012, p. 30), relata:

O Rev. Alexander Latimer Blackford e a sua esposa Sra. Elizabeth S. Blackford embarcaram no navio Monticello que zarpou do porto de Baltimore, no dia 25 de abril de 1860. Eles estiveram

em grande perigo no temporal que os obrigou à uma escala em Barbados, para reabastecimento e contratação de novos marinheiros. (...) Aportaram no Rio de Janeiro em 24 de julho de 1860.

Alderli Souza de Matos (2009, p.17) também registra a ajuda que o pastor Simonton teve com a chegada de outros missionários, além de Blackford. Ele aponta que o trabalho do pioneiro presbiteriano no “Brasil estendeu-se por poucos anos, nos quais, além da Igreja do Rio de Janeiro, ele criou um jornal (*Imprensa Evangélica*), um pequeno seminário e o primeiro concílio da nova denominação, o presbitério do Rio de Janeiro, organizado em 1865”. Matos escreve ainda que “em 1860 e 1861 havia chegado para ajudá-lo dois colegas – Alexander Latimer Blackford e Francis Joseph Christopher Schneider. Outros mais vieram nos anos seguintes, como George Whitehill Chamberlain e Robert Lenington”.

Como fruto do trabalho árduo dos primeiros missionários protestantes no Brasil, o protestantismo prosseguia tomando a sua forma e ganhando força cada vez mais. Léonard (2002, p. 140) mostra que “nós veremos que o protestantismo brasileiro, em seu todo, felizmente não correu o risco daquela limitação, e as perseguições que sofreu serviram-lhe mais de elementos catalisadores e de apelo à disciplina e à união interior”.

Um dos momentos que marcara a história da Igreja Presbiteriana, logo nos seus primórdios, foi o caso do primeiro brasileiro a ser ordenado pastor. O ex-padre José Manoel da Conceição recebeu a ordenação no dia 17 de dezembro de 1865, num dia de muitas alegrias e entusiasmos, observa Matos (2009, p.17).

A vida e as circunstâncias que envolviam o primeiro brasileiro ordenado pastor protestante foram muito curiosas e diferentes do padrão familiar posterior. Conceição continuou celibatário e passou a ser chamado de “padre protestante”. Léonard (2002, p. 63) menciona que “nascido em São Paulo, em 1822, José Manoel da Costa Santos, que tomou o nome de José Manoel da Conceição, tornou-se padre em 1845, após brilhantes estudos realizados em Sorocaba, onde seu tio-avô era cura, e no seminário diocesano”. O autor menciona ainda que a boa relação que este padre teve com os protestantes, desde Sorocaba, onde havia alguns deles, e o gosto pela leitura

da Bíblia, o inspirou ou o incentivou a torná-lo “padre protestante” e ainda mais, criou-se um conflito com as autoridades diocesanas.

Léonard (2002, p. 64) observa ainda que o bispo católico mantinha José Manoel da Conceição nas suas funções de “vigário encomendado” e, por isso, ele “foi enviado durante quinze anos a uma dezena de paróquias: Limeira, Piracicaba, Monte-Mor, Taubaté, Ubatuba, Santa Bárbara e, finalmente, Brotas, para onde foi transferido em 1860”. É interessante que essa trajetória traçado pelas autoridades diocesanas, para proteger os fiéis da sua diocese de possível influência indesejável do padre “perigoso” para a religião católica, mal podiam esperar os bispos que, de alguma forma eles estavam “sem que o percebessem”, traçando o itinerário da Reforma na sua diocese”. O autor destaca ainda que Conceição lutou para tentar uma reforma na igreja por meio da pregação da Palavra de Deus, mas isso não lhe trouxe resultado, a princípio. No entanto, foi só em Brotas que ele teve mais sossego. Quando as noivas o procuravam para se confessar antes de seu casamento, Conceição respondia: “Eu e você precisamos nos confessar a Deus e não aos homens”.

É importante frisar que na segunda metade do século XIX a realidade social brasileira era bastante singular. A educação era muito precária e a quantidade de analfabetos era enorme. Mas não apenas este aspecto voltado para a educação deve ser sublinhado. Nelson de Paulo Pereira (2012, p.109) ressalta que o Império brasileiro era grande, as estradas de ferro começavam a se projetar e estavam dando seus primeiros passos. As regiões, em sua maioria, eram agrícolas e pastoris e a mão de obra utilizada era a escrava.

O início do presbiterianismo está, portanto, inserido dentro desse contexto e enfrenta um problema importante para resolver: como evangelizar a população de maioria analfabeta através da leitura da Bíblia? E foi pensando neste desafio que o Rev. Chamberlain se dispôs a atender essa demanda. Nessa abordagem, Pereira (2012, p. 109), discorre: “o Rev. G. W. Chamberlain e sua esposa Mary, iniciam em 1870 uma pequena classe na sala de sua casa em São Paulo, que daria origem ao Instituto Presbiteriano Mackenzie – IPM, que hoje conhecemos”.

Tal informação aponta para o envolvimento direto dos presbiterianos com a educação logo nos seus primórdios, registrando a participação direta da família neste processo, haja vista que George e Mary eram marido e mulher e a escola nascente

ter surgido dentro da casa em que habitavam. É, assim, fato que merece destaque, por sua direta participação em um processo civilizatório por meio da educação.

2.2. O pastor presbiteriano numa sociedade em transição.

O pastor presbiteriano neste segundo capítulo vive no contexto urbano, enfrentando problemas oriundos não só da transição rural e urbana, mas também avanços tecnológicos e de as suas inovações. Talvez, por isso, os desafios são para ele bem acelerados nas mais diversas áreas da sociedade.

A instituição da escravidão era outro elemento complicador ao avanço no trabalho dos pastores, de certa forma. Conforme Freyre (2003, p. 399), os escravos não construíam família e o sistema acabava por corromper os hábitos e costumes familiares da casa grande.

Atualmente, em vista do advento das redes sociais e outras maneiras inovadoras e desafiadoras nos meios de comunicação, as relações interpessoais desafiam as estratégias pastorais de visitação e de contatos interfaciais. Por esta questão e outras, a sociedade atual é marcada pelos grandes desafios envolvendo os tipos de relacionamentos que poderão ser classificados por superficiais ou de consistência diferenciada.

Esse pastor está envolto nos tipos de relações regadas pelas tecnologias e avanços para novos sentidos. Este líder é levado, naturalmente, a manter suas relações mais diversas possíveis, provando e vivenciando transformações acentuadas nas relações pessoais. Nessa sociedade em transição, onde todos os cidadãos de alguma forma, tentam se ligar a uma nova realidade que lhes envolve. Abordando a situação do homem na sociedade, Berger (1983, p. 79) destaca que:

Estar localizado na sociedade significa estar no ponto de interseção de forças sociais específicas. Geralmente quem ignora essas forças age com risco. A pessoa age em sociedade dentro de sistemas cuidadosamente definidos de poder e prestígio. E depois que aprende sua localização, passa também, a saber, que não pode fazer muita coisa para mudar a situação.

A realidade de convivência do pastor com seus filhos ou jovens da igreja tem toda a possibilidade de passar por conflitos de gerações em meio a uma sociedade dinâmica. Enriquez (1990, p. 209) mencionando a relação entre pais e filhos, sublinha transformações em andamentos nas posturas e condutas dos pais. Para ele, a condição de ser pai o torna membro de direito do grupo. Ainda quando solteiro, a sua conduta era diferente e desprovida de responsabilidades e muitas vezes repudiada do convívio social. Era uma figura desprezível, em muitos casos. Agora quando pai, a sua postura é de alguém aceitável, responsável e digno de atenção, um indivíduo social.

Na questão da família do pastor é preciso fazer também menção do processo de socialização do indivíduo. Nesse quesito, a sua postura de relacionamentos com as demais pessoas, muitas vezes, não está condizente com o que se espera do seu envolvimento na experiência de grupo. Essa realidade é decisiva para a sua formação e desenvolvimento da personalidade que tem continuidade durante toda a sua vida, conforme assevera Horton (1980, p 77). Nessa perspectiva de envolvimento social, deparamos com o desafio de se estabelecer a autoimagem ou a identidade. Isso pode trazer sérios problemas se o sujeito não tiver informações devidas e corretas sobre o que isso pode supor que os outros pensam ao seu respeito. Por isso, Horton acrescenta que a “nossa autoimagem é moldada pelo que pensamos que os outros pensam de nós.”

De certa forma, a realidade e a vivência do pastor na sociedade atual ancoram-se na dinâmica das suas transformações. Stuart Hall (2004, p. 13) analisa que: “as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudanças constantes, rápida e permanente. Essa é a principal distinção entre as sociedades ‘tradicionais’ e as ‘modernas’”.

No que se refere à família do pastor é preciso que se faça um aprofundamento sobre o processo de socialização do indivíduo, pois a sua postura de relacionamentos com os indivíduos muitas vezes não está condizente com o que se espera

do seu envolvimento na experiência de grupo que é decisiva para a formação e desenvolvimento da personalidade, processo este que tem continuidade durante toda a vida, conforme assevera Horton (1980, p 77). Ora, é possível que nesta perspectiva de envolvimento social se estabeleça a autoimagem. Um processo incorreto de socialização pode trazer sérios problemas, se o sujeito não tiver informação devida e correta sobre o que se supõe que os outros pensam a seu respeito. Assim, Horton (1980, p 80) aponta que a “autoimagem é moldada pelo que pensamos que os outros pensam de nós.”

Esta complexidade das relações sociais traz o cuidado de manter atentos os pensamentos e a prudência, na medida do possível, ao se atribuir juízo de valor nas relações dos papéis que envolve o pastor e a sua família no âmbito das suas atividades e relacionamentos. Destaca Horton (1980, p 80) que “é através desta consciência dos papéis, sentimentos e valores dos outros que toma forma na mente do indivíduo o outro generalizado. Este outro generalizado é aproximadamente equacionado com os padrões ou valores da comunidade”.

A questão da interação social está dentro de um processo natural e que vai deixar marcas para toda a vida no homem desde o seu nascimento. E é nesta abordagem que Peter e Brigit Berger registram (1978, p. 1) que,

Desde o início, a criança desenvolve uma interação não apenas com o próprio corpo e o ambiente físico, mas também com outros seres humanos. Os componentes não sociais das experiências da criança estão entremeados e são modificados pela experiência social. Sua experiência relativa aos outros indivíduos constitui o ponto crucial de toda experiência. São os outros que criam os padrões por meio dos quais se realizam as experiências. É só através desses padrões que o organismo consegue estabelecer relações estáveis com o mundo exterior – e não apenas com o mundo social, mas também com o da ambiência física.

Ora, é justamente e nessa área que o entorno familiar do pastor enfrenta as mais sérias questões relacionadas com seus filhos e o envolvimento deles com a igreja da qual faz parte. Na perspectiva sistêmica, a família cria uma espécie de cadeia que envolve todos os seus. Isso torna inevitável a incorporação de problemas que eles herdam e, por não terem muitas vezes a capacidade de filtrar devidamente

os acontecimentos, quer seja por falta de maturidade ou de oportunidade. As consequências são muitas vezes tristes e deprimentes e podem trazer sequelas para as suas vidas por muito tempo. Nessa mesma perspectiva, Carlos Garma Navarro (2007, p. 278) aponta um sério problema envolvendo os filhos de pastores que acabam por abandonar a religião de seus pais:

El título hace alusión a un dicho popular entre los protestantes y evangélicos latinoamericanos, y al hecho de que a menudo los hijos e hijas de pastores abandonan o cuestionan la religión de sus padres. Como resultado, muchos cambiarán de afiliación religiosa o perderán su fe para volverse apóstatas a los ojos de los conversos de primera generación.

Como foi afirmado acima, a interação social tem uma extrema relevância na formação do indivíduo. Ele é rotulado pelas circunstâncias do seu envolvimento e pelo compartilhar de informações na sua conjuntura. Marli Appel-Silva (2011), aponta que “a interação engloba a ação das pessoas a partir de um *self* relacional. Este, a seu tempo, é percebido como um objeto passível de intercâmbios simbólicos, tendo em vista que as pessoas podem interagir com outras e com elas mesmas a partir do *self*”. Para a autora, “as concepções que as pessoas desenvolvem a respeito delas e dos outros dependem, em grande parte, das posições sociais que ocupam e de como elas e os outros são não apenas definidos como também reconhecidos nessas posições”.

A relação de pais e filhos, portanto, está destinada a passar por certos embates naturais, por se tratar de gerações distintas. Na abordagem de Rafael Marcus Chiuzi (2011, p. 3) isto se evidencia porque, “a identificação pessoal brota quando os jovens escolhem os valores e as pessoas a quem serão leais, ao invés de simplesmente aceitar as escolhas de seus pais”.

Há de se destacar também o conflito de gerações como um possível fator presente na família de pastor, o que traz implicações diretas na convivência familiar. Assim, Geraldo Romanelli (1998, p. 124-125) assegura que “as relações entre gerações estão vinculadas ao modo pelo qual a experiência estratificada dos adultos configura um modo de ordenar a existência, gerando ruptura e continuidade entre

as gerações”. E, ainda, continua mostrando que este conflito de gerações se caracteriza em crise. Para o autor, o período de transição entre a infância e a fase adulta, quando o indivíduo pode assumir plenamente a condição de trabalhador e constituir família, depende de determinantes sociais e das condições da família.

Esta situação é bastante difundida nas famílias de pastor e os fatos observados por este autor mostram as suas consequências no contexto do protestantismo brasileiro. Em suas relações, o pastor, sua família e igreja, experimentam também o conflito de papéis que acaba por envolver o pastor e, conseqüentemente a sua família, conforme bem elucidada por Leonildo Campos (2007, p. 6), ao apresentar uma situação bastante evidente no campo religioso protestante que está relacionada com o tipo de pastor-sacerdote e pastor-profeta. Por isso, conforme sua abordagem “há a questão do conflito de papéis entre o *sacerdote* (encarregado de fazer funcionar a instituição) e o *profeta* (portador de um carisma contestador dessa mesma ordem)”.

Parry Scott(2010, pp. 260,261), aponta a questão de relacionamento envolvendo as gerações e a condição de pertencimento ao grupo social, assim:

Neste longo período caracterizado por discursos sobre família e gerações que realçam integração, padronização e incorporação, há uma idealização de uma socialização em conformidade com um modelo hegemônico no qual as identidades de povos, culturas e nações – mesmo descritas com detalhe e diversidade – convergem para formar uma ideologia que marca o pertencimento a um grupo ou a uma coletividade abrangente.

É importante destacar como se dá a relação do pastor da IPB com outros da mesma igreja, bem como, a sua interação com pastores de outras denominações. Este entendimento tem sua importância, haja vista que a atividade pastoral, de alguma forma tem relação muito próxima de outros colegas, dada a sua linguagem relacional e trânsito livre em comum.

Há casos em que o pastor se vê numa situação de inibição e reservas para não compartilhar com detalhes acerca de sua vida e ministério. Falta-lhe a confiabilidade e a condição para buscar ajuda. Para alguns, até parece que buscar ajuda seria sinônimo de fracasso. Há nesta circunstância, por parte de certos pastores, o

receio de perder o seu sustento para o outro. Isto implica uma condição de falta de confiança, ao mesmo tempo, também, em que se abre uma porta para a geração de possíveis problemas psicológicos.

A criação de um círculo de amizade entre pastores é outro obstáculo para se analisar as questões a eles relacionadas. Por isso, o círculo de amizade entre os pastores presbiterianos é bem restrito. Esta situação se dá pelo fato de se querer preservar a sua vida na mais distinta discrição. Ainda assim, as amizades bem firmadas são importantes e significativas para o fortalecimento das relações e enfrentamentos com o seu ministério.

As relações de amizade do pastor presbiteriano e os pastores de outras denominações são ainda mais limitados. De modo mais prático, a sua convivência está mais para com os líderes de igrejas de linha reformada. Poucos são os casos das relações daquele com outros de igrejas de linhagem diferente. No entanto, não se pode deixar de analisar os poucos casos de boas amizades entre os pastores de mesma linha reformada. Geralmente estas amizades se dão numa relação eclesiástica onde se tem a oportunidade de compartilhar o púlpito, além de algumas boas conversas pessoais.

Como há diferenças acentuadas nas questões teológicas das igrejas de linha reformadas em comparação com outras de linha pentecostal ou neopentecostal, poucas relações existem entre os pastores presbiterianos e as referidas igrejas.

2.3. O pastor, família e finanças.

Os problemas relacionados à família pastoral com as finanças é um tema correlato ao tema tratado aqui. A vida pastoral e a sua relação com a família, bem como, o devido envolvimento com a questão financeira, têm muita relação com as demais famílias espalhadas na sociedade. Contudo, por se tratar de um contexto diferenciado, de um líder religioso protestante e que, em muitos casos, não tem

vínculo trabalhista, a questão financeira nesse caso passa a ser algo de grande importância e muitas vezes, motivo de enormes conflitos e fonte de instabilidade para a família.

O pastor presbiteriano, em muitos casos, vive o drama da questão financeira em virtude de sua função. Há realidades distintas que podem ser sublinhadas; contudo, é possível destacarmos melhor a situação de conflitos sociais que atingem diretamente a família pastoral. Gerson Morais de Araújo (1979, p. 3) analisa que:

Culturalmente o pastor está situado no nível A. Ele geralmente possui curso superior, e quando não, preocupa-se pelo menos, com o estudo. Agora, financeiramente, está no nível C. Estes dois níveis se chocam. Chocam-se porque os filhos de pastor estão sempre convivendo com filhos de pessoas com maior posse. Estudam geralmente nos colégios particulares (com bolsa de estudos) e nesta convivência adquirem toda a informação sobre o que curtem os adolescentes de sua idade, mas não têm acesso a quase nada do que lhes é mostrado. Claro que isto é um fator de revolta, frustração e inconformismo.

O problema financeiro é algo bastante preocupante na vida de qualquer família. No caso do pastor a situação é mais complexa, dada a sua relação com a igreja e o desafio de ser referência para com a comunidade que lidera. Até porque, como líder, ele tem a obrigação de ser modelo de conduta e de controle em todas as coisas, no que se refere à vida comunitária.

O pastor é tido como “empregado” da igreja e é cobrado pelos membros e demais líderes, tanto sobre as suas responsabilidades, como também por coisas que estão além da sua função. O curioso é que muitas vezes o seu pagamento não supre efetivamente todas as suas necessidades e demandas do contexto social onde vive com a sua família. Ele vive este conflito financeiro e, naturalmente, surge a necessidade resolver tal demanda. Mas como resolver?

Fazendo abordagem da crise financeira por que passa o pastor, José Roberto Silveira (2005, p. 115-116) assim escreve:

O pastor que evita pedir aumento de salário ao conselho da igreja local, que não quer se desgastar com esse assunto, via de regra fica esperando a boa vontade do conselho em tomar a iniciativa de “conversar sobre o assunto” (evita-se até mesmo a expressão aumento

de salário). (...) Não depender totalmente da igreja em termos financeiros e a ela não ser subserviente têm sido os alvos de pastores que procuraram uma segunda ocupação. Com os mesmos objetivos, vários pastores têm buscado prosseguir em seus estudos, fazendo uma outra graduação ou mesmo um curso de mestrado, a fim de obter colocações de trabalho remunerado em alguma das autarquias da igreja ou em instituições seculares. Um outro dado interessante é o número expressivo de esposas de pastor que estão “trabalhando fora”, reforçando o ganho da família pastoral.

Paulo Audebert Delage (2015, p 68) - ao estudar a saúde econômica e financeira do pastor - observa que, “o desarranjo em tal área pode ser fator estigmatizante sobre a vida do ministro e lhe traz dificuldades sérias para o seu ministério, manchando-lhe o nome e a reputação, mesmo havendo certa tolerância por parte da igreja por tais fatos”.

Faz-se necessário estar atento a esse problema financeiro que atinge muitas famílias, e que tem sido causa de muitos divórcios. Fazendo uma abordagem neste aspecto, José Fernando Silva (2004, p. 1) aponta que: “tem visto muitos chefes de família, incapazes de resolverem seus problemas, envergonhados pelas dívidas, se entregam a mecanismos de fuga, deixando esposas e filhos totalmente desprotegidos e abandonados”. Por isso, quando se discute a crise financeira envolvendo as famílias, percebe-se que este é um fator bastante periclitante e causador, talvez na sua maioria, das separações e divórcios nos casamentos. É possível que a falta de preparo para o enfrentamento das dificuldades na administração financeira da vida conjugal seja um dos motivos de muitas dessas separações.

Campos (1987, p. 174) discorre sobre as finanças na vida do pastor presbiteriano da seguinte forma:

Todavia, também é um viés tentar enxergar o pastor como um ser “angelical”, despossuído de preocupações financeiras e materiais. A vida financeira do agente religioso é um fator importante na análise de sua carreira. Diferente dos agentes católicos (padres, freiras e outros mais), ele tem família, esposa e filhos. A sua carreira não consegue se desvincular das expectativas normalmente presentes num assalariado qualquer. Como outros, ele sente ansiedades quando o salário não lhes permite realizar algumas “extravagâncias”. Vez ou outra, se for um “pastor efetivo”, ele necessita discutir com o conselho da igreja; ou com o plenário do presbitério, se for um “pastor comissionado”. Muitas vezes, por

trás desse pedido estão reclamações e pressões da esposa ou dos filhos. Por isso mesmo, a vida financeira da família do pastor é observada de perto. Os leigos (presbíteros) não desejam abrir mão facilmente do dinheiro da igreja. Como eles têm o controle das finanças nas mãos, o pastor tem de negociar com eles. Escaramuças esporádicas podem surgir nesse relacionamento.

O pastor ao lidar com as questões financeiras, e em havendo necessidade poderá e deverá contar com a ajuda de alguém. Neste intento, Delage (2015, p. 72) compara, mostrando que “o pastor protestante é costumeiramente casado, sendo isso quase uma exigência das igrejas, em sentido inverso ao que ocorre no catolicismo romano onde se verifica o celibato obrigatório”. Sendo assim, da presença feminina na vida pastoral, no caso da esposa, surge o princípio de cooperação, conforme aponta o autor.

Há alguns fatores causadores de problemas financeiros na vida do pastor e sua família. Entre eles, pode-se destacar o fato de muitas igrejas não terem condições de pagar devidamente os proventos pastorais. Surgindo diversos casos em que o pastor não tem outra formação e também não tem habilidade em exercer outras certas imposições que a comunidade eclesial lhes proporciona. Segundo Araújo (1979, p. 4), o pastor “é forçado a dar mais valor às opiniões dos outros do que ao filho. O medo de perder o emprego faz muitos pastores perderem os filhos”. profissão, a situação o deixa numa condição mais difícil.

O pastor presbiteriano é agravado com a precariedade de sua ocupação, a vulnerabilidade e instabilidade por estar inteiramente vinculado aos princípios elencados da sua denominação. Por exemplo, a questão financeira restringida. O pastor muitas vezes é impedido de exercer outra atividade em busca de recursos para amparar melhor a sua família e dar uma boa educação formal aos filhos. Por vezes, também as cobranças vêm sobre a mulher do pastor que, às vezes, tem que trabalhar fora para ajudar nas despesas da casa. E assim por diante.

Nancy Goncalves Dusilek (2009, p. 80, 81) considera ser um dos fatores que merece atenção do analista é exatamente a questão financeira na vida do pastor. A autora aponta que:

Geralmente as igrejas querem um pastor de tempo integral, mas não lhe oferecem um salário integral. Querem sua total dedicação, mas não consideram que ele precisa oferecer à família um conforto razoável. (...) Alguns dos nossos irmãos acham que, se eles vivem com salário mínimo ou com pouco mais, não é justo que o pastor tenha um salário maior que o deles. Numa igreja em que a maioria dos membros ganha de um a dois salários mínimos, se o pastor ganhar três, já é considerado rico. A visão que muitos têm da obra é estreita. Não percebem que um pastor com dificuldades financeiras tem pouquíssimas condições de interromper atividades secundárias, na igreja ou fora dela, para ler e preparar sermões. Já um membro de igreja, se estiver em aperto financeiro, pode fazer um trabalho extra no sábado, no domingo ou num feriado, ou mesmo sentar-se no banco da igreja durante o culto e aguardar uma mensagem que lhe dê alento e renove as esperanças. Um pastor não tem como fazer isso.

Por isso, há um significativo número de casos em que o pastor é tratado como um profissional qualquer e cobrado até um pouco mais para exercer a sua função. Comparando a função pastoral com outras, no que tange a questão financeira, H. B. London Jr. e Neil B. Wiseman (1998, p.p. 26, 27) observam que:

Diferentemente de muitos outros profissionais, pastores são limitados no que tange a atividade extras que gerem receita financeira. Assim sendo, eles se sentem constantemente imobilizados por sua presente situação financeira. Pelo fato de que suas condições salariais têm sido baixas por tantos anos, a maioria dos ministros necessita de mais do que um pequeno reajuste anual por conta do aumento do custo de vida. Longos anos de baixos salários mantêm muitos pastores sob constantes pressões financeiras. Estar trancafiado em prisões financeiras faz com que os pastores se esgotem, percam a motivação por seu trabalho e sintam-se tentados a abandonar a carreira, a fim de se tornarem melhores provedores para suas famílias.

O exercício da função pastoral é considerado espinhoso e chegou até a ser comparado com outra profissão de muito labor e cuidados por Valdemar Figueiredo (2016). Para ele a atividade pastoral pode ser comparada com a do motorista de ônibus ao mostrar que “além do estresse diário no trânsito, da violência dentro e fora dos coletivos e das longas jornadas de trabalho, eles não se beneficiam, ao contrário de outras categorias profissionais, das benesses da tecnologia”. O autor assegura ainda que esses profissionais estão cada vez mais assoberbados com a sua função, além de ter salários baixos.

Werner Kaschel (1977, p. 29), analisando nos anos de 1970 a família pastoral, já observava a existência de sérios problemas relacionados com o sustento financeiro. Kaschel registrou haver uma “inadequação nos salários dos pastores frequentemente obrigando a esposa e os filhos a procurarem atividades remuneradas fora do lar”. Mas também, outro problema anotado por ele era que no ministério pastoral, em decorrência das dificuldades financeiras, havia “a migração de pastores, o desvio de vocacionados para outras profissões seculares, e o abandono do ministério por parte de alguns”.

Por sua vez, os membros da igreja desejam, e em certos casos exigem, que o pastor esteja bem envolvido com a sociedade. Assim como todos os familiares, o vestir-se bem é uma dessas exigências possíveis. O problema maior é saber se esse líder recebe financeiramente o suficiente para andar bem vestido, adequando a sua família para frequentar os vários ambientes sociais. London Jr. e Wiseman (1998, p. 70) citam o problema de pastores estarem vivendo situações difíceis financeiramente, mesmo em sociedades prósperas como na América do Norte. Ali, onde esse tipo de problema acontece, eles querem condições para viver em um padrão de classe média. Excetuando pastores de médias e grandes igrejas, a remuneração da maior parte é inadequada para atender as necessidades da família. Por esta razão, em muitos casos, “a renda do trabalho da esposa fora da igreja é o que torna possível a continuidade do ministério” do marido pastor.

É claro que a relação familiar pastoral precisa, como toda família, estar bem ajustada. Para essa família o cuidado é ainda maior, em virtude das pressões e coerções que a comunidade eclesial impõe. No olhar dos membros de igrejas, todos os membros da casa do pastor são modelos de conduta, de vivência e de relacionamento. Nesta perspectiva, Delage (2015, p. 73) entendendo a necessidade da boa relação conjugal para o ajuste nas finanças desta família, aponta que “o companheirismo deve ser manifesto também nesse segmento do relacionamento conjugal. As informações devem existir sobre o quanto se ganha, aquilo que se gasta e em que se aplicam os valores recebidos”.

Zenon Lotufo Jr. (1999, p. 3) faz referência aos efeitos das crises econômicas sobre a família e mostra que o seu efeito se estende por quase todas as classes

sociais. Mas atingindo como mais força os menos favorecidos. O autor aponta ainda uma causa importante e responsável pelas crises e as questões ligadas a esta crise que afetam diretamente esta instituição. Para ele, o sistema que apoia esta problemática tem a ver com crenças e valores que prevalecem pelo fato de serem amparados e defendidos pelo homem comum. Esta situação está inteiramente ligada ao processo de educação através do qual a família passa e orienta os filhos a lidar com as questões dos valores e ideologias. A respeito desse tema, Campos (1987, p. 181), observa que:

A família do pastor é carregada de tensões, problemas e dificuldades de convivência. Ele introjeta muitos dos problemas vividos pelo pastor em sua interação com a comunidade a que serve. Além do mais, é uma família vigiada, cobrada e observada. Acrescentam-se ainda as dificuldades oriundas do problema financeiro. A insegurança das fontes de renda, as contínuas mudanças ao longo da carreira, a cobrança de se viver coerentemente, tudo gera nos filhos de um pastor o medo do estigma lançado ao ar: “filho de pastor”.

Esse clima de instabilidade atinge a mulher do pastor, que fica impossibilitada de ter uma boa formação profissional e de seguir numa profissão. Portanto, em decorrência desta situação, surgem várias demandas familiares. Entre elas, no aspecto econômico, pois a necessidade de dotar a família de estabilidade o faz enfrentar inúmeros desafios. Acontece também que muitos filhos dos pastores acabam se revoltando com a igreja e são diretamente impactados pelos problemas dela. Ao mesmo tempo, é muito normal que a família do pastor conviva com os problemas ministeriais. E a família muitas vezes sofre por ver a Igreja “sugar” as vitalidades do pastor e não lhe oferecer uma melhor qualidade de vida. Diante de razões como estas, muitos filhos de pastor, na sua juventude ou fase adulta, abandonam a igreja ou mantêm um relacionamento conflitivo com a igreja, como instituição.

Agravado com a precariedade de sua ocupação, a vulnerabilidade e instabilidade, o pastor presbiteriano por estar inteiramente vinculado aos princípios elencados da sua denominação, muitas vezes sofre. E também, por ser bem diferente de igreja de outros comportamentos religiosos, acaba por receber algumas imposições da sua liderança que o deixa muitas vezes de mãos atadas em alguns aspectos. Por exemplo, a questão financeira restringida. O pastor muitas vezes é impedido de exercer outra

atividade em busca de recursos para amparar melhor a sua família e dar uma boa educação formal aos filhos. Por vezes também as cobranças vêm sobre a mulher do pastor que trabalha fora para ajudar nas despesas da casa.

Para Schneider-Harpprecht e Streck (1995, p. 135) a situação de crises no ministério pastoral passa também pelas questões econômicas. Assim, “a emancipação das mulheres e as necessidades econômicas levaram mais esposas de pastor a assumir um trabalho remunerado. Isto limita a disponibilidade para a família e para a comunidade. Necessariamente o pastor tem que assumir mais tarefas em casa”.

De certa forma percebe-se uma questão sistêmica que afeta diretamente a família do pastor e a comunidade eclesial. Não há como fugir dessa realidade, haja vista que a atividade de pastor difere das demais profissões no aspecto do envolvimento e participação direta da sua família em seu ambiente de trabalho.

Pérsio Ribeiro Gomes de Deus (2015, pp. 112 e 113) analisa os problemas emocionais existentes em pastores, em pesquisas por ele realizadas, observando que o stress está entre a maioria dos pastores, em sua atividade pastoral. Para ele, um dos pontos entre os vários levantados, está na questão financeira oriunda de baixa remuneração pelo exercício da sua função. Segundo Gomes de Deus, os pastores envolvidos na sua pesquisa são do ramo do protestantismo histórico. Eles tiveram formação em seminário e curso superior de Teologia. No entanto, eles não têm informação precisa sobre a causa de seus problemas emocionais e de doenças psíquicas que lhes atingem.

O pastor vive em uma sociedade complexa, e o seu comportamento é observado e quase sempre pouco compreendido pelos expectadores da sociedade e comunidade do seu envolvimento direto. O pastor se vê então numa condição de ter que agir como um verdadeiro ator em função do papel que desempenha para atingir as expectativas alheias.

Ao fazer uma abordagem sobre a situação do pastor diante do seu papel a ser desenvolvido, Gerd Uwe Kliewer (1979, p. 9) aponta que “o papel define as condições, os procedimentos, as atitudes dentro dos quais um indivíduo presta um

certo serviço à sociedade. Neste sentido é um conjunto de expectativas de comportamento dirigidos a cada autor. Os papéis são definidos pela sociedade de maneira ideal”.

Na comunidade religiosa se estabelece, à partir do senso comum um modelo ideal de como deve o pastor desempenhar a sua atividade. A grande questão é se esse ideal corresponde devidamente à realidade prática de sua vida cotidiana e de sua família.

Portanto, as relações da família do pastor, isto é, de sua mulher e filhos com a igreja acaba num dilema. Essa realidade pode ser comparada a outras famílias que, em geral, não precisam peregrinar por cidades e igrejas diferentes. Também, para agravar ainda mais a sua situação, o estilo de vida que se espera do pastor e de sua família por muitos membros de sua igreja, é outro problema. Pois todos pensam que a família de pastor é formada por “seres superespirituais”.

Por isso a família do pastor, deve ser portadora de conduta exemplar em todos os aspectos da vida, seja na área religiosa, como familiar ou social. Por outro lado, os membros dessa família, devem ser reconhecidos como seres humanos, e com as mesmas limitações existentes nos demais componentes das associações religiosas. Aliás, a condição de serem da família pastoral, sob certo ponto de vista, torna tal família ainda mais vulnerável. Desta forma, há o caso da família do pastor perceber – ou sentir-se negativamente diferenciada – diferenças em relação às demais famílias da igreja. Por exemplo, se o filho do pastor erra, é o filho do pastor que errou; se é a mulher do pastor que erra, é a mulher do pastor; e nunca um filho ou uma mãe, um membro da igreja; alguém de uma de suas famílias.

2.4. O pastor e o seu tempo de dedicação ao ministério.

O exercício do ministério pastoral pode ser desenvolvido de duas maneiras distintas. Há o caso em que o pastor exerce a sua atividade de forma integral. Isto é, não se envolve com outra ocupação fora do âmbito das atividades eclesiais. Mas

também, há o caso em que esse líder exerce a sua atividade de forma parcial. Para este caso, o ministro busca exercer outra atividade no âmbito secular e que, no geral, não tem vínculo direto com a sua função pastoral, na maioria dos casos. Essas duas realidades configuram o perfil da prática pastoral no que diz respeito à busca do seu sustento financeiro e o da sua família.

2.4.1. O pastor de tempo integral

O ministério do pastor presbiteriano e dos pastores, de um modo geral, passa por muitos embates, do ponto de vista dos acordos entre o que fazer e o que recebe, entre as suas necessidades e o conselho de presbíteros que, com o pastor, administram a igreja. Há a questão de o ministro exercer a sua função de tempo integral na igreja que o contratou, mas também se destaca os casos em que o pastor exerce sua função em tempo parcial, isto é, sem dedicação exclusiva de seu trabalho à igreja local. Esse é um grande desafio para o pastor e ao sustento de sua família, mas também é motivo de muitas controvérsias na comunidade eclesial na compreensão desta realidade.

London Jr. e Wiseman(1998, p. 26) apresentam questionamentos que são inteiramente pertinentes para se analisar a situação pastoral e a sua realidade financeira. Essas indagações estão voltadas para a reflexão da igreja e em especial à sua liderança, ao tratar dos acordos para o vínculo do pastorado em uma igreja. E assim as questões seguem:

O pastor pode manter um padrão de vida de classe média com o salário que recebe da igreja? A igreja quer que seu pastor viva no limite da linha de pobreza? O pastor pode, com o salário atual, pagar as despesas educacionais que efetuou quando se preparava para o ministério? Quais os limites a serem impostos por uma igreja que paga pouco a um pastor de tempo parcial, que está desenvolvendo seu ministério tão bem ou melhor do que um outro em tempo integral, mas com habilidades mais limitadas? Por que não discutir questões financeiras com seu pastor sem ideias preconcebidas, de modo a vê-las da perspectiva dele? Como você lida com estas questões? Você espera que o pastor tenha um padrão de vida abaixo do de toda a congregação? Na maioria das vezes, a voz negativa que mais fala em um grupo de decisão é a de alguém que ganha menos do que o pastor, e, por conseguinte, sua perspectiva obscura não é realista com relação às reais necessidades financeiras do pastor.

São muitos os questionamentos aliados de grandes desafios para a compreensão do exercício pastoral e sua relação com as lideranças de igrejas no trato das questões para estabilidade financeira da sua família. Seria o pastor digno do seu salário? Essa parece estar presente já nos tempos de Paulo (1ª Epístola a Timóteo 5.17-18) quando o apóstolo instruiu o jovem pastor Timóteo com as seguintes palavras: “devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino. Pois a Escritura declara: Não amordaces o boi, quando pisa o trigo. E ainda: o trabalhador é digno do seu salário”.

Ter um pastor de tempo integral é o sonho de muitas igrejas pequenas. A grande questão esbarra nos desafios financeiros, pois nem todas as igrejas têm condições de custear devidamente os proventos pastorais. Conforme dados da Secretaria Executiva da Igreja Presbiteriana do Brasil (2009), foi realizado um censo no ano de 2009 que destacou, entre outros, a quantidade de mais de oitocentas igrejas com até cem membros, na referida situação. Estes dados revelam o grande número de igrejas que, em muitos casos, não têm condições de arcar com o sustento pastoral como é devido. Por esta razão, muitos pastores precisam recorrer às alternativas de trabalho para garantir o seu sustento e o de sua família.

Em muitos casos, o pastor não consegue permanecer por muito tempo na mesma igreja. Por esta razão, muitos têm que sair de uma comunidade para outra por causa dos problemas, especialmente financeiros, e da necessidade de atender à demanda de seu sustento familiar. Assim, ocorrem casos de rompimento dos laços pastorais com uma comunidade ou até o afastamento desse obreiro do ministério. Notadamente, esta realidade afeta diretamente a família pastoral na sua desejada estabilidade, por ter que se mudar para outro lugar, rompendo ele e sua família os laços de amizades construídos pela família ao longo do tempo de sua permanência.

É bem verdade que igualmente em outras profissões um chefe de família tenha que se mudar de um lugar para outro. No caso do militar, do engenheiro de uma grande empresa, por exemplo, essa situação acontece. Porém alguns pontos merecem a devida observação: a) são poucos os casos de profissionais que passam por esse desafio, ou seja, mudança de uma cidade para outra em função do seu

trabalho. Se comparado às demais profissões e atividades na sociedade e no mundo, em que as famílias se envolvem para buscar o seu sustento, as demais se tornam um número bastante pequeno; b) sobre a família pastoral comparada com as de um militar ou de um profissional empregado em uma grande empresa, as realidades são bem distintas e quase sempre as empresas assumem os custos de transferências de seus executivos.

Somente na família pastoral podemos comprovar um problema maior em virtude do envolvimento direto dos seus membros no setor de trabalho do pastor (a sua comunidade chamada igreja). De fato, nas demais profissões os membros de suas famílias não estão direta e pessoalmente envolvidos nas suas atividades de trabalho; c) há um fator muito importante e acentuado na diferenciação dessas famílias, no que diz respeito à motivação para as devidas mudanças de ambiente de trabalho. É que, para as demais profissões, as mudanças ocorrem por interesse financeiro - até com avanços de carreira ou promoções - ou, no mínimo, para manutenção do seu emprego.

Já para a família pastoral, há muitos casos em que as mudanças estão relacionadas à sua convicção do “chamado ministerial” ou embutidas na ideia de “vocaçãõ”. Muitas vezes se arriscam até mesmo para ganhar menos do que já recebem em uma determinada comunidade eclesial, tão somente para satisfazer convicções íntimas. É numa circunstância como esta, de seguir o pastor no seu chamado ministerial, que a família sofre as consequências do seu ministério. Este é um problema não compreendido por muitos.

Na análise da situação da família do pastor, torna-se desafiante a perspectiva sistêmica. Até porque é importante frisar que a família tem um papel primordial no processo de socialização do indivíduo na sociedade.

Já para as igrejas mais estruturadas, a condição de ter um pastor de tempo integral é mais fácil. Há nesses casos a possibilidade de uma maior estabilidade. Contudo, não é garantia que isto aconteça e nem que tal condição mantenha continuidade de um pastor na igreja local.

Ainda em sua análise do pastorado, Werner Kaschel (1977, p. 19) distingue a condição dos pastores de tempo integral e pastores com sustento integral. Para ele, pastores de tempo integral “são aqueles que dedicam todo o seu tempo ao serviço de Deus em um ou mais igrejas ou instituições de caráter religioso”. No caso de pastor de sustento integral, segundo o autor, “é aquele que dedica todo o seu tempo a uma só igreja ou instituição e dela recebe sustento”.

Por esses motivos, as dificuldades e as condições de instabilidade ou insuficiência financeira, têm levado muitos pastores a buscarem outros meios de conseguir recursos para a manutenção de sua família.

2.4.2. O pastor com ocupação parcial.

Para a atividade pastoral, diferentemente de outras profissões, o pastor tem uma área muito limitada no que diz respeito exercício de atividades fora da igreja. Porém essa possibilidade de um trabalho secular acaba por proporcionar receita financeira que o ajuda tanto a prevenir como a sair das crises e a oferecer uma condição mais digna para a sua família.

Pelo fato de o pastor se sentir muitas vezes pressionado pelos salários baixos por um bom período de tempo em seu ministério, muitas reações são possíveis no proceder do ministro. London Jr. e Wiseman (1998, p. 26) diagnosticam que “estar trancafiado em prisões financeiras faz com que os pastores se esgotem, percam a motivação por seu trabalho e sintam-se tentados a abandonar a carreira, a fim de se tornarem melhores provedores para suas famílias”.

Por sua vez, ao analisar a situação do pastor de tempo parcial em uma igreja, Kaschel (1977, p. 19) sustenta que quando “os salários pagos pelas igrejas são inadequados, (...) os pastores não encontram outra saída senão suplementá-los pelo exercício de uma atividade secular”. Para esse autor batista, a “razão de ordem social e econômica explica a predominância de pastores de tempo parcial em países em desenvolvimento”.

As igrejas, de um modo geral, que não têm condições de oferecer uma condição digna, do ponto de vista financeiro, ao seu pastor tendem a experimentar um constante trânsito de ministros em sua comunidade. Esse problema facilmente proporciona uma dificuldade de crescimento e amadurecimento dos seus membros, além da falta de confiança no seu líder, que o tempo não lhes ofereceu.

Dennis W. Bickers (2001, p. 23) advoga que “pastores *bivocacionados* podem permanecer mais tempo em suas igrejas porque, com frequência, não enfrentam as mesmas pressões financeiras que os pastores recém-formados” Essa condição na vida do pastor é suficiente para deixá-lo mais realizado e seguro na manutenção da sua família e também mais firme na condução de sua comunidade eclesíastica. Para o autor, “o pastor tem mais tempo para compreender as necessidades do povo, de forma que seus sermões e seu serviço podem atender essas demandas”.

No entanto nem todos entendem a condição financeira do pastor e as suas reais necessidade. Campos (1987, p. 174), analisa essa questão e mostra que, para muitos, “O pastor excelente é aquele que realiza seu trabalho sem dar demonstração de ser movido por estímulos financeiros”.

A condição da confiança de um membro de igreja para com o seu pastor se dá ao longo do tempo, quando os laços de amizade e respeito são nutridos e algumas possíveis barreiras são quebradas. Por essa razão, torna-se perceptível a necessidade que uma comunidade eclesíastica tem de contar com um pastor por muito tempo na condução do seu rebanho, para fortalecer o aprendizado e a maturidade dos que são por ele cuidados.

2.5. O pastor e os encargos sociais.

O pastor presbiteriano, como qualquer outro cidadão, precisa se preocupar com a sua vida e a de sua família no que diz respeito ao aspecto da seguridade previdenciária. Ainda que muitos no passado tenham negligenciado essa causa e, por isso, padeceram grandes necessidades juntamente com a sua família, fica inconcebível a um líder religioso, como a qualquer outro cidadão trabalhador, o se esquivar à esta demanda.

Como o exercício da função pastoral não é uma profissão legalmente reconhecida pelo Estado e, por tanto, não há recolhimento previdenciário obrigatório para o pastor, a Igreja Presbiteriana do Brasil, IPB, como outras também, tomou decisões sobre o caso, estabelecendo regras para o amparo do pastor e de sua família, quanto à sua seguridade social e previdenciária.

Mas não somente na questão da seguridade social e previdenciária a IPB se preocupou estabelecendo suas normas de obrigatoriedade para o benefício pastoral: também tomou decisões no que diz respeito ao aspecto da saúde do pastor e a de sua família. Por isso, as igrejas presbiterianas locais têm hoje a responsabilidade de beneficiar o pastor, ao menos com estes dois itens referentes aos encargos sociais e saúde.

2.5.1. A previdência social – Aposentadoria.

Como temos analisado, o ministério pastoral é uma ocupação diferente das demais profissões, em virtude de não ser reconhecida legalmente pelas leis vigentes do país, como uma profissão. Para a legislação brasileira, não há vínculo empregatício para o sacerdote. Nesse sentido, o governo trata essa classe como os “votacionados” e, portanto, não precisam de amparo institucional por uma cobertura das leis trabalhistas.

O pastor está arrolado na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal. O então ministro Carlos Lupi (2010, p. 419) enquadrou a função pastoral sob o código 2631:

Realizam liturgias, celebrações, cultos e ritos; dirigem e administram comunidades; formam pessoas segundo preceitos religiosos das diferentes tradições; orientam pessoas; realizam ação social junto à comunidade; pesquisam a doutrina religiosa; transmitem ensinamentos religiosos; praticam vida contemplativa e meditativa; preservam a tradição e, para isso, é essencial o exercício contínuo de competências pessoais específicas.

As condições gerais para o desenvolvimento da atividade do pastor também estão descritas na CBO, conforme registra Lupi (2010, p. 420):

Os profissionais podem desenvolver suas atividades como consagrados ou leigos, de forma profissional ou voluntária, em templos, igrejas, sinagogas, mosteiros, casas de santo e terreiros, aldeias indígenas, casas de culto, etc. também estão presentes em universidades e escolas, centros de pesquisa, sociedades beneficentes e associações religiosas, organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas. Uma parte de suas práticas tem caráter subjetivo e pessoal e é desenvolvida individualmente, como a oração e as atividades meditativas e contemplativas; outra parte se dá em grupo, como a realização de celebrações, cultos etc. Nos últimos anos, em várias tradições, tem havido um movimento na direção da profissionalização dessas ocupações, para que possam se dedicar exclusivamente às tarefas religiosas em suas comunidades. Nesses casos, os profissionais são por elas mantidos.

O curioso é que o governo exige do pastor a sua obrigação, como a de todo cidadão trabalhador, no recolhimento dos impostos devidos, em especial, o sobre a renda de pessoa física. Na verdade, a tratativa que o pastor recebe do Estado é desprovida de isonomia. Isto é, os direitos que todos os trabalhadores têm tais como, seguro-desemprego, fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS e outros. O pastor não recebe e nem tem o amparo legal devido. Daí, ser preciso que o pastor tome a iniciativa em contribuir com algum tipo de previdência privada, para lhe garantir alguma estabilidade financeira na sua aposentadoria. Isso ele deve fazer usando a categoria de “autônomo”.

Esta é uma preocupação que o pastor tem e carrega durante todo o período de trabalho no exercício de sua função. Diferentemente do sacerdote católico que não tem essa preocupação, pois a sua igreja se encarrega de fazer isso por ele.

Para os pastores da IPB, há a obrigatoriedade de recolhimento para a previdência por meio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Todo pastor em pleno exercício de sua função tem o dever de apresentar anualmente ao presbitério, juntamente como o seu relatório de atividades, os comprovantes de pagamento do INSS.

A IPB, no decorrer dos anos de sua história, lidando diretamente com problemas envolvendo a aposentadoria do pastor, precisou tomar decisões que pudessem trazer melhorias para o pastor e a sua família, pensado em segurança para o seu sustento futuro. Essa realidade preocupante veio à tona quando a igreja teve que enfrentar realidades difíceis e lamentáveis, em especial, quando, em vários casos, o pastor chegava na sua idade de aposentadoria e não tinha o seu sustento devido. Foram momentos em que a Igreja precisou socorrer a muitos.

Situações tais como velhice, enfermidade ou até mesmo morte prematura foram motivos suficientes para deixar muitas famílias de pastores desamparadas, por falta de um plano razoável de previdência e seguridade. Esses foram momentos em que a IPB precisou envidar muitos esforços para suprir necessidades, para amenizar problemas de muitas famílias pastorais.

No ano de 1962, o Supremo Concílio da IPB já esboçava atenção e cuidados com a aposentadoria dos seus missionários que estavam em atividades em outros países, mas que não tinham amparo da sua igreja de origem. Assim, uma decisão, diante do relatório da Junta de Missões Estrangeiras, destacou: “SC – 1962 – DOC. CCXXVIII:9) Que a JME contribua com 50% das despesas relacionadas com a previdência social dos seus obreiros, conforme registro na secretaria executiva da IPB (2016, p. 5).

As preocupações da igreja continuavam para com os seus pastores e respectivas famílias sobre a previdência e seguridade. Foi assim que, em 1967, outra decisão da Igreja revelava cuidados, embora, ainda em termos de recomendação:

CE - 1967 - DOC. XXIX: Previdência Social - Doc. LX - Quanto ao Doc. 67 - Proposta sobre inscrição de pastores na Previdência Social, a CE-SC/IPB resolve recomendar: 1) Que todos os pastores sejam inscritos na Previdência Social, como segurados facultativos, caso ainda não sejam contribuintes; 2) Que a inscrição do Pastor presbiteriano na Previdência Social seja efetuada pelo Presbitério a que ele estiver jurisdicionado; 3) Que os pagamentos à Previdência sejam efetuados pelos Presbitérios, devendo as igrejas recolher à Tesouraria dos Presbitérios tanto a quota devida pelo Pastor, que será mensalmente deduzida dos honorários pastorais, como a quota do empregador, que será paga pela Igreja; 4) Que outros elementos necessários à regulamentação sejam colhidos

pela Consultoria Jurídica da IPB, que elabore a proposta de regulamentação; 5) Que se peça à Consultoria Jurídica da IPB que prepare a referida proposta e, com o Pte-SC lhe dê o encaminhamento necessário; 6) Onde não for viável, pela extensão territorial do Presbitério, o cumprimento do item 3º, o recolhimento à Previdência será feito diretamente pela Igreja, fiscalizando o Presbitério as igrejas, para que todos os pastores estejam inscritos.

Naturalmente, os problemas não deixaram de existir e por isso outras decisões precisaram ser tomadas. E foi somente em 1998 que a Igreja tomou decisão mais arrojada para amparar a vida do pastor e sua família. Desta feita, a decisão elucida os cuidados, pois continuam ainda ser uma solução mais veemente e segura para os pastores e familiares. Observe a decisão:

SC - 1998 - DOC. LXXXIII: Quanto ao Doc. N.º 235 – Da Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade. O SC/IPB-98, em sua XXXIV Reunião Ordinária, Considerando: Relatório da Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade, Resolve: aprovar o referido relatório destacando: 1. A crescente preocupação da IPB com seus ministros, missionários e membros com respeito à saúde e sobrevivência depois da aposentadoria. 2. A lisura da comissão na pesquisa e assinatura dos convênios com o Banco do Brasil e a Unimed. 3. Que a IPB subsidia apenas 1/3 da contribuição mínima ou do plano básico, do IPB-Prev e não do valor total ajustado.

Diante de tantos anos de lutas e desgastes sobre a situação da previdência do pastor, a IPB não mais recomenda o recolhimento do INSS, mas estabelece a obrigatoriedade que o ministro passa a ter sobre esta causa tão necessária. Foi no ano de 2010 que o Supremo Concílio resolveu:

SC-E - 2010 - DOC. XXVII: Quanto ao documento 073 - Sobre Contribuição de Pastores Junto ao INSS: Considerando: 1- Que o ministro de confissão religiosa é segurado obrigatório da Previdência Social, na condição de contribuinte individual conforme preconiza o artigo 12, inciso V, alínea C, da Lei 8.212/91; 2- que a Instrução Normativa MPS/SRP n.º 3, de 14/07/2005 é taxativa, pois no seu artigo 79, parágrafo 4º diz "A contribuição do ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, na situação prevista no parágrafo 10, do artigo 69, a partir de 1º de abril de 2003, corresponde a vinte por cento do valor por ele declarado, observados os limites mínimo e máximo do salário de contribuição. 3- que existem as decisões SC-1970, doc CXXIII; CE-2006, doc 80; CE-2007, doc CXXVII; CE-2007, doc CXLI; CE-2007, doc V; 4- que os pastores são membros dos Presbitérios; 5- que os Pres-

bitérios são normatizados por decisões do SC/IPB; 6- que a exigência da contribuição previdenciária para os pastores é também uma norma da legislação previdenciária e que a IPB através de suas decisões determina que os pastores as cumpram; 7- que esta norma só traz benefícios ao ministro; 8- que os benefícios previdenciários são calculados tendo como base de cálculo os valores recolhidos junto ao INSS. O SC-E/IPB - 2010 RESOLVE: 1- Determinar que os pastores recolham à Previdência Social no percentual de 20% sobre o seu rendimento declarado, respeitado o teto de contribuição, de acordo com a legislação em vigor; 2 - revogar as decisões em contrário.

Diferente de décadas passadas, hoje os pastores da IPB desfrutam de melhores condições no sentido de sua previdência e seguridade, haja vista às decisões da igreja nacional para melhorar a realidade do ministro e de sua família.

A IPB estabeleceu pelo menos dois tipos de planos que devem amparar o pastor e família na sua aposentadoria ou em casos excepcionais, mas também, diante de problemas relacionados à sua saúde que o deixe impossibilitado de trabalhar. Um é o caso do INSS. Para este, o ministro precisa prestar relatório anualmente ao presbitério - o concílio do qual faz parte como membro - sobre a sua contribuição ao INSS. Esse recolhimento é de 20% do seu salário.

O outro benefício foi instituído pelo FAP (Fundo de Assistência Pastoral). Sua base de cálculo é o equivalente a 8% do seu recebimento como ministro, sendo, assim, equivalente ao FGTS. Neste caso, a Igreja onde o pastor exerce a sua função tem a obrigatoriedade de depositar em conta especial esse valor, prevendo certa segurança de reserva financeira para o ministro no final de suas atividades na igreja local. O acesso aos valores desse fundo só pode ser realizado quando do desligamento do pastor da igreja depositante, em regra.

2.5.2. O pastor e os desafios de saúde.

Além do plano de previdência já estabelecido pela IPB para o pastor, outra medida também foi importante para atender as demandas na área de sua saúde e também a de sua família. Assim, a IPB determinou esse benefício para todo pastor em pleno exercício de sua função. A igreja na qual o ministro está trabalhando tem a obrigatoriedade de arcar com um plano de saúde para o pastor e a sua família.

Percebe-se que os avanços da IPB quanto aos cuidados com o pastor e a sua família progrediram em muito. E já se pode falar que os dias são melhores, se comparados com décadas passadas, nas quais muitos pastores e famílias foram deixados em situação de sensíveis e duras dificuldades.

A doença do pastor, especialmente enquanto está na ativa, atinge em cheio as suas relações com a Igreja local. Porém, como se espera que o pastor seja um contribuinte do INSS, o afastamento das funções cria problemas extras, pois, o desligamento da comunidade local implica rebaixamento de salários e, quase sempre, o abandono imediato da casa pastoral. Quanto ao rendimento auferido, quase sempre, também experimenta uma queda.

Em casos muito raros em que o pastor não esteja amparado por algum ou nenhum destes benefícios, a sua igreja não tem a obrigação de fazê-lo. O que pode acontecer no máximo é um ato de misericórdia por parte da sua igreja ou outras irmãs, bem como de algum presbitério, em envidar esforços cristãos para, de alguma forma, prestar algum socorro ao ministro e aos de sua casa.

O Supremo Concílio da IPB, no uso de suas prerrogativas e cuidados devidos para com o seu ministro e respectivas famílias, estabeleceu, a princípio, uma parceria para ajudar o pastor na sua proteção com um plano de saúde. Assim decidiu:

SC - 1998 - DOC. LXXXIII: Quanto ao Doc. N.º 235 – Da Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade. O SC/IPB-98, em sua XXXIV Reunião Ordinária, Considerando: Relatório da Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade, Resolve: aprovar o referido relatório destacando: 1. A crescente preocupação da IPB com seus ministros, missionários e membros com respeito à saúde e sobrevivência depois da aposentadoria. 2. A lisura da comissão na pesquisa e assinatura dos convênios com o Banco do Brasil e a Unimed. 3. Que a IPB subsidia apenas 1/3 da contribuição mínima ou do plano básico, do IPB-Prev e não do valor total ajustado.

Contudo a decisão supracitada já foi um grande avanço para que outras decisões melhores pudessem surgir. A IPB toma a decisão de contemplar todos os pastores e sem ônus para a tesouraria do Supremo Concílio da Igreja:

CE - 1998 - DOC. LXXV: Plano de saúde para pastores, missionários, obreiros e membros das igrejas da IPB Quanto ao Doc. N° 178- CE-SC/IPB, Procedente da Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade A CE-SC/IPB-98 resolve: 1. Fazer convênio com a UNIMED, por ser a empresa que melhor condição ofereceu; 2. Que a IPB faça o plano de saúde (módulo Básico + doenças infecto contagiosas e air transporte aeromédico) para todos os missionários da JMN e JME e para todos os pastores que constam da folha de pagamento da IPB, da seguinte forma; Missionários e Pastores com rendimento até 6 (seis) salários mínimos, pagarão R\$ 15,00 (*per capita*); Missionários e Pastores com rendimento acima de 6 (seis) salários mínimos, pagarão R\$20,00 (*per capita*); A IPB arcará com o complemento dos pagamentos mensais. Haverá uma franquia de R\$ 3,00 por consulta, que reverterá para a própria IPB, que usará emergencialmente; 3. Que se divulgue o plano de saúde, que é estendido para todos os pastores, obreiros e membros (sem ônus para IPB), para que assim, dentro da conveniência dos interessados, sejam feitas as adesões.

2.5.3. Aposentadoria do pastor

O pastor lida com os conflitos normais de uma família, tais como criação e educação de filhos, cuidados e atenção com a sua esposa, preocupação com o futuro da família como um todo e, ainda mais, sua preocupação com a velhice e aposentadoria. Já no caso do padre, estas preocupações não existem. Este exerce as suas funções como padre de uma forma exclusiva e de atenção exclusiva com as suas funções para a qual se dedicara. Ele fez os votos de pobreza, castidade e obediência. Quando idoso lhe resta alguma casa mantida pela igreja onde ele é assistido até o final da vida.

2.5.4. Os reflexos do afastamento prematuro do pastor da sua função, sobre a sua família.

Os membros da sua igreja local e a família do pastor, principalmente, passam por um drama quando ele é afastado prematuramente das suas atividades. Esse ministro que é tido como referência de liderança, exemplo para a sua família e igreja, ao passar pela situação de afastamento, causa um impacto que normalmente deixa as suas marcas. São marcas do ponto de vista espiritual, emocional e outras mais.

Há casos de pastores que se encontram sem igreja por não se disporem a assumir a sua atividade em lugares mais distantes dos grandes centros urbanos e, por isso, não querem arriscar um novo desafio que os deixem longe de alguns confortos e comodidades encontrados nos lugares onde se encontram. Para outros, há também casos em que o afastamento do ministro de suas atividades se dá em decorrência de problemas que o envolvem diretamente, quer seja na ordem de relacionamentos com a igreja e sua liderança, ou na esfera de conflitos morais que o comprometem. Seja qual for o caso, a família do pastor é quem mais sofre os dissabores, por estar convivendo com essa crise e sofrendo as suas consequências nas áreas financeira, emocional e espiritual, principalmente.

Diante disso, neste segundo capítulo discorreremos sobre o pastor presbiteriano e a sua família. Foi estabelecida uma relação com a família na história, observando os tipos de famílias que marcaram a sociedade desde os primórdios do período colonial. Esses modelos de famílias se iniciam com a estrutura patriarcal, onde todos os familiares se relacionavam diretamente em um mesmo lugar. No passar dos tempos, com as transformações que a sociedade sofreu, o modelo de família também sofreu na sua estrutura, o que trouxe do modelo de família nuclear. O pastor presbiteriano surge nesse contexto, na segunda metade do século XIX, com a sua família já assumindo esse novo modelo de estrutura familiar.

Desde a chegada do primeiro pastor presbiteriano, o norte americano Ashbel Green Simonton em terras brasileira em 1859, a sua família conviveu com a realidade da família nuclear, que era constituída de pai, mãe e filhos, apenas. Dessa forma, essa família sofreu com os impactos das transformações que a sociedade passara nas áreas da economia, do trabalho e outras mais. A família constituída dessa forma, já não possuía mais a ajuda e o apoio de outros familiares e tinha que enfrentar as suas crises de forma solitária.

Foi analisada, também, a relação do pastor presbiteriano com outros pastores de outras denominações. Observamos que as questões doutrinárias e de formação acadêmica que caracterizam um pastor presbiteriano, tornaram-se decisivos para o estabelecimento dessa relação. Dessa forma, o trânsito desse líder presbite-

riano era muito mais fácil com pastores de igreja de herança reformadas, cujas doutrinas se assemelham e se reproduz em uma linguagem bem peculiar. Por outro lado, a relação desse pastor aqui analisado, encontrou barreiras no trato relacional com pastores de igrejas pentecostais e outras correlacionadas. Isso se deu em virtude da disparidade conceitual das doutrinas entre esses tipos de líderes e respectivas igrejas.

Na explanação deste texto ainda foi possível analisar o pastor, sua família e as finanças, como sendo um grande desafio para essa relação. Se para toda família o desafio financeiro é algo presente, para a família pastoral o assunto torna-se mais ainda delicado, haja vista que a atividade do pastor envolve muitas renúncias por parte dele e de sua família. O fator “vocacional”, muitas vezes, não compreendido por essa família, pode, em muitos casos, limitar a situação financeira. Nesse caso, o pastor é conduzido, em dadas circunstâncias, a exercer a sua função em lugares onde o seu sustento financeiro deixa a desejar e tornando proporcionas as suas complicações no convívio familiar. O pastor presbiteriano, motivado pelos desafios e os conflitos pelos quais a família enfrenta nesta área, tende a procurar outra atividade fora do âmbito eclesial no afã de poder lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida. Daí surge o caso do pastor com dupla profissão. Esse fato é bem comum aos pastores que trabalham em igrejas pequenas, não tendo estas condições adequadas para sustentá-los e às suas famílias.

Por outro lado, foi analisado o pastor que exerce o seu ministério em tempo integral, cuja dedicação é exclusiva ao trabalho da igreja. Em boa parte desses casos, as igrejas possuem melhores condições financeiras; a tendência é a de poderem arcar de forma mais digna com o sustento pastoral.

Por fim, foi analisada a situação do pastor diante dos seus encargos sociais e a questão de um seguro de saúde para ele e sua família. Foi possível destacar as problemáticas envolvendo a família pastoral nestas áreas, no decorrer dos anos, quando muitos pastores e respectivas famílias ficaram desamparados e tiveram que sofrer sérias consequências dessa dura realidade. Ao ser tratado sobre a situação da previdência e seguridade do pastor, foi notado que um dos grandes problemas que levaram muitos pastores a sofrer nesta área foi o não reconhecimento da profissão

por parte do governo brasileiro. Diante desta realidade, a Igreja Presbiteriana do Brasil precisou tomar duras medidas, obrigando o pastor a recolher, junto à instituição governamental, os seus encargos sociais para, desse modo, poder garantir maior tranquilidade para si e sua família. Nesta mesma motivação, a sua igreja também tomou medidas legais para que o pastor e sua família pudessem também ser amparados por sua igreja local, na área de saúde.

Os desafios enfrentados pelo pastor presbiteriano e sua família, analisados neste capítulo, são pertinentes e significativos para que se tenha uma visão mais ampliada, numa condição prévia à compreensão do capítulo seguinte. Será analisada a família do pastor da IPB, seus desafios, crises e possíveis saídas.

A relação familiar pastoral enfrenta muitos outros desafios que aqui não foram tratados. Alguns deles, que consideramos relevantes, serão tratados porque julgamos ser necessário, em virtude de poder proporcionar elementos substanciais que possam ajudar aos pastores e famílias interessadas no assunto. Entendemos ser imprescindível, também, aos aspirantes ao Sagrado Ministério e líderes de igrejas, a fim de que possam ter uma melhor compreensão das crises e desafios enfrentados pelo pastor e por sua família.

3. A FAMÍLIA DO PASTOR DA IPB, SEUS DESAFIOS, CRISES E POSSÍVEIS SAÍDAS.

A família do pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil encontra-se no âmbito da família nuclear, a qual enfrenta muitos desafios e muitas crises que lhes afetam diretamente na sua estrutura. O contexto das grandes cidades traça um perfil singular que ratifica ainda mais a sua diferença com relação à família do modelo patriarcal, estabelecido, a princípio, em nossa sociedade no mundo rural, como em outros lugares do mundo. Por outro lado, a família nuclear é a que caracteriza a família pastoral, e traz as suas diferenças acentuadas se comparada às de outro modelo.

Antônio Cândido (1951, p. 1) afirma que “A ênfase dada à família patriarcal dos séculos passados justifica-se pelo fato de que ela foi a base sobre a qual se desenvolvem a moderna família conjugal, cujos traços só podem ser entendidos se examinarmos sua origem”.

No decorrer dos anos muitas mudanças aconteceram provocando tipos diferentes de relacionamento entre e dentro das famílias. O papel da mulher com relação ao trabalho externo está entre tais mudanças, o que trouxe algumas consequências diretas para a estrutura e funcionamento da família. Assim, se por um lado poderemos tratar dos direitos iguais nesta conquista da mulher e seu espaço na sociedade, por outro, a família passa a herdar um problema concernente à criação e educação dos filhos. Nesta linha, Giddes (2005, p. 153) registra que,

O feminismo teve grande impacto na sociologia ao desafiar a visão da família como um domínio harmonioso e igualitário. Em 1965, uma das primeiras vozes “divergentes” foi a da feminista norte americana Betty Fridan, que escreveu sobre o “inominável problema” – o isolamento e o tédio que arrastaram muitas donas de casa norte-americanas a um ciclo interminável de assistência aos filhos e de trabalho doméstico.

As mudanças na estrutura da família foram decisivas para moldar o seu comportamento e a sua influência direta na sociedade. Na sua abordagem sobre a família brasileira, Cândido (1951, p. 1) analisa que:

O estudo sociológico da família brasileira em sua perspectiva histórica precisa ter como base o estudo das mudanças da estrutura

familiar, mudanças estas que são produzidas pela significação provocada pela redução de suas funções. Mudanças nas funções econômicas, nos modos de participação cultural, e nos tipos de dominação e subordinação causam mudanças correspondentes nas relações totais do grupo familiar e emerge novas formas de solidariedade. Concomitantemente às mudanças na estrutura, ocorrem mudanças no sistema de valores e na definição de uma nova situação moral. Assim o problema precisa ser encarado de um tríplice ponto de vista, nos aspectos estruturais, funcional e moral.

Os movimentos feministas levaram as pessoas, no mundo ocidental, a encarar uma nova realidade na estrutura das famílias. Os debates e as ações prosseguiram e, de certa forma, moldaram um tipo de família bem diferente daquela estrutura parental com ligações diretas dentro de grupos de parentesco mais abrangentes. Daí surgem consequências como rupturas nas famílias, cujas marcas e consequências estão presentes na sociedade no decorrer do tempo. Entre as crises presentes na família, aponta-se também a questão do pai ausente. Deste modo, Giddens (2005, p 161) mostra que “uma abordagem um pouco diferente no debate da crise da paternidade masculina foi adotada por Francis Fukuyama, que atribui a origem da grande ruptura nas famílias à elevação dos níveis de emprego feminino”.

Como se não bastasse, outros problemas estão relacionados e ameaçam diretamente a estrutura da família. Devido às ocupações dos pais no trabalho e a necessidade de deixar os filhos em creches ou com empregadas, ou soltos na rua, a questão afetiva tem tido um impacto direto nesta questão relacional entre pais e filhos e as consequências diretas disto na sociedade. Sobre esse problema social, merece atenção o que escreve Horton (1980, p. 171):

Seja o que for que as pessoas precisem, uma delas é resposta humana íntima. A opinião psiquiátrica sustenta que provavelmente a maior causa isolada de dificuldades emocionais, problemas de comportamento e até de moléstia física é a falta de amor, isto é, falta de um relacionamento cálido e afetuoso com um pequeno círculo de pessoas íntimas.

É importante que, ao ser analisada a situação da família do pastor da IPB diante das suas crises e desafios, soluções sejam encontradas e que sirvam de exemplo para os novos pastores, ou aspirantes ao ministério e respectivas famílias, bem como, aos demais líderes da igreja.

3.1. A sexualidade do pastor.

A questão da sexualidade desordenada é uma das áreas mais difíceis de lidar em qualquer esfera social. A vida de sexualidade está presente em toda parte e carece de todo um cuidado devido. É preciso saber lidar com a essa questão com muita sabedoria e cuidados necessários. Do contrário, problemas poderão acontecer com facilidade. No entanto, na vida pastoral esse assunto é ainda mais delicado, porque envolve um líder em potencial, que é sempre vigiado com muito rigor pelos membros da igreja e da sociedade em geral. Ele precisa ter uma conduta ética muito acirrada e portadora de exemplo para com os seus convivas.

Quando um pastor desliza na área da sexualidade exacerbada e promíscua, toda a família sofre, toda a igreja sofre e a repercussão muitas vezes é avassaladora na sociedade. Surge assim um problema muito difícil de ser contornado. Esse problema está presente no mundo inteiro. E com o advento da internet, essa situação de vulnerabilidade nessa área ficou ainda mais aberta e acessível a todos.

Uriel Heckert (2015, p. 151) comenta a divulgação da identidade de usuários em um site de relacionamentos extraconjugais, apontado o escândalo envolvendo pastores. O autor destaca um artigo muito revelador publicado na revista *Christianity Today*, que foi traduzido e publicado em *Ultimato Online*, sob o título: “Meu pastor está na lista de Ashley Madison”. Ele mostra ainda que a “previsão do articulista foi que, no domingo seguinte a tal publicação, pelo menos 400 pastores e líderes cristãos nos Estados Unidos e no Canadá pediriam demissões de seus cargos diante de seu envolvimento no escândalo”. Heckert analisa ainda que as consequências para a vida dessas pessoas e respectivas famílias e também na vida de seus liderados, são muito danosas e incalculáveis.

O assédio sexual se mostra cada vez mais abundante em muitas sociedades. No Brasil essa realidade é ratificada e está diante dos olhos de todos. Quer seja no meio social, quer seja através da televisão e, principalmente, por meio da internet. Esse é um problema antigo e que já deixou muitas marcas em muitas vias. Discorrendo sobre essa problemática, Jaime Kemp (2006, p. 101) adverte:

Meu amigo, até que ponto as “sensualidades legais” de nossa cultura, as indulgências aceitáveis o estão anestesiando? As longas indiscriminadas horas diante da TV, as piadas “meio sujas” que não devem estar na boca dos pastores já lhe causaram constrangimento? Será que os constantes aconselhamentos com os mais diversos fatos sexuais não contaminam sua mente dando lugar a uma série de pensamentos obscenos? Tudo isso pode fazer parte da anestesia mental que antecede a uma queda.

As indagações na área sexual não param e precisam ser exaustivamente analisadas a fim de proporcionar respostas adequadas e moralistas. Heckert (2015, p. 152), na sua preocupação com o assunto analisa:

Como os cristãos, e especialmente os seus líderes, podem prevenir-se de enredamentos afetivos e sexuais desastrosos? Como as instituições eclesásticas podem atuar construtivamente nessas áreas? Muito sofrimento será evitado se agirmos com precaução, oferecendo informações e, sobretudo, espaços para formação, apoio e desenvolvimento de pessoas, grupos e instituições mais saudáveis.

A questão moral é algo significativo na vida do pastor, considerando, sobretudo, o fato de ele ser alguém que é tido como referência para a igreja, para a família e para a sociedade. Este líder é alguém que lida com o discurso visionário que possa alcançar o seu público em todas as áreas que envolvam a questão moral e ética. Para o pastor, a sua conduta precisa ser condizente com o seu discurso, sob pena de sofrer duras consequências, que vão desde as críticas e censura públicas até mesmo a punições severas, que podem o levar ao afastamento de sua função.

Os problemas morais estão presentes no mundo inteiro e o indivíduo, em muitas ocasiões, não esboça preocupação alguma com esta realidade. Os valores têm sido invertidos e, para muitos, vale o que é mais interessante para cada um. H. B. London Jr. e Neil B. Wiseman (1998, p. 24), fazendo referência a questões absolutas, ponderando que,

67% dos norte-americanos dizem não haver algo como verdade absoluta, por isso, é difícil pregar sobre absolutos morais ou sobre guardar os Dez Mandamentos. Em muitos lugares eles são agora considerados dez sugestões. O que antes era encerrado como verdade absoluta é agora visto como mera opinião. Os americanos que antes analisavam suas vidas pelas Escrituras, agora passaram a fazer o que é certo a seus próprios olhos.

O problema da imoralidade se confunde, em alguns aspectos, com o sagrado e o comportamento inaceitável, do ponto de vista da religião, tem penetrado na vida da igreja e afetado diretamente muito fiéis. Essa situação tem banalizado as questões éticas morais e espirituais de certas pessoas religiosas e, entre elas, o pastor poderá até ser vítima. London Jr. e Wiseman (*idem, ibidem*) analisam que “a sociedade morre de um suicídio miserável e lento, porque abrimos mão de virtudes como o autocontrole, compaixão, tolerância, fé, integridade e respeito à autoridade. Nenhuma sociedade pode sobreviver a tamanha perda”.

Para o pastor, o desafio de exercer a sua função num mundo tão carregado de informações e de propostas indecentes, o leva a ter cuidados redobrados para não frustrar as expectativas do seu público, quer seja na igreja, na sociedade ou na família. Para Gerd Uwe Kliewer (1979, pp. 6-7), ao analisar o pastor como operador de sistemas de sentido, analisa que:

Se a função primordial do sistema religioso é proporcionar um sentido à ordem (ou desordem) deste mundo, então os seus funcionários, os especialistas religiosos, têm a função de operar este sistema de sentido, defini-lo em pensamentos e ritos, aplica-lo às diversas situações da vida, firmá-lo na consciência de grupo e indivíduos, adaptá-lo a novos desenvolvimentos, representa-lo, reafirmá-lo, e reconstruí-lo se ele, na consciência de indivíduos e grupos, se encontra abalado. O especialista religioso, o sacerdote, do qual o pastor é herdeiro, é uma das profissões mais antigas da humanidade. (...) operar um sistema de sentido significa lidar com ideias, conceitos místicos, abstrações e doutrinas, de um lado; e com situações anômicas, do outro. (...) O trabalho do pastor visa a objetivos que não podem ser definidos materialmente, como por exemplo, felicidade, vida plena (vida com sentido), justiça, serenidade, paz, compaixão, contemplação, compreensão mútua, perdão. Trata-se de valores expressivos, importantíssimos para o bom funcionamento da sociedade, mas que não podem ser produzidos e negociados com outros bens de consumo.

Heckert (2015, p. 153), discorre sobre o desafio pastoral e de outros profissionais diante da necessidade de se ter uma conduta perfeita, apontando: “Todos sofrem com o ideal de perfeição autoimposto. Com frequência, dão lugar à exigência de sucesso desmedido. Não raro, sucumbem ao peso da traiçoeira e vaidosa onipotência. Todos experimentam a solidão que se impõe pela situação de destaque”.

Para lidar com a consciência e os padrões de moralidade e ética que um pastor precisa ter, é preciso muito esforço na conduta e foco nos princípios basilares da sua formação e instrução para o exercício da vida cristã e do seu ministério. Para Heckert (2015, pp. 173 e 175):

Os pastores sabem que Jesus desviou o foco das práticas em si para a disposição que trazemos no íntimo. Assim, muitos ficam embaraçados diante da sensualidade percebida no interior de si e que lhes parece exacerbada. Difícil é estabelecer parâmetros, mas cada um pode buscar esclarecimento diante de Deus sobre a natureza dos sentimentos e impulsos que se manifestam. (...) O pastor, bem como outros profissionais, tem oportunidades de se aproximar da vida íntima de muitas pessoas, ensejando relacionamentos muito próximos, com limites sutis que precisam ser respeitados.

3.1.1. As tensões relacionais entre o pastor e sua esposa.

As tensões no ministério pastoral podem afetar diretamente o seu relacionamento conjugal. Se o pastor não tiver o cuidado devido, ensejará em situações que podem levar a sua relação com a esposa a um patamar de grande desconforto e até mesmo de separação. Por isso mesmo que Kemp (2006, p. 169) adverte: “A bem da verdade, seria mais eficaz se pendurar uma placa com esses dizeres no gabinete pastoral: Um ministério mal administrado pode afetar seriamente o seu casamento!”. Kemp insiste, ainda, que essa atitude deve servir como alerta para o pastor diante de suas muitas tarefas na igreja, a fim de que não venha a ficar assoberbado de tarefas e não lhe sobre tempo e disposição para a esposa. Esse é um perigo que pode afetar diretamente a vida íntima do casal e trazer sérios problemas à sua família.

Dusilek (2009, p. 45), ao escrever sobre o relacionamento conjugal na família pastoral, observa que a vivência desse relacionamento é uma arte e requer que as duas pessoas sejam suficientemente maduras para lidar com os seus conflitos, sem que haja interferência de terceiros. Nessa relação, o pastor e esposa têm o grande desafio de procurar manter um padrão ideal de vida marital, tendo em vista que a sociedade os observa em todos os momentos. Isso faz com que o casal possa se sentir desconfortável e sofrer sérios conflitos na relação.

Schneider-Harpprecht e Streck (1995, p. 134) analisam a situação da mulher de pastor frente aos desafios que lhe são próprios, mostrando que “as circunstâncias sociais, bem como o papel e a autocompreensão da mulher na sociedade, mudaram nas últimas décadas e isso levou a uma mudança radical também entre as esposas de pastor. Este é um fato que atinge cada vez mais as famílias de pastor e, provavelmente, vai provocar mudanças no futuro”.

As crises na relação conjugal da família do pastor sempre desencadeiam problemas em várias áreas. Essas crises podem ser decorrentes de problemas financeiros, de problemas na área de saúde, e outros mais. Dulce Consuelo Purin (2015, p. 80) entende que as famílias pastorais têm sido alvo das crises em diversas situações. Os problemas conjugais que não forem resolvidos podem repercutir em adultério, traições, separação e mesmo no divórcio. Há casos de filhos que abandonam a igreja, outros que se envolvem com drogas e também com um tipo de vida sexual imoral. Esses dramas, possivelmente, resultam na humilhação dos pais perante a igreja e a sociedade, por meio de críticas pesadas.

Por outro lado, a casal pastoral (melhor: o pastor e sua esposa) conseguem manter uma boa relação e uma mútua relação de sinceridade, amor, respeito e dignidade, as consequências dessas condutas podem resultar num ideal de vida conjugal e que é esperado pela família, igreja e sociedade. Dusilek (2009, p. 46) afirma que: “Uma esposa de pastor bem-amada, reconhecida em suas qualidades, considerada pelo marido, realizada como mulher emocional, social e sexualmente, é uma oportunidade de outro para constituir prova de que o casamento é realmente presente de Deus para o ser humano”. Para essa autora, o esposo que investe amor, carinho e consideração na esposa tem rendimentos altos e valores que o mundo não é capaz de pagar.

Ao se analisar a situação da esposa do pastor e sua relação com a igreja, inevitavelmente, a questão sistêmica da família está presente e, como tal, as repercussões atingem todos os envolvidos. Nessa condição, Schneider-Harpprecht e Streck (1995, p. p. 140, 141) observam que:

A teoria sistêmica da família diz que famílias podem criar certos mitos. O mito é uma teoria que explica como um grupo vê a si mesmo. Geralmente esses mitos servem para encobrir conflitos de um grupo. Talvez o mito mais poderoso da família do pastor seja aquele de que ela é a família exemplar, a imagem ideal da convivência entre as gerações. (...). Esse mito foi criado na época em que a Revolução Industrial, através de grandes migrações de trabalhadores, começou a destruir os laços familiares tradicionais. O ideal da família do pastor como família exemplar encobre esse conflito que também hoje em dia está presente nas comunidades de uma maneira muito mais radical ainda.

O pastor convive com alguns problemas que lhes foram confiados na prática do aconselhamento pastoral. Idealmente, o pastor não deve compartilhar os assuntos com a esposa, em prol de manter uma postura ética e salutar para com a sua atividade e o bom relacionamento com a esposa e família. Contudo, nem sempre isso é possível. Há certos pastores que acabam revelando à cônjuge assuntos que deveriam ser preservados em sigilo. Diante dessa postura, certos conflitos se tornam inevitáveis e podem afetar diretamente a sua família e, em alguns casos, podem chegar até à igreja por ele pastoreada.

Kemp (2006, p. 170) relata que em sua prática pastoral de aconselhamento, na qual recebeu várias cartas, mas também por palavras ditas pessoalmente, ouviu mulheres de pastor fazendo certos desabafos das suas relações conjugais, das quais podemos citar algumas: “Meu marido cometeu adultério emocional e mental. Ele se casou com a igreja e abandonou a mulher e os filhos em casa”; “Meu marido prega sobre o amor, mas não o demonstra a sua mulher e nem aos seus filhos”; “Na última quarta-feira, à noite, tivemos uma briga horrorosa! Em meio à discussão, meu marido me empurrou, e eu caí no chão. Então, ele virou de costas e saiu para ir à igreja dirigir o culto de oração”.

Araújo (1979, p. 3) discorre sobre o fato de que é comum uma comunidade prepara ou idealizar uma mulher de pastor. Por isso há uma tendência de certas famílias e comunidade prepararem filhas para se casar com seminarista ou pastor, vislumbrando o ideal de uma mulher para esse fim, a qual possa realizar parte das funções do marido, de certa forma.

Mas de que tipo de mulher o pastor precisa? O que tem acontecido, em muitos casos, é que o pastor tem se casado com “pastora”. No entanto o mesmo Araújo entende que esse não é o ideal para o casamento de um pastor. Ele necessita mesmo é de uma mulher que possa atender as suas necessidades afetivas, de carinho e de vida. “Uma mulher que possa fazê-lo esquecer de seus problemas eclesiásticos e nunca uma que seja a encarnação destes problemas”.

Ainda que as mudanças e as transformações sociais tenham atingido todas as sociedades, percebe-se que nas grandes cidades elas são mais acentuadas. E por isso, Schneider-Harpprecht e Streck (1995, p. 141) suspeitam que as fortes cobranças advindas de algumas pessoas da comunidade em relação à esposa do pastor e à sua família, no sentido de que sejam um exemplo impecável para a sociedade e o meio eclesiástico, provavelmente tenham origem em umas poucas pessoas do interior, em lugar pequenos. Desenvolvendo ainda mais a análise sobre essa realidade, tais estudiosos do tema sustentam que:

Se nós e as pessoas nas nossas comunidades temos que aprender uma lição importante, é esta: a família do pastor não serve de exemplo e de fundamento da vida familiar. Dizer que a família do pastor não é exemplar tem uma implicação teológica: na casa pastoral moram seres humanos que são pecadores e carecem da graça divina para poder viver. Isto quer dizer que a esposa de pastor que se defende de consciência limpa contra tais idealizações e não aceita a camisa-de-força que alguns lhe querem vestir, no fundo, ajuda a comunidade a encarar a realidade familiar assim como ela é e a reconhecer-se como pecadores e a buscar perdão.

3.1.2. Quando há traições entre o casal

O drama da infidelidade afeta qualquer família e qualquer relação conjugal. No caso do pastor e sua esposa, essa situação afeta também a comunidade eclesiástica da qual faz parte o pastor com a sua família, podendo proporcionar prejuízos irreparáveis. London Jr. e Wiseman (1998, p. 32) analisam essa questão e apontam que a “infidelidade é um erro pecaminoso. Ela aniquila a credibilidade e integridade pastorais. Sabota tudo que um pastor tenha conquistado para Deus. Viola pessoas, termina casamentos e violenta crianças. E líderes, após uma falha como esta, ficam na maioria das vezes, desamparados para restaurar o pastor”.

As possibilidades de o pastor se envolver com problemas na área da sexualidade são muitas. Contudo se faz necessário ter muita precaução e diligência diante das possibilidades sinistras que podem proporcionar a queda moral do líder religioso. Heckert (2015, p.176) adverte sobre os cuidados que o pastor precisa ter, por exemplo, diante da função de aconselhamento pastoral. É preciso tomar iniciativas que o ajudem a preservar a sua dignidade moral e ética. E, para isso, Heckert entende que a companhia de sua esposa ou de um presbítero ou diácono são possíveis alternativas de grande valor que podem impedir sérias situações indesejáveis, nos momentos do trabalho realizado.

Além do drama que a família enfrenta, aliás, esta é a parte que mais sofre, a igreja é impactada e sofre duramente a crise, por enfrentar a decepção trazida por seu principal líder ou por parte da esposa desse líder. A instituição religiosa da qual faz parte tal líder passa a olhar o seu pastor de forma muito reservada, do ponto de vista da sua credibilidade. Ainda que o adultério na vida pastoral seja tratado a rigor pela igreja e concílio do qual faz parte, enfrentando a sua disciplina, na maioria dos casos, o pastor, depois de sofrer as suas penalidades, é restaurado às suas atividades como pastor. O grande problema é que esse pastor fica marcado pelo resto da vida por causa do pecado cometido. Ainda quando este volta ao ministério, é tido por muitos como alguém que não merece mais oportunidade de ter uma igreja. Uma situação muito lamentável e que leva o pastor, quando tem a oportunidade, a se mudar para uma região bem longínqua, e de preferência, conduzindo-o a ficar onde não seja conhecido por ninguém. Isso se faz necessário na tentativa de restauração de seu ministério.

O curioso diante dos problemas de adultério e traições que o pastor enfrenta, é a sensação que muitas pessoas têm de que este é um pecado imperdoável. Qualquer outro pecado cometido por um pastor ou por seu cônjuge é passível de perdão. Mas no caso do pecado por adultério a repercussão é muito artilosa. Essa conduta crítica e de má compreensão sobre o entendimento do verdadeiro perdão vai à contramão dos ensinamentos de Jesus Cristo. O líder principal do cristianismo dá o exemplo perdoadando a mulher adúltera, ao mesmo tempo em que repudia a

atitude dos acusadores com as palavras: “... Aquele que dentre vós estiver sem pecado seja o primeiro que lhe atire pedra” (João 8.7b).

William Hendriksen (2004, p. 372), comentando sobre o episódio escrito nas Sagradas Escrituras sobre o adultério, na ocasião em que escribas e fariseus, de certa forma, mostram total repúdio ao ato depravado cometido pela mulher, ao mesmo tempo em que se surpreenderam com a atitude de Jesus Cristo, escreve:

Jesus ergueu-se. Então deu uma resposta como somente ele poderia dar. Ele não diminuiu a gravidade do pecado que ela havia praticado, nem aboliu, expressamente ou por implicação, o sétimo mandamento. Ele nem mesmo colocou de lado a lei que exige a pena de morte para pecados como esse. Muito pelo contrário. Sem sugerir, em momento algum, que pessoalmente queria a morte dela, Jesus continuou a conversa com base na suposição deles, como se a lei de Moisés devesse ser literalmente aplicada, nesse caso em particular - o que, mesmo eles, realmente não queriam, mas então ele deixou claro que eles não estavam habilitados a executar a lei que, ostensivamente, desejavam cumprir! O que os deixou corados de indignação foi o fato de que, eles mesmos, que planejavam cometer o pecado de homicídio, matando o próprio Messias, tentavam passar a ideia de que estavam chocados com o pecado, infinitamente menor (apesar de grave), cometido por aquela mulher! Então ele disse: “Aquele que dentre vocês estiver sem pecado, que seja o primeiro que lhe atire pedra.” A referência é a Deuteronômio 17.7: “A mão das testemunhas será a primeira contra ele, para matá-lo; e depois a mão de todo o povo.” Esses escribas e fariseus estavam agindo na capacidade de acusadores e testemunhas. Contudo, o pecado da acusada era nada em comparação com a perversidade deles.

Purin (2015, p. 85) afirma que, “na dor da traição, o coração se parte e o primeiro impulso é abandonar tudo, acabar com o casamento. No entanto, perdoar e manter o casamento também tem sido opção”. Os valores morais e éticos precisam ser retomados na prática das relações humanas, bem como os ensinamentos das Escrituras, pois são estes os paradigmas que norteiam a vida religiosa do pastor, da sua esposa e da comunidade cristã da qual fazem parte. Viver fora desses ditames é negar a sua identidade religiosa. Mas para muitos, essa preocupação pouco importa, e os envolvidos nos seus pecados que sofram as suas consequências! No entanto, isso nada mais é que um verdadeiro antagonismo de fé.

Os casos de traições nas relações conjugais estão por toda parte no mundo. Na família pastoral esse problema acontece e os escândalos se estendem facilmente

em todos os lugares. Em nossa nação e em todos os lugares do mundo, possivelmente, há números alarmantes de líderes envolvidos com esse tipo de problema, principalmente quando se faz uso dos meios mais avançados de comunicação, como é o caso da internet. Nos EUA, por exemplo, houve um escândalo envolvendo muitos pastores, que repercutiu por todos os lugares. Ashley Madison churchleaders (2016, p. 1) registra que:

Dando conta que cerca de 400 líderes, entre pastores, diáconos, presbíteros e líderes outros de diversas igrejas dos EUA e Canadá, dentro de um levantamento preliminar do Pastor Ed Stetzer, irão renunciar no próximo domingo. O motivo é que o nome deles está numa lista do site Ashley Madison, que foi hackeado. O site é especializado em traição virtual. Seu mote no Brasil é: A vida é curta. Curta um caso. Casos extraconjugais! Longe de estarmos fazendo propaganda do referido site, nossa preocupação é refletir.

3.2. Os conflitos e as crises.

O pastor presbiteriano enfrenta problemas na sua vida ministerial e familiar. As crises são diversas e trazem consigo situações variadas de reações por parte do pastor, da sua família e também da sua comunidade de trabalho. Essas crises estão relacionadas, principalmente, com a questão emocional, sexual, física, espiritual, social, financeira e intelectual. Como lidar então com esses desafios?

Ao escrever sobre as questões dos conflitos enfrentados pelo pastor, Osvaldo Henrique Hack (2005, p. 108) apresenta que muitas vezes este líder é “pressionado pela ansiedade e paciência dos membros de sua comunidade e de sua própria família.” E por conta desta situação ele é, em alguns momentos, levado a um desequilíbrio emocional e até mesmo espiritual. Por esta razão, muitos ministros têm sido levados a abandonar o seu ministério, como condição de subterfúgio, para se ver livre das pressões.

As crises e os conflitos na vida pastoral poderão deixar marcas, muitas vezes profundas, nas suas relações entre igreja e família, principalmente. Por esta razão, muitos pastores precisam ser tratados seriamente por psicólogos, na tentativa

de restaurar a sua saúde emocional e a capacidade de poder exercer o seu ministério com serenidade e alegria. Mas a realidade mostra também que uma boa parte desses líderes não suporta as pressões das crises no ministério e prefere abandonar essa função, e parte em busca de outros trabalhos. Neste caso, a frustração na família é enorme e os traumas poderão ser levados para o resto da vida.

Contudo vale salientar ainda que os problemas e as crises da família pastoral estão presentes também em outros países. Neste caso, merecem a nossa atenção alguns dados da pesquisa recente do Fuller Institute, George Barna e Pastoral Care, que aponta para a situação pastoral nos EUA²:

Quadro 1 – Por que pastores abandonam o ministério.

90%	Trabalham entre 55 e 75 horas/semana
80%	Acreditam que o ministério pastoral tem efeitos negativos sobre as suas famílias. Muitos filhos de pastores não frequentam a igreja por causa do que ela fez com os seus pais.
33%	Afirmam que estar no ministério é um completo prejuízo para as suas famílias.
75%	Relatam significativa crise de <i>stress</i> ao menos uma vez em seu ministério.
90%	Sentem que foram treinados inadequadamente para enfrentar as demandas do ministério.
50%	Sentem-se incapazes de cumprir as demandas deste trabalho.
70%	Dizem que têm uma baixa auto-estima agora em relação a quando iniciaram o ministério.
70%	Não têm alguém que consideram um amigo próximo.
40%	Relatam conflitos sérios com um membro da igreja ao menos uma vez ao mês.
50%	Já pensaram em deixar o ministério nos últimos meses.

²* Tradução de Marcello Tolentino

50%	Dos pastores que acabaram de iniciar o ministério não vão durar mais do que cinco anos nessa atividade.
94%	Das famílias dos pastores sentem as pressões do ministério pastoral.
66%	Dos membros da igreja esperam que o ministro e a sua família vivam um padrão moral mais alto que os deles.
Algumas observações gerais	<p>A profissão de pastor está próxima da menos respeitada das profissões em uma pesquisa. Fica somente acima de vendedores de carro.</p> <p>Mais de 1.700 pastores deixaram o ministério a cada mês, no ano passado.</p> <p>Mais de 1.300 pastores foram demitidos pela igreja local nos últimos meses e muitos deles sem uma causa concreta.</p> <p>A causa número 1 para os pastores deixarem o ministério: Membros de igrejas não estão dispostos a ir na mesma direção e a seguir os objetivos do pastor. Pastores creem que Deus quer que eles sigam uma determinada direção, mas o povo não está disposto a segui-la ou mudar os seus rumos.</p>

Fonte: Fuller Institute, George Barna e Pastoral Care, disponível em: <http://www.steves-tutz.com/why-pastors-leave-the-ministry.html> . Acesso em 25 de novembro de 2015, (quadro montado pelo autor).

Pressupomos que a situação do pastor Presbiteriano tem certas semelhanças com as observadas pelos pesquisadores norte-americanos. Porém os problemas na família pastoral da IPB denotam caminhos parecidos e não muito distantes da realidade americana supracitada. Assim, Ricardo Agreste Martins (2004, p. 1), aborda que uma relação de crise tem marcado pastores e igrejas:

Silenciosa e gradativamente, instala-se uma relação de mútua desconfiança entre pastores e igrejas. No entanto, o número de vítimas vai se avolumando, tanto entre pastores como entre igrejas locais. Creio que essa relação de mútua desconfiança tem origem numa crise de identidade em que tanto pastores como igrejas se veem envolvidos na atualidade. Os pastores, cercados por uma sociedade secularizada, que não valoriza sua vocação e seu serviço, são interiormente pressionados a provarem seu valor por meio de cursos acadêmicos, cargos eclesiásticos, estabilidade financeira ou ministérios espetaculares.

As crises na vida do pastor têm sido motivo de muita preocupação para alguns especialistas na área da saúde. Alessandro Francisco da Silva (2016, p. 1)

adverte que: “A Organização Mundial de Saúde (OMS), através de pesquisas, tem demonstrado que a depressão é o mal do século, e que os casos de depressão tendem a superar as doenças cardíacas e o câncer nos próximos 20 anos. Também será a doença que mais gerará gastos econômicos e sociais para os governos.” Silva informa ainda que “algumas pesquisas entre o público evangélico têm demonstrado que o número de pastores com problemas psiquiátricos tem aumentado. Segundo Gomes de Deus, essas pesquisas têm apontado que, entre os pastores, esse índice é maior que em outras profissões”. O autor aponta ainda que entre os problemas que afetam a vida do pastor estão:

Problemas com lideranças de igreja; baixa remuneração; mudança constante de igreja; falta de apoio da igreja local, pastor tem expectativas que não são correspondidas pela igreja; estresse relacionado à atividade pastoral; também foram observadas as queixas das esposas com relação ao tratamento dado pela igreja; pecado e enfraquecimento na fé.

3.2.1. O pastor e a sua comunidade de trabalho.

O pastor exerce suas funções em sua comunidade com muitos desafios e, por isso também, está submetido a possíveis crises no decorrer das suas atividades. No entanto, parece que a sua comunidade, de alguma forma, não consegue entender que o pastor também é uma pessoa normal e que enfrenta os mesmos desafios com a sua família, se comparada com outras da igreja a que faz parte. Nestas circunstâncias, a comunidade o ignora e cobra dele certa perfeição em todos os aspectos da vida. Nesta linha de pensamento, London Jr. e Wiseman (1998, p. 16) entendem que:

Pastores atuais enfrentam crises desconhecidas por qualquer outro grupo ocupacional. Ministério local contemporâneo, sem que ninguém desejasse que fosse assim, tornou-se uma bomba H emocional-espiritual, pronta para explodir a qualquer momento. Exigências estão em alta. Credibilidade está em baixa. Suspeitas estão em alta. E necessidades também. Companheiros de empreitada estão sucumbindo na linha de frente, escolhendo tornarem-se terapeutas, frentistas de postos de gasolina ou carpinteiros, em vez de pastores. Enquanto isso, programas de preparação ministerial e instituições de educação teológica parecem cada vez mais fora da realidade das igrejas locais, das comunidades e do mundo.

É possível entender que a igreja vive um dilema quanto à função pastoral. Há certa confusão na compreensão do que deveria ser o trabalho do pastor. Kliewer (1979, p. 8) arrisca-se a dizer que a atividade pastoral deve ser a de,

Trabalhar com o sistema de sentido que evoluiu a partir do evangelho, a adaptá-lo às novas situações da vida humana, ou então ressaltar as suas exigências frente a estas situações, legitimar e apoiar o que, a partir do evangelho, pode ser legitimado, condenar o contraditório e assistir aos homens nas suas crises de sentido.

Por um lado, tem-se a expectativa da comunidade em relação ao trabalho pastoral e, por outro, esse líder se encontra em alguns momentos, em crise de sua identidade, frente à sua responsabilidade de exercer o seu papel como protagonista de uma relação eclesial. Calvino Camargo (2003, p. 63) afirma que

A identidade profissional pode ser definida como uma forma de orientação dos afetos e de organização das identificações, normatizadas por uma estrutura do sistema simbólico, sustentada pelos vínculos com determinadas atividades ocupacionais, definida por conjuntos de regras e princípios que instituem uma profissão.

Diante da complexidade das crises que o pastor enfrenta em seu ministério, a que está relacionado à sua definição do papel a ser exercido, precisa ficar claro para o bem geral dele, de sua família e da igreja. Kliewer (1979, p. 9) define isso assim:

Os papéis são definidos pela sociedade, de maneira ideal. Os que desejam desempenhá-los têm de se adaptar às expectativas ligadas a eles. O ator pode ter o seu conceito próprio do seu papel, diferente das expectativas dos seus concidadãos, mas as possibilidades de seguir as suas próprias ideias são bastante limitadas. O máximo que se pode admitir é uma interação dialética do conceito individual com o conceito social do papel. O papel do pastor é definido, em primeiro lugar, pela comunidade a que ele serve; depois, pela estrutura eclesial a que ele pertence, e, terceiro, pelo sistema de sentido (teologia) com a qual ele opera.

Para Hack (2005, p. 109), “o conflito de interesses eclesiais representam o momento mais difícil para o pastor, por não ficar bem claro o que é vontade de Deus e ambições pessoais homologadas por concílios”. O autor acrescenta, ainda, que

É constrangedor e deprimente quando as pessoas duvidam de nossas intenções e propostas, mesmo que documentadas. A calúnia e as palavras dúbias desacreditando a liderança ferem mais do que a traição e o punhal pelas costas, principalmente vindas de pessoas representativas da própria igreja a que servimos.

A expectativa que uma comunidade tem de um pastor certamente é um dos fatores geradores de conflitos nessa relação pastor e igreja. London Jr. e Wiseman (1998, p. 22) asseguram que “homens-chave não deveriam esperar de seus pastores que sejam especialistas em tudo. Eles não são. Para terem relacionamentos felizes, pastores e povo devem cultivar uma consciência exata do que é necessário ser feito no ministério em uma cultura contemporânea”.

Contudo, há uma expectativa quase que frequente nas relações entre pastor e igreja, que advêm da existência, em muitas dessas comunidades de liderança forte, designadas pelo senso comum de “presbíteros dono de igreja”. Quase sempre em nossa experiência pessoal temos observado que há conflitos que surgem ou que se tornam acirrados em função das demandas expostas por tais lideranças.

A família do pastor presbiteriano está enquadrada no modelo de família nuclear, e numa cultura paternalista ainda forte no ocidente. Em alguns momentos enfrenta situações delicadas ao ser abordada inconvenientemente por parte de membros da igreja. É possível que nessa circunstância o pastor não assuma a devida liderança que é esperada sobre a sua família e sobre a sua comunidade de trabalho. Falta ao pastor, principalmente, uma conduta segura, como líder de sua família e comunidade. A sua atitude firme poderá inibir muitos dos problemas causados à sua família.

3.2.2. O pastor e seus filhos

A relação do pastor com seus filhos requer atenção e cuidados diante das pressões enfrentadas em seu ministério. É de grande importância que os filhos não sejam criados hostis à igreja e, desta maneira, cresçam revoltados com ela. Decerto, os problemas que o pastor enfrenta na igreja, em muitos casos, repercutem na família. Há muitos casos em que os filhos de pastor quando crescem, abandonam a

igreja, pelo fato de se tornarem revoltados ao verem o seu pai sendo sugado por ela, com sua família ficando em segundo plano.

Araújo (1999, p. 11) apresentou em um encontro nacional de pastores da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, no Acampamento Palavra da Vida, em 1979, um conto que por ele foi proposto para discussão do tempo sobre a relação do pastor com o seu filho. Não se trata de um caso específico ou de uma família real, mas é uma história criada a partir de várias situações concretas observadas pelo autor, envolvendo pessoas diferentes. Esse material foi distribuído para todos os participantes do evento. Nele temos trechos interessantes para a nossa temática. Entre outros, segue aqui um pouco daquilo que aquele palestrante abordou:

Sabe, meu filho, até hoje não tive tempo prá brincar com você. Mas você deve dar razão para mim. Eu sou pastor e como tal, tenho muitas coisas para fazer. Realmente tenho que dedicar todo o meu tempo ao ministério. Afinal, sou vocacionado, Deus me chamou para a obra e a ela devo tempo integral. (...) Meu querido filho, graças a Deus, você teve o privilégio de uma mãe maravilhosa. Ela cuida direitinho do você. Tanto é que está limpinho, arrumadinho, bem alimentado, apesar do nosso salário não ser grande. (Aqui creio eu poder lhe fazer uma confidência: a Igreja é um tanto quanto ingrata; exige tudo do pastor, mas lhe paga salário de fome). Não estou com isto falando mal da Igreja, mas é a pura realidade. (...) Pra demonstrar que eu sou compreensivo, já nem brigo mais quando estou lendo o jornal e você pula em cima dele; tenho até paciência (não estou gritando mais) com todas as vezes em que você fica pulando e dançando em frente da televisão. É por esta razão que o meu jornal eu leio na sala de visitas (onde a mamãe proíbe a entrada de vocês, crianças), e a TV, assisto de portas fechadas. Note bem, faço desta forma para não ter de ralhar com você.

O texto completo de Araújo sobre o pastor e a falta de tempo para com o seu filho, está disponível no anexo I deste trabalho.

Carlos Garma Navarro (2007, p 279) analisa sérios problemas que podem impactar diretamente os filhos dos pastores que foram criados e ensinados na religião dos seus pais e agora se veem, de certa forma, condenados a uma realidade dura para eles e para seus pais também. E sintetiza sua compreensão disso, ao dizer que: “hijo de pastor, lo peor, a menudo los hijos de los pastores rechazarán abiertamente las creencias y prácticas de la congregación en la cual crecieron y actuarán en consecuencia contra los preceptos de la fe en la cual se criaron”.

Tal situação problemática envolve a comunidade pastoreada, que passa a viver a contradição e desenvolver uma compreensão sobre a família do pastor, em muitos casos, originando uma conduta desonesta na compreensão da função pastoral, confundindo a família na sua atuação na Igreja e comportamento como pessoas normais, que deveria ser assim vista. Navarro (*idem, ibidem*) continua ainda apresentando no seu texto: “Aun así, el dicho expresa cómo las personas dentro del grupo religioso ven las contradicciones en las familias de sus líderes y cómo los creyentes experimentan sentimientos de profunda traición frente a quienes deberían ser sus modelos.”

Há de se destacar também o conflito de gerações como um possível fator presente na família de pastor, o que traz implicações diretas na convivência familiar. Assim, Geraldo Romanelli (1998, pp. 124-125) assinala que “as relações entre gerações estão vinculadas ao modo pelo qual a experiência extratificada dos adultos configura um modo de ordenar a existência, gerando ruptura e continuidade entre as gerações”. E ainda, continua mostrando que este conflito de gerações se caracteriza em crise. Para Romanelli, o período de transição entre a infância e a fase adulta, quando o indivíduo pode assumir plenamente a condição de trabalhador e constituir família, depende de determinantes sociais e das condições da família.

O pastor lida com a questão do testemunho, principalmente para com os de sua casa. Por essa razão, Araújo (1999, p. 11) observa que “nossos filhos e a esposa conhecem o nosso fraco. No púlpito o pastor é um excelente defensor do amor, do perdão, da tolerância para com o erro do mais franco; em casa é um verdadeiro tirano”. Essa complexidade resulta na insegurança dos filhos e esposa, gerando ainda mais certa crise na ralação da família pastoral. Aponta ainda que “os filhos não exigem pais puros, santos ou imaculados; o que eles querem são pais coerentes e, principalmente, humildes, que saibam reconhecer também os seus próprios erros”.

A família do pastor, de alguma maneira, é injustiçada, ao ser tratada pelos membros da igreja ou comunidade onde vive, ao ser compreendida como uma superfamília. As expectativas da comunidade eclesiástica são irreais e podem gerar outros conflitos. Kemp (2006, p. 198) afirma que:

Filhos de pastores, e incluo aqui também filhos de missionários, sentem sobre si o peso de serem melhores que outros jovens de sua idade. Seus professores da Escola Dominical aguardam ouvir deles a resposta bíblica mais correta. Ao surgir um trabalho voluntário na igreja, querem sempre que o filho ou filha do pastor/missionário sejam os primeiros a se apresentar. E as expectativas sobre eles não param: espera-se que sejam líderes da equipe de louvor, que saibam todas as respostas de um concurso bíblico, que nunca se atrasem nas reuniões e que sejam sempre o exemplo vivo de um verdadeiro cristão em aparência e em atitudes.

O pastor tem a grande tarefa de lidar com os seus filhos na igreja, enfrentando as críticas e os desafios que lhes são impostos. Um dos grandes desafios para o pastor é ter condições para ver seu filho ou filhos crescendo e se desenvolvendo na igreja. Os problemas que se têm evidenciado, por outro lado, é que muitos filhos de pastores crescem revoltados com a igreja, por quase exaurirem o tempo do seu pai, e da mãe, em boa parte das vezes, e, quando chegam à fase adulta, abandonam a igreja.

Dusilek (2009, p. 55) relata os dramas que a família pastoral enfrenta na sua jornada ministerial, tendo que lidar com certos comentários insanos e que, de alguma forma, afeta tais pessoas, podendo deixar sequelas. Assim, Dusilek mostra que:

Os filhos de pastor são tema ideal para comentários, críticas e invasão de privacidade por parte de alguns membros da igreja. Olham-nos como se eles fossem do outro mundo, cobrando de uma criança ou de um adolescente um comportamento de adulto. A ideia geral, é que todas as crianças da igreja têm o direito de correr, brigar, competir, ter amigos especiais, não querer ir à Escola Dominical, dormir no culto, mascar chicletes, mas os filhos de pastor... esses não podem nada disso, porque são “filhos de pastor.

Como se não bastasse, outros problemas permeiam a família pastoral durante toda a vida. Ainda que os seus problemas também sejam comuns às demais famílias, é bom pensar na questão sistêmica da família, pois toda a comunidade do

seu convívio pode ser afetada de alguma forma. Entre outros desafios pelos quais essa família enfrenta, uma das mais graves é a morte do pastor. Esse é mais um drama a ser vivenciado pelas partes envolvidas nessa relação, como se mostra a seguir.

3.3. A morte do pastor e a repercussão na família

A morte de um pastor provoca uma enorme crise na sua família e no seu campo de trabalho. Quando ela ocorre as questões afetivas são impactadas e a família pode sofrer sérias consequências, caso o pastor não tenha sido devidamente amparado por um plano de seguridade social. Mas, a igreja também pode sofrer consequências desse dano, pelo fato de ter que lidar com as providências urgentes em conseguir um substituto. Até porque os “melhores” candidatos ao posto podem estar comprometidos com outros trabalhos que não podem ser interrompidos. Esse é um sério problema porque nem sempre a igreja consegue de imediato um pastor que possa corresponder com as expectativas e demandas da sua comunidade.

Uma família pastoral que está no início de seu ministério, cheia de sonhos e expectativas, é sempre empolgada a desenvolver a sua tarefa. O grande problema e frustração podem ocorrer quando o pastor é golpeado pela morte, de forma prematura. A sua família terá que refazer toda a sua estrutura e se projetar para uma nova maneira de sobrevivência. Em muitos casos, a mulher do pastor terá que conseguir um emprego, caso não o tenha. E a esposa e filhos sofrem demasiadamente essa perda, além de padecer prejuízos no sustento desse grupo.

A morte inesperada do pastor provoca impacto que todos podem vir a enfrentar. Uma morte nessa circunstância é sempre ruim para todas as pessoas que têm uma ligação direta com ele. Além dos sofrimentos emocionais, a família é vítima de uma ruptura que a deixa marcada para o resto da vida. Se o pastor tinha um plano de seguridade social que garantiria o conforto financeiro para a sua esposa e filhos, melhor.

Ainda que todo tipo de morte que envolva o pastor seja ruim para sua família e igreja, o caso de suicídio é algo extremamente grave e mais impactante. Esse modo de finalizar a vida pode provocar sérias decepções para a comunidade e família, caso não tenham sido instruídas adequadamente para enfrentar esta realidade.

No Brasil, o assunto relativo ao suicídio de pastor tem sido algo chocante, porque essa prática nunca é esperada da parte de um líder entusiasta e modelo, ao mesmo na expectativa do povo em geral. Assim, Antônio Carlos Barros (2016, p.1) noticia que,

Setembro é marcado dentre tantas datas importantes pelo Dia Internacional de Prevenção ao Suicídio. E foi nesse dia 10 de setembro que mais um pastor tirou a sua vida dessa maneira trágica; mais especificamente foi com um tiro de espingarda calibre 12 que o pastor presbiteriano, cantor e músico, Aroldo Telles Sampaio Júnior, 46 anos, suicidou em Ipatinga.

Marcos Quaresma (2016, p. 1) comenta que o suicídio de pastores, líderes e filhos de líderes aumenta e provoca preocupação. Essa demanda já tem sido batizada de “onda de suicídios”, ainda que não seja novidade, uma vez que essa prática é antiga e vem desde os tempos bíblicos. Sabe-se que nos últimos anos muitos pastores americanos tiraram a sua própria vida e esse fato também tem sido uma realidade em nossa nação brasileira. Quaresma aponta que muitos pastores têm lutado constantemente contra a depressão, e que há um número elevado de pastores com esgotamento. Muitos outros acreditam que o ministério pastoral afetou negativamente suas famílias e outra grande parcela considerável desses líderes não tem amigos próximos.

Qual a razão que leva o pastor a tomar uma decisão tão drástica em sua vida, ao optar pelo suicídio? Como entender esse líder que tem lidado com a prática de aconselhamentos, de cuidados com pessoas da sua comunidade e que, em tese, apresenta-se como uma referência a ser seguida pelos demais? Decerto, a prática do suicídio em pastores e líderes é algo inaceitável para a maioria dos que convivem nessa relação pastoral. Para os especialistas na área da saúde emocional, a causa mais comum que tem levado pastores a cometerem o suicídio é a depressão, associada a esgotamento físico e emocional, traições ministeriais, baixos salários e isolamento por falta de amigos. Quaresmo (2006, p. 2) entende que,

Isso acontece, em parte, porque pastores contemporâneos são cobrados como executivos ou técnicos de clubes de futebol, que precisam oferecer resultados numéricos às suas instituições. Caso contrário, perdem seus membros, emprego, salário, moradia e sustento da família. É uma pressão enorme sobre os ombros de um ser humano.

Para Juan de Paula Santos Siqueira (2016, p. 1), uma das razões que levam o pastor a cometer suicídio está relacionada como o fato de lidar com a alta expectativa do povo da sua comunidade religiosa, sobre a sua esposa e sua família. Siqueira observa ainda que,

É algo que está muito evidente na cultura brasileira, e também pela cultura do legalismo que há muito dominou o cenário evangélico e ainda continua fazendo estragos. Mas a principal fonte é o coração humano das pessoas com o ídolo de controle que leva à dominação. Membros de igrejas controladores, ou não, podem fomentar uma alta expectativa quanto ao pastor.

Uma notícia muito triste e, ao mesmo tempo, alertadora aos líderes eclesiais, principalmente, no afã de provocar diversas reflexões sobre o assunto. Também para que, a tempo, possam ser promovidos atos que venham a ajudar esse líder, o qual aparenta ser tão forte, para que ele mesmo se conscientize de que é tão frágil como qualquer cidadão comum.

É fato que a comunidade religiosa parece não estar preparada para lidar com a tragédia do suicídio pastoral. Para muitos a temática é um grande tabu e uma prática inaceitável. Talvez essa rejeição silente esteja ligada aos princípios doutrinários compartilhados na igreja e na vida dos seus membros, quando se é ensinado que esta prática é proibida. Para Barros (2016, p.1) o ato suicida, para muitas pessoas, “é tabu por que ele é muitas vezes produto de outro tema proibido aos pastores: a depressão. O pastor não pode ter depressão. É pecado, ele não é crente, não é consagrado etc”.

Os casos de suicídio de pastor têm alarmado a sociedade de modo geral, e têm sido notícia nas redes sociais e *sites* de referência, apontando vários casos desse desastre tão chocante, principalmente para os cidadãos que têm envolvimento direto

com a sua religião. Para ilustrar o quadro aqui descrito, alguns casos são apresentados por Barro (ANEXO 3), os quais poderão lançar ainda mais luz sobre o problema ora abordado.

Esse problema e outros enfrentados pelo pastor e a sua família, precisam encontrar alternativas que lhes sejam viáveis e que os deixe na zona de conforto desejável e esperado por qualquer família. Assim, algumas possibilidades serão apresentadas logo na sequência do trabalho.

3.4. As possíveis saídas para a crise do pastor e de sua família.

A sexualidade na vida de todo cidadão requer cuidados em prol de se preservar o respeito, a ética e a moral do indivíduo. Contudo, para o pastor, esta área é ainda mais delicada e requer atenção redobrada porque os problemas decorrentes dessa área em sua vida são avassaladores. A sua família, principalmente, pode sofrer duras consequências diante de desajustes nessa relação tão importante na vida pastoral.

O pastor precisa ter a consciência de que não é uma fortaleza inabalável. Ainda que seja um líder que procura ser um padrão de moralidade, espiritualidade e ética, o fator humildade precisa fazer parte da sua vivência. Ele deve reconhecer as suas fragilidades e buscar se precaver de possíveis ciladas que o levem ao fracasso na vida sexual. Os problemas nesta área vão desde problemas físicos emocionais, até mesmo traições que podem arruinar uma relação definitivamente.

Contudo, para um líder que convive constantemente na sua atividade tratando de problemas nas áreas familiares e conjugais, faz-se necessário ter muito cuidado para não confundir certas situações com oportunidades para a prática da promiscuidade. Heckert (2015, p. 176) aponta, como uma advertência, como tem que ser a conduta dos profissionais diante dos contatos mais próximos com certos clientes, mostrando que:

Os psicoterapeutas são alertados a manterem-se atentos aos movimentos afetivos dos seus clientes, propensos a transpor para

eles expectativas quanto às suas carências afetivas. A isso se chama transferência. Ao contrário, os terapeutas também têm suas vulnerabilidades e podem vislumbrar nos seus assistidos algumas possibilidades que vão além da esfera profissional, incorrendo no que se denomina contratransferência. Cada perfil de paciente ativo no profissional, reações afetivas diferentes, conforme a sua personalidade, o momento de vida, as vulnerabilidades que traz em si. Caso não haja o devido cuidado, confusões podem ocorrer, sempre com prejuízo para ambos os lados.

O texto acima elucidava o fato de que muitos líderes não conseguem estabelecer uma linha divisória entre a sua função e as questões afetivas do seu cliente. Por essa questão, muitos líderes pastores tem se envolvido emocionalmente e afetivamente perante o processo de aconselhamento pastoral e acabam por agir com desonestidade para com a sua função, quando acabam absorvendo o problema do outros.

Para Dusilek (2009, p. 46), urge a necessidade do cuidado que o pastor e sua esposa precisam ter entre si, pois

Trabalhar para obter um relacionamento conjugal saudável é desafio para todos os casais, em especial para o pastor e a esposa. Essa harmonia conjugal não cai do céu só porque se trata do pastor e sua esposa. É preciso o conhecimento de si mesmos, o conhecimento um do outro, e muita vontade de ambos encontrarem um caminho de harmonia e acerto.

As crises e os conflitos também fazem parte da vida do pastor e de sua família. Um pesquisador não pode fechar os olhos para essa realidade existente na família e nas relações do pastor com ele. Por este motivo, o pastor precisa estabelecer em sua vida certa coerência em tudo o que faz e o que diz, para evitar transtornos na sua família e comunidade. Wadislau Gomes (2012, p. 120) observa que Grande parte dos problemas no ministério advém da tentativa de uma divisão impossível entre coração e vocação, entre intenção e gesto, entre fé e prática. Assim, a vida privada do pastor deve ser iluminada por aquilo que ele ensina. No entanto, ainda segundo Gomes: não nos preocupamos tanto com o homem interior quanto com a aparência do ser exterior. Isso é insensatez.

A preocupação com a vida da família do pastor e o seu bom relacionamento com os de fora dela precisam andar juntos e com empenhos de todas as partes

para o bem de todos. Hack (2005, p. 110), entende que “não podemos isolar a família e nem menosprezá-la com justificativa de compromissos pastorais, para não termos o dissabor de enfrentar conflitos com a esposa amargurada e com filhos revoltados”.

É preciso que o pastor tenha maturidade para tratar os seus conflitos, quer sejam na sua família ou com membros da sua comunidade. As diferenças na maneira de pensar de outras pessoas não podem abalar a estrutura emocional do pastor e nem o de sua família, devendo isto ser tratado com sabedoria. Nessa linha de pensamento, Zenon Lotufo Jr. (1999, p. 3) analisa que “aceitar, seja a si mesmo, seja a outrem, não significa, é claro, concordar com tudo o que eu ou o outro faz. Significa, isto sim, saber distinguir o que a pessoa é, daquilo que ela faz. Posso rejeitar um comportamento sem rejeitar e condenar a pessoa em si”.

No que diz respeito à relação do pastor com os seus filhos, resta-lhe estabelecer uma conduta de coerência em tudo o que diz e no que faz. Muitos problemas que são gerados na relação pai e filhos estão voltados para uma questão de confiabilidade inexistente. Kemp (2006, p. 199) registra que: “Uma das coisas mais difíceis para os filhos engolirem é a incapacidade dos pais de serem autênticos e coerentes em suas atitudes no lar. Nossa vida pública não pode e não deve diferir de nossa vida particular. As crianças notam e, pior, aprendem facilmente a hipocrisia dos pais e dos adultos em geral”.

A família pastoral também precisa ser pastoreada e cuidada com muito zelo. Se o pastor se esquivar dessa responsabilidade, poderá sofrer sérios danos quanto à vida dos seus filhos, principalmente. Ziel Machado (2013, p. 2), ao ter observado a relação de filhos de pastor num contexto de onde se podia esperar o melhor, analisou que:

Os pais deixaram de influenciar seus filhos pela oração e pelo exemplo, optando por uma série de imperativos. Quando foi possível fugir da gaiola, muitos fugiram, alguns retornaram à vida na igreja, entretanto ainda há muitos sem ânimo para voltar. Foi muito bom quando entendi as riquezas e as possibilidades oferecidas pela cosmovisão bíblica para a família cristã, em especial para a família do pastor.

O depoimento de Machado como filho de pastor nos fornece elementos práticos da vivência de uma família de pastor que enfrentou desafios em suas relações (ANEXO 4).

A família do pastor enfrenta muitas crises que podem mudar por completo a sua estrutura. Portanto, a sua saúde precisa ser tratada com seriedade, tanto no que diz respeito ao físico, quanto às saúdes emocional e espiritual. Leng Na Tseng Lin e Chin Na Lin (2015, p. 63), advertem que:

O trabalho do pastor que cuida de um grupo é desgastante. O desgaste é mental e físico. Não há como manter uma sanidade mental e espiritual, se não tiver uma saúde física. Muitos dos pastores têm negligenciado a parte da saúde física, uma vez que consideram, acertadamente, que a saúde espiritual é mais importante. Porém a saúde física vai dar a base de sustentação para um melhor preparo no estudo da Palavra, no aconselhamento espiritual, nas longas horas de deslocamentos para visitar membros e às vezes nas vigílias e necessidade de visitar membros em locais e horários insalubres.

Faz-se necessário que o pastor consiga reservar tempo para não sofrer esgotamento de suas forças e da disposição para o serviço e, com isso, possa preservar sua saúde em todas as áreas de sua vida. Muitos acabam por abandonar o ministério em razão de tentar salvar a sua vida e família, dados os grandes desafios. O esgotamento físico, emocional e outros podem levar o pastor a sérios quadros de debilidade na sua saúde e, conseqüentemente, provocar sua morte. London Jr. e Wiseman (1998, p. 77) sublinham que o contínuo trabalho inacabado é outro fator em potencial de esgotamento. Um carpinteiro completa um trabalho antes de iniciar outro, um mecânico conserta um carro antes de mexer em outro. Mas, ao contrário destes profissionais, um pastor nunca termina seu trabalho – existe sempre algo deixado por fazer.

Este capítulo discorreu sobre a família do pastor presbiteriano, mais especificamente, da Igreja Presbiteriana do Brasil. Procuramos abordar seus desafios, crises e possíveis saídas. A sua história está ligada diretamente na estrutura de família advinda da formação nuclear. Em outras palavras, a família nuclear escolhida como modelo para a família do pastor está em crise.

No capítulo anterior, foram analisados o pastor presbiteriano e a sua família no decorrer dos séculos XIX e XX, os seus desafios diante das transformações sociais pelas quais passaram. Foi analisada também a relação desse pastor com pastores de outras denominações e o devido trânsito entre eles. Ainda foi analisada a questão das finanças na família pastoral e os desdobramentos de crises oriundas desta área. Isto, por sinal, motivou a família pastoral - em muitos casos - a mudar a sua forma de ocupação profissional, tendo que dividir o ministério com outro trabalho secular. E, como desdobramento do trabalho do pastoral, este estudo tratou também das questões envolvendo a seguridade social do pastor e a de sua família.

Este terceiro capítulo procurou analisar alguns problemas e desafios na vida do pastor e sua família, bem como, indicou algumas saídas pertinentes e proveitosas que, deseja-se, possam vir a ajudar a esse líder, com sua família, a alcançarem um bom alívio das pressões do ministério.

A princípio foi examinada a questão da sexualidade do pastor, observando as suas tensões na relação conjugal diante de crises que surgem numa relação qualquer, mas, em especial, as que podem ser advindas dos conflitos na sua função. A traição entre o casal, pastor e esposa, foi um dos pontos vistos nestas crises, ao mesmo tempo em que se salientou a inevitável repercussão disso na família como um todo. Naturalmente, foi necessário discorrer também sobre a comunidade de trabalho do pastor e o envolvimento de sua esposa e filhos nesse contexto. Desta feita, foi possível observar os conflitos e as crises que são comum nessa relação entre a família pastoral e igreja, não isenta de tensões.

No decorrer do capítulo foi possível incluir em nossa análise o impacto do inesperado, da morte do pastor e as consequências desse fato sobre o núcleo familiar e sobre a sua igreja.

Por fim, algumas alternativas foram apresentadas como possíveis saídas na vida do pastor presbiteriano e a sua família. As dicas aqui apresentadas têm o intuito de poder ajudar essa família a ter melhores condições de prevenir a ocorrên-

cia de certas crises ou, em caso de enfrentamento delas, poder agir tendo mais informações, as quais lhes garantam melhor entendimento para, com maturidade, assim poder seguir de forma mais tranquila.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Presbiterianismo iniciou-se no Brasil na segunda metade do século XIX, com a chegada do missionário norte americano Ashbel Green Simonton. Ele teve o ideal de formar família e, por isso, nos primeiros anos de ministério, ao tirar férias, foi ao EUA, e no dia 19 de março de 1863 se casou com Helen Murdoch e assim já voltou casado (Simonton, 2002, p. 158). A sua referência de família foi para ele um legado precioso e, por isso, sempre teve em mente esse ideal.

Um pouco mais de um ano após o seu casamento, a família se completa com o nascimento de sua filha, ocorrido no dia 19 de junho de 1864. Aquilo que parecia ser uma grande felicidade na constituição familiar tem um fim trágico. Pois assim, nove dias após o nascimento da filha, Simonton (2002, p.164), desconsolado, relata em seu diário o falecimento de sua esposa, em decorrência de complicações no parto. A sua filha, felizmente, sobreviveu, mas a sua consciência de família o fez levá-la para ser criada em um ambiente familiar, onde havia marido e mulher e a condição de cuidar dos filhos. Foi, pode-se depreender de seu ato, esta a razão de ele ter entregue a sua filha para ser cuidada pelo seu cunhado Blackford e sua irmã, que já estavam residindo em São Paulo.

O pastor presbiteriano, como pudemos argumentar, e a sua família, estão inseridos numa estrutura de família nuclear, constituída, portanto, de pai, mãe e filhos, que enfrenta muitos desafios, quase sempre dado o seu distanciamento dos demais parentes. Assim, no primeiro capítulo deste trabalho foi analisada a família de forma geral, desde o modelo aqui estabelecido no período colonial, que foi a família patriarcal, e as transformações pelas quais passara no contexto social e econômico.

As transformações ocorridas na sociedade no cenário mundial trouxeram reflexos diretos na família, que a obrigou a mudar a sua estrutura. Foi o momento em que surgiu o modelo nuclear de família. Nessas mudanças ocorridas no âmbito familiar, o conflito de gerações tomou espaço nas convivências das famílias e ajudou ainda mais a inaugurar uma nova fase de estrutura nas relações desta instituição.

O pastor protestante não tinha como ficar de fora do novo modelo de família constituída e, por essa razão, precisou arcar com os desafios peculiares a essa estrutura. Foi abordado aqui esse modelo de família pastoral, na formação pai, mãe e filhos. No mesmo capítulo, discorremos também sobre a falta de família para o sacerdote católico e suas diretas implicações ao exercício de suas funções, como alguém que não tinha família para se preocupar, ou até mesmo, dividir as suas crises e tensões da vida. Nesse comparativo, ressaltou-se a importância da família para o pastor protestante, as suas vantagens e desafios.

No segundo capítulo o destaque foi o pastor presbiteriano e a sua família. Foi vista esta família desde os seus primórdios, sublinhando as mudanças ocorridas na sociedade e com consequências diretas nela. Dentro desse quadro, foi abordada também a relação desse pastor com pastores de outras denominações e o trânsito entre eles. Ainda nesse capítulo, a situação das finanças envolvendo essa instituição foi analisada diante grandes desafios que, por sinal, tornaram-se divisores de tipos de ministério pastoral. Em decorrência dessa realidade, um líder religioso precisou optar por ter uma atividade pastoral de tempo parcial ou total quando pretende oferecer melhores condições de sustento para a sua família.

Como se não bastasse, as crises financeiras foram geradoras de outras preocupações na vida do pastor e sua família. Trata-se das questões de aposentadoria e seguridade social, campo em que o pastor presbiteriano muito sofreu ao longo de sua história em nosso país. No entanto medidas mais justas foram tomadas pela Igreja Presbiteriana do Brasil para que fosse mais tranquilizado o pastor e sua família. Isso fez com que, de alguma forma, o pastor tivesse um pouco mais de condição para prosseguir no ministério, com a certeza de que, nem ele próprio e nem sua família, ficariam desamparados.

Já no último capítulo o assunto tratado é a família do pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, seus desafios, crises e possíveis saídas. A sexualidade do pastor e as tensões envolvendo o casal foram aqui tratadas, assim como destacadas algu-

mas situações-problemas. Entre outros desafios e crises, foram analisadas as tensões entre o pastor e sua esposa na vida íntima, com as consequentes implicações para essa relação, como são, entre outros males, as traições entre o casal.

Os conflitos e as crises, de forma geral, na família do pastor também foram aqui destacados, fazendo-se menção dos desafios envolvendo o pastor e a sua esposa, o pastor e seus filhos e o envolvimento destes com a comunidade eclesial. Fez-se necessária esta análise em virtude dos problemas que normalmente acontecem nesta relação entre a família pastoral e a igreja, em especial como decorrência de injusta expectativa que esta tem sobre o pastor e sua família. Por esta razão, muitas cobranças têm acontecido a essa família, gerando um ambiente que tem sido cenários de grandes crises e conflitos, com sérias implicações na vida de cada componente familiar, mas também em malefício das próprias igrejas.

Ainda nesse capítulo, focamos mais uma crise que potencialmente pode desestruturar a família do pastor. Isso acontece quando ocorre a morte do pastor no desempenho de seu ministério em uma igreja local. A sua família e a igreja geralmente são fortemente impactadas e passam a herdar grandes desafios para contornar os problemas. Pior ainda quando a essa morte se dá por suicídio! De fato a igreja mantém, com base em crença, uma posição fixa nessa temática e, por isso, a crise pode se expandir com proporções muito elevadas. A razão é que esse é um ato totalmente inaceitável e passível de muitas polêmicas entre quase a totalidade dos protestantes em todas as partes do Brasil e do mundo.

Portanto, para a solução de alguns dos problemas aqui abordados elencamos algumas possíveis saídas. No entanto essa temática merece uma ampliação das investigações, pois, a contribuição para melhores condições de vida e de exercício do pastorado é um desafio que deve mobilizar especialistas em psicologia da religião, cientistas sociais da religião, além, de estudiosos da pastoral e da teologia.

Por isso entendemos que a pesquisa aqui apresentada pode servir para estimular novas, investigações, pesquisas e abordagens, não somente para os pastores presbiterianos brasileiros, mas, também, para os pastores batistas, presbiterianos

das varias denominações reformadas, congregacionais, luteranos e de outras denominações pertencentes ao protestantismo histórico. Pudemos observar ao longo de nossa experiência e deste período de pesquisa, que apesar das peculiaridades de cada denominação, os problemas existentes entre o pastor, a comunidade onde ele serve e as demandas de sua família.

Uma solução radical foi adotada pela Igreja Católica no passado – o celibato. Outra tem sido adotada pela Igreja Universal do Reino de Deus, que tem estimulado o casamento do pastor para evitar os riscos de uma vida sexual complicada de um homem solteiro, para que ele tenha uma esposa em casa para cuidar de seu lar enquanto ele “está a serviço do altar”, mas ao mesmo tempo, de acordo com denúncias da imprensa, há um incentivo à prática de uma cirurgia destinada a tornar o pastor incapaz de reproduzir, conforme registro de Jarbas Aragão (2016, p. 1). As Testemunhas de Jeová também exigem que não tenham filhos casais que se dediquem ao trabalho missionário. Com certeza essa postura jamais iria passar por qualquer autoridade religiosa pertencente ao meio protestante, reformado e presbiteriano. Em outras palavras, o pastor está “condenado” a viver em família, e a ter que apresentar, queira ou não, a sua família como pessoas que procuram viver a mensagem que ele propaga pelo púlpito domingo após domingo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João Ferreira. *A Bíblia Sagrada*. 2ª edição. Barueri, 1999.

APPEL-SILVA, Marli. Conflito de papéis entre os domínios da família e do trabalho. *Contextos Clínicos*, vol. 4, n. 2, julho-dezembro 2011)

ARAGÃO, Jarbas. Igreja Universal é acusada de obrigar pastores a fazer vasectomia. Disponível em: <https://noticias.gospelprime.com.br/igreja-universal-acusada-pastores-vasectomia/>; Acessado em: 19/12/2016.

ARAÚJO, Gerson Moraes de. A família do pastor. Os problemas dos filhos de pastor. Palestra apresentada no Encontro Nacional de pastores da Igreja Presbiteriana Independente, no Acampamento Palavra da Vida, 1979.

ARY, Zaíra. *Domesticidade: “Cativo” Feminino?* Rio de Janeiro: Edições Achiamé/ Centro da Mulher Brasileira, 1982.

ARIÉS, Phillippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1978.

ASH, Ronald V. The Problems Facing a Pastor’s Wife Today. WLQ: Volume 81, No. 1. Disponível em: <http://www.wlsessays.net/bitstream/handle/123456789/164/AshWife.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acessado em 24/05/2016.

AZEVEDO, Reinaldo. *Celibato na Igreja Católica tem se mostrado um desastre; chegou a hora de revê-lo*. Artigo, 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/celibato-na-igreja-catolica-tem-se-mostrado-um-desastre-chegou-a-hora-de-reve-lo/> ; acessado em 25/10/2016.

BARRO, Antônio Carlos. *Suicídio pastoral é um tabu*. Disponível em: <http://www.ftsa.edu.br/site/index.php/artigos/721-suicidio-pastoral-e-um-tabu>; acessado em: 12/12/2016.

BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas*. Uma visão humanística. 6ª edição, Petrópolis, 1983.

BERGER, Brigitte; BERGER, Peter L. “Socialização: como ser um membro da sociedade”. In. FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de S. (org.). *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. Disponível em: https://disciplinas.stoa.usp.br/plugin-file.php/347742/mod_resource/content/1/Como%20ser%20um%20Membro%20da%20Sociedade%20Berger.pdf ; acessado em 10/11/2016.

BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis, Vozes; 1975.

BICKERS, Dennis W. Pastor e profissional: a alegria do ministério bivocado. Rio de Janeiro, Textus, 2001.

BOUSSO, Regina Szylit. *A teoria dos sistemas familiares como referencial para pesquisas com famílias que experienciam a doença e a morte*. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/266> , acessado em 22 de novembro de 2016.

CAMARGO, Calvino. *As vicissitudes da vocação religiosa: estudo da identidade ocupacional de pastores presbiterianos brasileiros*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2003.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *A família brasileira e a sociedade atual – dimensões religiosas*. Palestra proferida na Oficina do curso de capacitação para quem trabalha com famílias. Instituto de Pastoral da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 2000.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Clérigos em contexto de mudanças - uma visão sociológica do papel do pastor protestante brasileiro e dos desafios de sua formação em seminários teológicos no início do século XXI. IN: José Carlos de Souza (org.) *Educação teológica no século 21*, São Bernardo do Campo, Editeo, 2011.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Destino pessoal e organização religiosa – um estudo de carreiras pastorais no interior de uma organização religiosa*. Dissertação de Mestrado, São Bernardo do Campo. Instituto Metodista de Ensino Superior, 1987.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. *Família e...* São Paulo, Casa do Psicólogo, 2010.

CHIUZI, Rafael Marcus. Conflito de gerações nas organizações: um fenômeno social interpretado a partir da teoria de Erik Erikson. Ribeirão Preto, *Temas em Psicologia*, vol. 19, nº2, 2011.

CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: CORRÊA, Mariza. *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

DELAGE, Paulo Auderte. Saúde econômica e financeira do pastor. IN: DELAGE, Paulo Auderte (org.). *Pastor: cuidado com a sua saúde!* Bauru, Nossa Missão, 2015.

DUSILEK, Nancy Gonçalves. *Mulher sem nome: Dilemas e alternativas da esposa de pastor*. 2ª edição, São Paulo, Vida, 2009.

ENRIQUEZ, Eugene. *Da Horda ao Estado*. Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

EXECUTIVA, Secretaria; Igreja Presbiteriana do Brasil. disponível em: <http://se.icalvinus.net/icalvinus.php?d=1481071643577>; Acessado em: 05 de dezembro de 2016.

EXECUTIVA, Secretaria; Igreja Presbiteriana do Brasil. *Senso 2009*. Disponível em: http://www.executivaipb.com.br/site/censo/censo_final.pdf; Acessado em 9/12/2016.

FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. V.I. 2ª edição, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1992.

FIGUEREDO, Valdemar. *Pastores e motoristas*. Disponível em: <http://www.cristianismohoje.com.br/colunas/valdemar-figueredo/pastores-e-motoristas>, acessado em: 26/09/2016.

FONSECA, Cláudia. *A História Social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar*. BIB, Rio de Janeiro, nº 27, pp 51-73, 1º semestre, 1989.

FORACCI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Pioneira, 1972.

FORACCI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2ª edição, São Paulo, Nacional, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição, São Paulo, Global, 2003.

FURTER, Pierre. *Educação e vida*. 9ª edição. Petrópolis, Vozes, 1979.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6. ed. Porto Alegre, Penso, 2005.

GOMES, Wadislau. *Quem cuida de quem cuida*. São Paulo, Cultura Cristã, 2012.

HACK, Osvaldo Henrique. *Travessia pelo deserto*. Londrina, Descoberta, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9ª Edição. Rio de Janeiro, DP&K, 2004.

HENDRIKSEN, William. *O Evangelho de João*. São Paulo, Cultura Cristã, 2004.

HORTON, Paul B. e HUNT, Chester L. *Sociologia*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1980.

KEMP, Jaime. *Pastores em perigo*. São Paulo, Hagnos, 2006.

KASCHEL, Werner. O problema do sustento pastoral e os batistas do Brasil. *Administração Eclesiástica*, volume 6, nº 1, 1977.

KLIEWER, Gerd Uwe. Aspectos sociológicos do pastorado. In: KIRCHHEIM, Humberto. *Pastorado em discussão*. São Leopoldo, Sinodal, 1979.

LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração – A família: santuário ou instituição sitiada?* São Paulo, Paz e Terra, 1991.

LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo. Aste, 2002.

LIN, Leng Na Tseng e LIN, Chin Na. Saúde física e corporal do pastor. IN: DE

LAGE, Paulo Auderte (org.). *Pastor: cuidado com a sua saúde!* Bauru, Nossa Missão, 2015.

LONDON JR., H. B. e WISEMAN, Neil B. *Seu pastor uma espécie em extinção*. São Paulo, Clesia, 1998.

LOTUFO JUNIOR, Zenon. Fatores de dissolução da família. In: *Curo de Especialização em Aconselhamento Pastoral*. CPPC, 1999.

LUPI, Carlos. *Classificação Brasileira de Ocupação: CBO – 2010*. 3ª Edição, Brasília: MTE, SPPE, 2010.

MACHADO, Ziel. *Memórias de um filho de pastor*. Disponível em: <http://www.cristianismohoje.com.br/colunas/ziel-machado/em-muitos-lares-a-agenda-familiar-girava-em-torno-das-atividades-da-igreja-lazer-e-vida-social-so-estavam-permitidos-quando-programado-pela-igreja-com-o-povo-da-igreja>, acessado em: 26/09/2016.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. IN: PEREIRA, Luiz e FORACCHI,

MARTINEZ, Tomás Eloy. *O celibato na Igreja Católica começou 1073 anos depois de Cristo*. Artigo, 2009. Disponível em: <http://saibahistoria.blogspot.com.br/2009/05/o-celibato-na-igreja-catolica-comecou.html>; acessado em 25/10/2016.

MANUAL PRESBITERIANO. Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo, Cultura Cristã, 2013.

NAVARRO, Carlos Garma. Hijo de pastor, ló peor. Apostasía y desafiliación religiosa entre los pentecostales de segunda generación. IN: FARFÁN, Carolina Rivera e CERDI, *Más allá del espíritu. Actores, acciones y prácticas en iglesias pentecostales*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de Michoacán, 2007.

NICHOLS, Robert Hastings. História da igreja cristã. 9ª edição, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1992.

OLIVEIRA, Nilson. O presbiterianismo chega ao Brasil para criar raízes e crescer. In: CUNHA, Guilhermino. *História da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro - 1862-2012*. Rio de Janeiro, MCE, 2012.

PEREIRA, Nelson de. Mudanças políticas no Brasil, contexto histórico. In: CUNHA, Guilhermino. *História da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro - 1862-2012*. Rio de Janeiro, MCE, 2012.

PURIN, Dulce Consuelo. *Para esposas de pastores*. Uma conversa franca entre esposas de pastores. Curitiba. A. D. Santos, 2015.

QUARESMA, Marcos. Suicídio de pastores e líderes – uma reflexão necessária. Disponível em: <http://sepal.org.br/blog-sepal/suicidio-de-pastores-e-lideres-uma-reflexao-necessaria/>; acessado em: 26/09/2016

ROMANELLI, Geraldo. O relacionamento entre pais e filhos em família de camadas médias. *Paidéia*, FFCLRP-USP, Rib. Preto, fev/ago de 1998.

SALEM, Tania. *O Velho e o Novo - Um estudo de Papéis e Conflitos Familiares*. Petrópolis, Vozes, 1980.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da Colônia à Atualidade). São Paulo, *Psicologia*, USP, vol 13, nº 2, 2002.

SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph e STRECK, Valburga Schmiedt. *A esposa de pastor: Identidade entre família, profissão e Igreja*. São Leopoldo, Palestra apresentada no 1º Encontro de Esposas de Pastores da Região Eclesiástica IV, em 19 de agosto de 1995.

SCOTT, Russell Parry. Gerações e famílias: Polissemia, mudanças históricas e mobilidade. *Sociedade e Estado* – V. 25 nº 2, Maio/Agosto 2010.

SILVA, Alessandro Francisco da. Depressão em pastores. Disponível em: <http://www.institutojetro.com/artigos/lideranca-pastoral/depressao-em-pastores.html>, acessado em: 26/09/2016.

SILVA, José Fernando. As necessidades do povo brasileiro. Texto disponibilizado na Associação Batista Missionária Suleste – ABAMSUL, São Paulo, 2004.

SILVEIRA, José Roberto. *A profissão de pastor presbiteriano na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, São Bernardo do Campo, UESP, 2005.

SIMONTON, Ashbel Green. *O diário de Simonton*. São Paulo, Cultura Cristã, 2002.

SIQUEIRA, Juan de Paula Santos. As cicatrizes da batalha: reflexões a partir do suicídio de um pastor. Disponível em: <http://www.teologibrasileira.com.br/teologiadet.asp?codigo=417> ; acessado em: 25/11/2016.

SLUZKI, Carlos E. *A Rede Social na Prática Sistêmica*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA, Cláudia. *Celibato*. Disponível em: <http://www.infoescola.com/comportamento/celibato/>; acessado em 25/10/2016.

TERUYA, Marisa Tayra. *A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas.* Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>, acessado em 24/04/2016.

TRIPP, Paul. *Vocação Perigosa.* São Paulo, Cultura Cristã, 2014.

VALLE, Edênio (org.); BENEDETTI, Luiz Roberto, ANTONIAZZI, Alberto. *Pai, você é feliz?* São Paulo, Loyola, 2014.

VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras.* Brasília, Senado Federal, 1999.

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

WILLAIME, Jean-Paul. Prédica, culto protestante e mutações contemporâneas do religioso. In: *Estudos de Religião*, Umesp, n.23, 2002.

ANEXO I

“Não tenho tempo... eu sou pastor!”

Texto de: Rev. Gerson Morais de Araújo.

(Parte da palestra apresentada no Encontro Nacional de pastores da Igreja Presbiteriana Independente, no Acampamento Palavra da Vida, 1979.)

Sabe, meu filho, até hoje não tive tempo prá brincar com você. Mas você deve dar razão para mim. Eu sou pastor e como tal, tenho muitas coisas para fazer. Realmente tenho que dedicar todo o meu tempo ao ministério. Afinal, sou vocacionado, Deus me chamou para a obra e a ela devo tempo integral.

Eu sinto que, quando venho para casa almoçar (quando posso fazer isto, pois, pelo menos almoçar eu preciso) você me procura, me rodeia, e posso lhe dizer, até que me chateia com tanto “me pega no colo”, “olha o meu machucadinho”, “hoje o gato fugiu”. Claro, filho, você é importante, mas não deve se esquecer de que a Igreja exige de mim altos conhecimentos, não só bíblicos como científicos, além de exigir que eu esteja em dia com o noticiário mundial; e a que hora você quer que eu saiba das notícias senão enquanto espero o almoço? Concentro-me, portanto no jornal e na televisão. Você compreende, não é?

Pra demonstrar que eu sou compreensivo, já nem brigo mais quando estou lendo o jornal e você pula em cima dele; tenho até paciência (não estou gritando mais) com todas as vezes em que você fica pulando e dançando em frente da televisão. É por esta razão que o meu jornal eu leio na sala de visitas (onde a mamãe proíbe a entrada de vocês, crianças), e a TV, assisto de portas fechadas. Note bem, faço desta forma para não ter de ralhar com você.

Meu querido filho, graças a Deus, você teve o privilégio de uma mãe maravilhosa. Ela cuida direitinho do você. Tanto é que está limpinho, arrumadinho, bem alimentado, apesar do nosso salário não ser grande. (Aqui creio eu poder lhe fazer uma confidência: a Igreja é um tanto quanto ingrata; exige tudo do pastor, mas

lhe paga salário de fome). Não estou com isto falando mal da Igreja, mas é a pura realidade.

Está certo que as suas roupinhas não são tão bonitas quanto às de seus coleguinhas do colégio particular. Você estuda alí com uma bolsa de estudos cedida pelo colégio, aos pastores. Bom, mas mesmo que nós não dispuséssemos de bolsa de estudos eu nunca lhe colocaria em um colégio estadual onde a convivência seria com meninos de classe mais baixa. Vê, eu só me preocupo com o seu bem-estar.

Mas estávamos falando de sua mãe. Não é todo filho que tem uma mãe pregadora, organista, líder. As demais mães não se preocupam com o próximo. Ficam o tempo todo em casa, fazendo o que. A sua não: Ela é presidente da S.A.S.; escreve para a Revista Alvorada; professora de uma classe de crianças; membro da mesa diaconal (e só foi eleita presidente porque estamos cansados de falar em casa, na Igreja também existem panelinhas e muita inveja). Além disso, me ajuda nas visitas (pois, filho, os membros da Igreja são também maliciosos e não permitem o pastor visitando sozinho outras senhoras) e está fazendo um curso na Universidade, pois o que ela ganha como professora primária já não está dando para suprir nossas despesas.

Então, filho, com uma mãe tão excelente, acho que posso ter uma folgazinha de você na hora do almoço. E depois tem outra, nos momentos que sua mãe não pode ficar em casa (ela também é vocacionada como eu) a nossa empregada, que foi escolhida depois de muita oração e que também é crente, toma conta de você.

Meu filho adorado, mais tarde você compreenderá que tudo isto aconteceu por amor às almas porque seu pai ouvirá do Senhor “...bem está, servo bom e fiel...”. Está vendo filho, tudo o que eu faço é para sua alegria.

Agora, você não pode negar que eu tenho agido como pai. Tenho mascado a minha presença com você; especialmente quando alguma falta é cometida. Você é criança e peralta, sendo assim, tenho de ser severo. Pode ter certeza: “dói em mim mais do que em você”.

Aquela mania, por exemplo, de pular no meu pescoço cada vez que chego da rua. Desculpe filho, chego cansado, chateado, depois de ter visitado tanta gente, de ter ido controlar minha conta bancária e de resolver tantos problemas. Aliás, um problema maior do que o outro, e como falam da vida alheia. Tem muito pouco crente nesta igreja.

A sua mãe me conta de suas revoltas e peraltices. Na igreja as professoras reclamam de sua desatenção às aulas. Corre o tempo todo em volta do templo com aqueles malcriados filhos daquele presbítero, aliás, um mero garçon da Santa Ceia.

Meu filho, eu tenho de lhe bater. A Bíblia recomenda o uso da vara para a disciplina dos filhos e o nosso Deus, que é bondoso e amoroso, pune severamente os filhos desobedientes. E depois, você é filho de pastor e como tal tem de ser o exemplo. O que vão falar os presbíteros e os membros da Igreja sobre o seu comportamento?

E eu serei sempre severo para salvar a minha reputação de pastor. A Igreja pelo menos saberá que lhe corrijo com severidade. Portanto, você não pode ter liberdade como os outros tem. Compreenda, primeiro a Igreja, depois a família.

Você vê, a sua mãe, que é a sua mãe, fica o tempo todo sem a minha presença, a não ser quando vamos dormir, e não reclama. Ela é realmente uma pastora, vocacionada. Ela não sente falta da minha presença. Eu a pego muitas vezes chorando, ou triste ou insatisfeita, mas creio que ela teria apenas duas razões para fazer isto: de preocupação com você, ou com a ingratidão dos crentes. Mas em seguida isto passa e ela volta a dar a assistência que eu preciso.

Se a sua mãe não me ajudasse tanto, nem sei o que seria do meu ministério. Isto, é, claro, não nos dá tempo para ficarmos juntos, para um carinho especial. Eu até me esqueço do aniversário dela. Mas veja, ela nunca reclamou.

Eu sinto que ela está contente com tudo por que nos testemunhos que ela dá na Igreja não cansa de elogiar o meu trabalho como pastor e como marido.

Outro probleminha que você já deve ter percebido é que a nossa casa mais parece um albergue. Não faltam pessoas para almoçar ou passar uma noite. Como eu posso deixar de atender a toda essa gente e ainda ficar preocupado com os sentimentos de sua mãe ou dos seus?

Puxa, como você cresceu!

Desde a última vez que eu lhe chamei a atenção pelo fato de seu boletim não ser dos melhores, que eu reparo no seu desenvolvimento.

Acho que é porque você não mudou nada. Quando era pequeno, não parava de pular em cima de mim, impedindo-me de descansar ou ler o meu jornal. Agora, não para de fazer perguntas, e diga-se de passagem, perguntas que nem merecem respostas. Sabe a impressão que tenho? De que você põe dúvida em tudo o que aprendeu.

Mas eu sei onde você está conseguindo estas ideias esdrúxulas. Aqui em casa não é, pois nós nunca permitimos estes assuntos. Essas companhias detestáveis de seu convívio. Esses professores materialistas, evolucionistas e até mesmo comunistas, com essa nova moral, inculcando na sua cabeça oca essas preocupações que, no meu tempo, começávamos a ter depois dos vinte anos. Depois, bastava um olhar do meu pai para eu saber se eu devia ou não continuar o assunto.

Portanto, meu querido filho, continuo severo com você porque eu sei o que é esta juventude. Eu me converti já adulto e pratiquei toda sorte de pecados, maldades. Ah! Como me lembro daqueles tempos, em que saíamos..., ..., bem, não vem ao caso; o importante é que um filho de pastor, em hipótese alguma deve conviver com estas ideias extravagantes. Deixe isto para os filhos dos outros. Se eles querem ir para o inferno, não é problema nosso.

Devo dizer-lhe o seguinte; e isto é definitivo: só vou falar com você de novo quando eu tiver certeza de que todas estas ideias que estão pulando na sua cabeça foram jogadas fora. Fora disto, não temos o que conversar. Onde já se viu por em dúvida alguns textos bíblicos só porque um mísero professor falou? Isto é

um desrespeito a se pai, que além de seu pai, é também seu Pastor, lembre-se, seu Pastor. Você me deve, portanto respeito duplo.

E não queira me jogar na cara que no púlpito eu falo de amor e tolerância e em casa sou outra coisa, pois um dia a sua mãe ousou dizer isto e eu a coloquei no seu devido lugar. E não queira me colocar contra a sua mãe e ela contra mim alegando (só porque você estudou) que a psicóloga mostra que do bom relacionamento entre os pais, condiciona-se um bom desenvolvimento dos filhos; primeiro, porque, entre eu e sua mãe, o problema é meu e dela, e nós nos entendemos; e segundo, não é qualquer conceitinho de psicologia (coisa de homens) que vai abalar o meu conceito bíblico de que o Marido é o cabeça da casa. E note bem, eu além de marido e pai, sou pastor.

Quanto a você andar na moda como estes pervertidos que andam por aí, você já deve saber a minha opinião.

Sabe meu filho, eu nunca vou entender a juventude de hoje: depois do tremendo esforço meu e de sua mãe, dos sofrimentos, das lutas, enfim de nossa dedicação para o trabalho da Igreja, eu não sei porque você abandonou a Igreja.

ANEXO II

Depoimento de J.B.S.

Texto guardado em meu poder

Posso dizer que o meu maior gargalo é o motivo de passar por dilemas pastorais e conviver principalmente em conselho com homens que não são piedosos e sim materialista, quando o assunto é administrar a casa de Deus.

Nós pastores presbiterianos somos reféns de um governo que oprime seus pastores por não lhes concede autonomia. Se a igreja em si alegra e motiva o pastor, nos bastidores da administração o pastor se entristece e é oprimido. Na minha experiência, infelizmente registro essa realidade. Agora, é claro, com raras exceções, se acha presbíteros com coração de pastor.

Acho a que IPB deveria reformular a constituição dando aos seus pastores mais autonomia.

Se de fato, pastores para os presbíteros, são pastores, então eles deveriam ser pastores e também cuidar mais do rebanho com o coração de pastor.

ANEXO III

Por Antônio Carlos Barros

(Texto disponível em: <http://www.ftsa.edu.br/site/index.php/artigos/721-suicidio-pastoral-e-um-tabu>).

No Brasil não se toca no assunto. Pesquisando no Google descobri um artigo no Facebook em 2013. O artigo teve exatamente duas curtidas. Por ser um pouco extenso, não deve ter sido lido. Leiam as notas abaixo:

-Em 3 de Junho de 2015, foi noticiado que o Pr. Phil Lineberger, ex-presidente da Convenção Geral Batista do Texas, USA., cometeu suicídio após sofrer por um longo tempo com a depressão. O pastor deixou sua esposa, três filhas e 10 netos. Quatro anos antes, o Pr. Lineberger havia feito o funeral de seu grande amigo Pr. John Petty, que também se suicidou após um longo período de depressão.

-Em 28 de maio 2015, foi noticiado o suicido do Pr. Seth Oiler, 42 anos, que após ter um caso com uma pessoa de sua igreja, se matou dentro das dependências da igreja, deixando a mulher e três crianças.

-Em agosto de 2015, o pastor e professor de teologia, John Gibson (56) tirou a vida após ver o seu nome publicado por hacker que haviam invadido um site de casos extra-conjugais. Sofrendo depressão e temendo perder seu emprego, Gibson encontrou no suicídio a solução de seus problemas.

-Em Agosto de 2014, Pastor George “DB” Antrim III, que tomava conta das famílias de sua igreja, tirou a sua vida no domingo entre os dois cultos de sua igreja.

-Em 2013 num período de 40 dias três pastores se suicidaram: Rev. Teddy Parker Jr., 42, pastor da BibbMountZionBaptistChurch em Macon, Georgia se mata com um tiro. Ed Montgomery, 49, pastor da Full Gospel Christian AssembliesInternationalChurch, HazelCrest, Illinois se matou em frente de seu filho por não suportar a morte de sua esposa um ano antes de aneurisma cerebral. Isaac Hunter, 36, pastor

na cidade de Orlando, Florida, admitiu um caso seguido de divórcio. Também tirou a sua vida.

ANEXO IV

Memórias de um filho de pastor

Por Ziel Machado

Em muitos lares a agenda familiar girava em torno das atividades da igreja. Lazer e vida social só estavam permitidos quando programado pela igreja, com o povo da igreja.

14 ago 2013

É famoso o ditado popular: "Filho de peixe, peixinho é!". Esta afirmação da sabedoria popular me traz à memória minha experiência como filho de pastor e me põe em alerta, pois meus filhos também são filhos de pastor. São muitos os adjetivos e as histórias que procuram descrever o impacto do ministério pastoral na vida dos filhos. Conhecemos exemplos positivos e não tão felizes desta realidade. O fato é que ninguém possui uma família perfeita, nem mesmo os pastores. Nossas famílias sofrem as mesmas pressões experimentadas pelas outras, mas é importante reconhecer, com humildade, o convite sempre oportuno que a graça de Deus nos faz, o que nos permite um futuro diferente.

Uma das coisas mais difíceis de lidar, quando criança, era com o desafio de ser 'modelo'. Esta pressão começava em casa de forma sutil, podendo se intensificar dependendo das circunstâncias, mas havia uma cobrança generalizada: todos ao nosso redor tinham uma imagem, um modelo mental, do que era permitido ou não a um filho de pastor. Lembro-me de um sábado à tarde, quando, saindo do clube (no qual jogava basquete), fui até à igreja, onde os adolescentes jogariam futebol, antes da reunião de estudo bíblico. Tinha por hábito ler um jornal dedicado aos esportes e, com ele debaixo do braço, cheguei até a entrada do templo.

Na porta estava um diácono muito cioso de suas obrigações. Ele estendeu sua mão, pedindo-me o jornal, e eu prontamente lhe entreguei, procurando ser simpático. Para meu espanto, ele passou a rasgar todo o jornal, enquanto me dizia com uma

voz grave: "No templo não é lugar de jornal desta natureza. Me admiro você, sendo filho de pastor fazer uma coisa assim!" Eu fiquei sem palavras diante daquilo. Um garoto de 13 anos de idade, que havia usado parte de seu pouco dinheiro para comprar o jornal, agora o via despedaçado por uma autoridade da igreja. Diante de meu olhar espantado, ele ainda disse: "Pode falar com teu pai que fui eu quem rasguei o teu jornal!" Eu nunca falei nada a meu pai, mas tomei a decisão de que não queria continuar naquele lugar.

É verdade que meus pais se esforçaram para que pudéssemos dizer como Josué: "Eu e minha casa serviremos ao Senhor", mas, no meu caso, e na experiência de muitos dos meus amigos filhos de pastores, o caminho para servirmos juntos ao mesmo Senhor só foi possível porque decidimos servi-lo em lugares diferentes. Foi em uma tarde de domingo, já quase no portão de casa, que me pai me chamou e disse: "Filho, vejo que esta nova igreja está lhe fazendo bem, se é lá que você quer servir ao Senhor, você tem a minha bênção e permissão para pedir sua transferência". A alegria que senti naquele momento deve ter sido inversamente proporcional a tristeza de meu pai por saber que eu agarraria aquela chance, como um caminho sem volta. Creio que, naquele momento, meus pais puderam entender o peso que estava sendo, para a fé de um adolescente, a pressão de um contexto que insistia em prescrever o manual de conduta para os filhos do pastor.

Enquanto eu saí com as bênçãos dos meus pais para buscar um espaço onde pudesse ser apenas um jovem, como outro qualquer, que desejava crescer em sua fé e viver de forma alegre sua juventude cristã, outros tiveram de se conformar a uma experiência de gaiola, até o momento em que a revolta passou a ser o marco de referência para lidar com a situação. Esta "gaiola", na qual nos queriam manter presos, era formada pela preocupação com a aparência. Não só devíamos fazer as coisas certas, mas todos deviam ver o que estávamos fazendo.

Em muitos lares a agenda familiar girava em torno das atividades da igreja. Lazer e vida social só estavam permitidos quando programado pela igreja, com o povo da igreja. Essa mentalidade de gueto foi destruindo uma forma bíblica de entender e viver a fé: era zelosa, mas desprovida de conhecimento. Os pais deixaram de influ-

enciar seus filhos pela oração e pelo exemplo, optando por uma série de imperativos. Quando foi possível fugir da gaiola, muitos fugiram, alguns retornaram à vida na igreja, entretanto ainda há muitos sem ânimo para voltar. Foi muito bom quando entendi as riquezas e as possibilidades oferecidas pela cosmovisão bíblica para a família cristã, em especial para a família do pastor. Na próxima edição, voltamos a esse tema.

Disponível em: <http://www.cristianismohoje.com.br/colunas/ziel-machado/em-muitos-lares-a-agenda-familiar-girava-em-torno-das-atividades-da-igreja-lazer-e-vida-social-so-estavam-permitidos-quando-programado-pela-igreja-com-o-povo-da-igreja> , acessado em: 26/09/2016.